

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

PÉTALAH AUGUSTO LOTTI

**INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA: UMA ANÁLISE DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

Belo Horizonte

2022

PÉTALAH AUGUSTO LOTTI

**INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA: UMA ANÁLISE DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, da Escola de Ciência da Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Mediações e Cultura

Linha de Pesquisa: Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira

Belo Horizonte

2022

L846i Lotti, Pétalah Augusto.
Informação e conhecimento tradicional indígena [recurso eletrônico] : uma análise da produção científica em Ciência da Informação no Brasil / Pétalah Augusto Lotti. – 2022.
1 recurso online (142 f., enc. : il.) : pdf.

Orientador: Fabrício José Nascimento da Silveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.
Referências: f. 113-123.
Apêndice: f. 124-137
Anexo: f. 138-139.
Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Cultura popular – Teses. 3. Indígenas – Teses. 4. Produção científica – Brasil – Teses. I. Título. II. Silveira, Fabrício José Nascimento da. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 025.45:39



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 14:00 horas do dia 22 de dezembro de 2022, no Auditório Adriana Bogliolo - Sala 1000 da ECI/UFMG, realizou-se a sessão pública para a defesa da Dissertação de PÉTALAH AUGUSTO LOTTI, número de registro 2018662630. A presidência da sessão coube ao Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira - orientador. Inicialmente o presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora, assim constituída: Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota (ECI/UFMG), Prof. Rubens Alves da Silva (ECI/UFMG), Profa. Lorena Tavares de Paula (ECI/UFMG) e Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira (ECI/UFMG) orientador. Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua dissertação de mestrado, intitulada: "*Informação e conhecimento tradicional indígena: uma análise da produção científica em Ciência da Informação no Brasil*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e, logo após, a Comissão reuniu-se sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar aprovada a dissertação de mestrado. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2022.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 23/12/2022, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guiomar da Cunha Frota, Professora do Magistério Superior**, em 23/12/2022, às 21:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Alves da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 09/01/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 10/01/2023, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1982140** e o código CRC **070F7839**.

Referência: Processo nº 23072.274515/2022-10

SEI nº 1982140

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas raízes, troncos, folhas, frutos,
sementes...Aos que vieram antes de mim, aos que vêm
comigo e aos que ainda virão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu Oriente, professor Fabrício José Nascimento da Silveira, que é muito mais que um orientador, mais que um doutor. É tronco, foi semente, foi fruto e está se tornando raiz forte.

Agradeço ao Sul, meu lugar: Pedro Arturo, Teresa Cristina e Pedro Augusto, Aira Cristal e Tom Mariano, Rosane Alves e Vasco Fleury, Yasmin, Cibele e Gabriel Fleury, Nilce Valadão, Fernando e Francisco Lotti, Manuel, Joaquim e Dídria, ao Lucas. A Nágila Cecília, Mary Angela dos Santos, Karina Marçal e ao Gustavo Belga

Agradeço ao meu Norte, os lugares que me fortaleceram: Seu Bené, Tia Ana, Ludmila Soledad, Bruno Perillo, Márcia Perillo, e Mirian Chiara; Luan Kol, Mariana Kol, Célia Kol e Brenda Ribeiro; Celina Maria Lopes Ferreira e Patrícia Coelho; Ronei Sampaio, Lucas Batista, Allysson Braga e Jhienny Braga; Pamela Perdigão e Dona Edna.

Agradeço às minhas raízes, Theresiano, Thercio, Martha, Consuelo, Miryan e Deusdede.

Agradeço às sementes. À escola pública, gratuita e de qualidade sem a qual eu jamais poderia ocupar espaços antes nunca imaginados.

Agradeço aos colegas do PPGCI, especialmente ao Mardochee Ogécime, pelo exemplo de ser e proceder que me inspira a ter fé na humanidade. Ao Pablo Gomes e Ana Cláudia Ribeiro pela parceria e amizade.

Agradeço a toda comunidade do PPGCI pelo conhecimento compartilhado e acolhimento que me proporcionaram.

Agradeço aos meus companheiros de luta do CEDEFES e do Guaicuy, especialmente ao Pablito, à Ana Paula de Oliveira e à Rosana Cristina Avellar.

Agradeço à banca que se dispôs a ler o trabalho e contribuir com ele desde a qualificação. Sou grata pelas críticas e contribuições da Prof.^a Maria Guiomar da Cunha Frota, do Prof. Rubens Alves da Silva e da Dr^a Alenice Maria Motta Baeta apoiadora do movimento indígena em Minas Gerais. Meus agradecimentos se estendem à Prof.^a Lorena Tavares de Paula por aceitar compor a banca de defesa da dissertação. Por fim, agradeço especialmente à professora Maria Guiomar da Cunha Frota pela amizade e inspiração.

Agradeço ao CNPQ pela bolsa que me permitiu realizar o mestrado, sem ela não seria possível.

Agradeço aos que vieram antes de mim e aos que virão depois. Aos que frutificam e, acima de tudo, agradeço à consciência indígena que lançou a flecha e me permitiu enxergá-la. Agradeço especialmente à Edgar Xacriabá, Daiara Tukano, Ailton Krenak e Zaida Amapola Mojica Morales.

“Os deuses não escrevem, eles cantam e dançam”.

Horace Engdahl, 2016.

RESUMO

Este trabalho se propõe a estudar as relações de poder estabelecidas em torno da produção e da representação dos saberes indígenas por instâncias hegemônicas definidoras dos padrões universais de valorização do conhecimento tido como científico e acadêmico. Para tanto, define a produção científica em Ciência da Informação como campo de pesquisa, investigando-o a partir do seguinte objetivo geral: analisar a representação dos saberes indígenas na produção científica da Ciência da Informação Brasileira de 2005 a 2020. Fundamenta-se por meio de revisão histórico-conceitual acerca dos conhecimentos mobilizados e preservados pelas comunidades indígenas, comparando-os à lógica da episteme acadêmica a fim de evidenciar a existência de paradigmas e modelos dominantes que normalizam a colonialidade dos saberes tradicionais, inclusive no contexto da Ciência da Informação Brasileira. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa documental, de matriz quali-quantitativa centrada em abordagem bibliométrica visando investigar a presença e o tratamento da temática “conhecimento tradicional indígena” na produção científica da Ciência da Informação brasileira. Para a coleta de dados realizou-se levantamento bibliográfico com recorte temporal de 2005 a 2020 na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BTDB) e em anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) e da Sociedade Brasileira para Organização do Conhecimento (ISKO-Brasil). Como resultado, foi possível observar a existências de lacunas operacionais que orientam as ações informacionais sobre essa categoria de saberes, muitas delas decorrentes das limitações dos instrumentos globais de representação dos saberes indígenas na Ciência da Informação. Sugere-se, ao final, que mudar esse cenário implica repensar os diferentes aspectos epistemológicos, históricos, políticos, econômicos, tecnológicos, sociais e culturais que orientam as dinâmicas de produção do conhecimento e da informação no país.

Palavras-chave: saberes tradicionais; conhecimentos indígenas; ciência da informação brasileira – produção científica; abordagem bibliométrica; colonialidade dos saberes; informação e protagonismo social; conhecimento tradicional indígena.

ABSTRACT

This work proposes to study the power relations established around the production and representation of indigenous knowledge by hegemonic instances that determine the universal standards for attributing value to the knowledge considered scientific and academic. To this end, it defines scientific production in Information Science as a research field, investigating it with the following general objective: to analyze the representation of indigenous knowledge in the scientific production of Brazilian Information Science from 2005 to 2020. It is based on a historical-conceptual review of the knowledge mobilized and preserved by indigenous communities, comparing them to the logic of the academic episteme in order to highlight the existence of paradigms and dominant models that normalize the coloniality of traditional knowledge, including in the context of Brazilian Information Science. Methodologically, this is documentary research, with qualitative-quantitative matrix centered on a bibliometric approach employed to investigate the existence and treatment of the theme “indigenous traditional knowledge” in the scientific production of Brazilian Information Science. For data collection, a bibliographic survey was carried out with a time frame from 2005 to 2020 in the Reference Database of Journal Articles in Information Science (BRAPCI), in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BTDB), and in the annals of the National Meeting of Research and Postgraduate Studies in Information Science (ENANCIB) and the Brazilian Society for Knowledge Organization (ISKO-Brazil). As a result, it was possible to observe the existence of operational gaps that guide informational actions on this category of knowledge, many of them resulting from the limitations of the global instruments of representation of indigenous knowledge in Information Science. Finally, it is suggested that changing this scenario implies rethinking the different epistemological, historical, political, economic, technological, social and cultural aspects that guide the dynamics of knowledge, and information, production in the country.

Keywords: traditional knowledge; indigenous knowledge; brazilian information science – scientific production; bibliometric approach; coloniality of knowledge; information and social protagonism; indigenous traditional knowledge.

RESUMEN

Este trabajo se propone estudiar las relaciones de poder que se han establecido en torno a la producción y representación del saber indígena por parte de instancias hegemónicas que definen los estándares universales de valoración del conocimiento considerado científico y académico. Para tanto, define la producción científica en Ciencias de la Información como un campo de investigación, investigando a partir del siguiente objetivo general: analizar la representación del saber indígena en la producción científica de las Ciencias de la Información brasileña de 2005 a 2020. Es basada en una revisión histórico-conceptual sobre los saberes movilizados y preservados por las comunidades indígenas, comparándolos con la lógica de la episteme académica para resaltar la existencia de paradigmas y modelos dominantes que normalizan la colonialidad de los saberes tradicionales, incluso en el contexto de las Ciencias de la Información brasileñas. Metodológicamente, se trata de una investigación documental, con matriz cualitativa y cuantitativa centrada en un enfoque bibliométrico, con el objetivo de investigar la presencia y el tratamiento del tema “saberes tradicionales indígenas” en la producción científica de la Ciencia de la Información brasileña. Para la recolección de datos, se realizó un levantamiento bibliográfico con marco temporal de 2005 a 2020 en la Base de Datos de Referencia de Artículos de Revistas en Ciencias de la Información (BRAPCI), en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BTDB) y en los anales de la Encuentro Instituto Nacional de Investigación y Posgrado en Ciencias de la Información (ENANCIB) y la Sociedad Brasileña de Organización del Conocimiento (ISKO-Brasil). Como resultado, fue posible observar la existencia de vacíos operativos que orientan las acciones informativas sobre esta categoría de saberes, muchos de ellos resultantes de las limitaciones de los instrumentos globales de representación de los saberes indígenas en Ciencias de la Información. Finalmente, se sugiere que cambiar este escenario implica repensar los diferentes aspectos epistemológicos, históricos, políticos, económicos, tecnológicos, sociales y culturales que orientan las dinámicas de producción de conocimiento e información en el país.

Palabras clave: conocimiento tradicional; saber indígena; ciencias de la información brasileña – producción científica; enfoque bibliométrico; colonialidad del saber; información y protagonismo social; conocimientos tradicionales indígenas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo SECI.....	59
Figura 2 - Ciclo de evolução do conhecimento organizacional.....	69
Figura 3 - Gráfico 1 : Índice de recuperação baseado em termos buscados	80
Figura 4 - Gráfico 2 : Índice de recuperação por Programas de Pós-graduação	81
Figura 5 - Gráfico 3 : Relação da nota Qualis com os periódicos que apresentaram resultados para a busca	82
Figura 6 - Gráfico 4 : Índice de resultados por palavras-chave presentes nos trabalhos recuperados	84
Figura 7- Gráfico 5 : Periódicos com publicações sobre o tema	89
Figura 8 - Gráfico 6 : Periódicos com publicações sobre o tema	90
Figura 9 - Gráfico 7 : Programas de Pós-graduação que produziram trabalhos sobre o tema	92
Figura 10 - Gráfico 8 : Índice dos termos de busca que recuperaram trabalhos sobre o tema	93
Figura 11 - Gráfico 9 : Quantidade de trabalhos sobre o tema por ano de publicação	94
Figura 12 - Gráfico 10 : Autores que defenderam teses e dissertações sobre a temática em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil	95
Figura 13 - Gráfico 11 : Autores que publicaram sobre o tema: periódicos.....	98
Figura 14 - Gráfico 12 : Autores que publicaram sobre o tema em periódicos.....	98
Figura 15 - Gráfico 13 : Autores que publicaram sobre o tema em periódicos.....	99
Figura 16 - Gráfico 14 - Autores que publicaram sobre o tema em periódicos	99
Figura 17 - Gráfico 15 : Autores que publicaram sobre o tema em periódicos.....	100
Figura 18 - Gráfico 16 : Quantidade de trabalhos por classe do TBCI	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Termos de Busca	77
Tabela 2 - Configuração de busca: campos na BRAPCI.....	78
Tabela 3 - Termos de busca BDTD	78
Tabela 4 - Qualis X Periódicos	82
Tabela 5 - Ranking de palavras-chave mais presentes nos trabalhos recuperados .	84
Tabela 6 - Amostra BDTD: demonstrativo por termo de busca	85
Tabela 7 - Resultado das buscas nos Anais do ENANCIB	86
Tabela 8 - Amostra ISKO: demonstrativo por termo de busca	88
Tabela 9 - Amostra BRAPCI: demonstrativo por termo de busca	88
Tabela 10 - Ranking de periódicos que publicaram trabalhos sobre o tema	90
Tabela 11 - Autores de teses e dissertações	95
Tabela 12 - Ranking de autores que publicam sobre o tema: eventos.....	100
Tabela 13 - Ranking de trabalhos classificados conforme TBCI	103
Tabela 14 - Trabalhos publicados na área de CI no Brasil.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FAPS	Fundações de Amparo à Pesquisa
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
CDB	Convenção da Diversidade Biológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>
ISA	Instituto Socioambiental
ISKO	<i>International Society for Knowledge Organization</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
RFN	<i>Rainforest Foundation Norway</i>
TAC	Tabela de Áreas do Conhecimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
JCR	<i>Journal of Citation Reports</i>
SCI	<i>Science Citation Index</i>
SSCI	Social Science Citation Index
WIPO	<i>World Intellectual Property Organization</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA	19
1.2 DESENHO METODOLÓGICO	23
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO: O CAMINHO	26
2 CONHECIMENTO TRADICIONAL INDÍGENA: A DANÇA	29
2.1 CONHECIMENTO: O MUNDO	41
2.2 CONHECIMENTO: A LÍNGUA	51
3. CONHECIMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	57
3.1 REGIMES DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NÃO-INDÍGENA	62
3.2 CONHECIMENTO E PODER: CONTESTAÇÕES DECOLONIAIS	70
4 COLETA, SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	76
4.1 LEVANTAMENTO DOS DADOS	77
4.2 TRATAMENTO DOS DADOS	85
4.3 ANÁLISE	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE	125
ANEXO	138

1 Introdução

O presente trabalho parte da premissa de que “ainda existe uma distância muito grande entre a organização da informação pautada no pensamento ocidental e os modos indígenas de conceber o mundo e o seu conhecimento” (LEAL, 2012, p.39). Dessa forma, sendo a Ciência da Informação um dos campos de estudos que organiza os conhecimentos gerados pela sociedade, a principal finalidade da dissertação que ora apresentamos gira em torno de captar o olhar da Ciência da Informação para a questão indígena, especificamente para o conhecimento tradicional. Defende-se, portanto, que este se constitui como um tema de compromisso científico para todas as áreas de conhecimento, particularmente as áreas de Ciências Sociais, razão pela qual faz-se necessário localizar e evidenciar o mergulho dos fazeres científicos da Ciência da Informação nessa historicidade.

A Ciência da Informação transaciona informação e conhecimento para todas as áreas de conhecimento e dispositivos culturais para formação humana (BORKO, 1968; ARAÚJO, 2018), sob esse ângulo, supõe-se que os mecanismos estruturantes ligados tanto ao colonialismo como às colonialidades impedem uma transformação real e concreta na Ciência de modo geral. Por isso, este trabalho se compromete em aderir aos esforços que buscam sensibilizar a área da Ciência da Informação para o comprometimento com a transformação social efetiva.

Porém, mesmo com esse direcionamento, é importante salientar já aqui que no Brasil ainda existem poucos estudos que aproximam esse campo do conhecimento das populações indígenas (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2012; ARAUJO; OLIVEIRA; GRACIOSO; SILVA, 2021), em decorrência disso a pesquisa aqui realizada buscou analisar o tratamento dispensado aos conhecimentos tradicionais indígenas no contexto da produção científica em Ciência da Informação em âmbito nacional.

Nesse sentido, considerando que o estudo tem a finalidade de contribuir para a construção de uma abordagem qualificada¹ da Ciência da Informação junto às

¹ Consideramos abordagem qualificada aquela que leva em consideração os povos originários e suas particularidades. Uma abordagem que não os submeta aos demais conhecimentos, mas que promova a convergência entre eles por meio do respeito aos preceitos de confluência e transfluência conforme preconizados por Antônio Bispo dos Santos: “confluência é a lei que rege a relação de convivência entres os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se junta se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento plurista dos povos politeístas. Transfluência é a lei que rege as relações de transformação dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se junta. Por assim ser, a transfluência rege também os processos de mobilização provenientes do pensamento monista do povo

culturas indígenas, esta dissertação analisa a presença e os modos de tratamento conferidos aos conhecimentos tradicionais indígenas no âmbito da produção científica em Ciência da Informação no país. Para tal, foram realizados mapeamento e análise da produção científica no Brasil em periódicos, programas de pós-graduação e eventos de Ciência da Informação sobre a temática indígena, compreendendo o período de 2005 a 2020 com o intuito de captar o olhar do campo da CI sobre o tema e a sua evolução na última década.

Nesses termos, a proposta desta pesquisa parte do entendimento de que a causa indígena é importante para toda a sociedade, razão pela qual deve ser inscrita na pauta desse compromisso epistemológico que demanda o avanço das múltiplas questões que a circunscrevem. Por isso, uma indagação central à nossa investigação é: de que maneira a Ciência da Informação tem tratado a temática e o conhecimento tradicional indígena?

Como se verá ao final do percurso de leitura, embora os levantamentos feitos apontem para iniciativas de implantação de bibliotecas comunitárias em algumas aldeias e a existência de práticas informacionais em comunidades indígenas, verificou-se a escassa execução de trabalhos centrados em analisar de que maneira a produção acadêmica da Ciência da Informação no Brasil tem desenvolvido estudos científicos vinculados à temática indígena (LOTTI, 2016). De modo que o desenvolvimento deste estudo se justificou em função de uma insuficiente sistematização acerca da produção científica em Ciência da Informação quanto ao tema no país. Soma-se a isso o fato de que a realização deste trabalho pretendeu gerar estudos futuros que possam contribuir para a incorporação do conhecimento indígena pela academia e pelos sistemas de disseminação de informação científica².

A operacionalização desse esforço epistemológico encontrou sua base científica e ético-política nas recomendações de inúmeras entidades brasileiras e internacionais das áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, com destaque para a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA e

monoteísta. É a partir dessas leis que se geram os grandes debates entre a realidade e a aparência, ou seja, entre o que é orgânico e o que é sintético. (BISPO, 2015, p. 89).

² Isso demarca a confluência desta pesquisa com as diretrizes da UFMG acerca da valorização dos saberes plurais por meio das Formações Transversais em Saberes Tradicionais e a concessão do título de notório saber. Disponível em : https://ufmg.br/storage/6/0/4/f/604f75cdf98cab44c3b66cd86baded39_15936922436563_2040184599.pdf.

a UNESCO, que assinalam como direitos humanos o respeito à diferença e a democratização da informação em todas as suas instâncias (CIVALLERO, 2008; DUARTE; BELARDE-LEWIS, 2015).

Em consonância a esse compromisso, entende-se que o profissional da informação tem papel fundamental em todas as etapas desse processo, haja vista que sua atuação pode contribuir para a construção de uma adequada proteção dos conhecimentos tradicionais indígenas. Portanto, o presente trabalho busca mapear a perspectiva da Ciência da Informação sobre o conhecimento indígena brasileiro e tem como inspiração a “Declaração sobre o conhecimento indígena” promulgada pela IFLA/UNESCO que adverte sobre a necessidade de proteger os conhecimentos tradicionais para benefício não só dos indígenas, mas também de todo o planeta (NAÇÕES UNIDAS, 2008). Declaração que demarca o valor intrínseco e a importância do conhecimento tradicional ao reforçar a necessidade de:

Reconhecer a importância, relevância e valor de integrar o conhecimento tradicional indígena com o conhecimento da comunidade local na proposição de soluções para alguns dos problemas modernos mais difíceis e incentivar seu uso no planejamento e implementação de projetos.

Proteger o conhecimento tradicional indígena e local em benefício dos povos indígenas e do resto do mundo. Esse conhecimento é vulnerável porque é pesquisável e tem sido pesquisado e por causa da perda dos Anciãos e do declínio significativo na ênfase na transmissão desse conhecimento para as gerações mais jovens diante das pressões da modernização.

Implementar mecanismos eficazes de transferência de tecnologia, treinamento e proteção contra a pesquisa, de acordo com a Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção 169 da OIT e outras convenções relacionadas ao desenvolvimento sustentável e aos interesses dos povos indígenas. (IFLA, 2003, p. 05).

De forma correlata e considerando a relevância do tema, o trabalho visa contribuir para o desenvolvimento de iniciativas acadêmicas que estejam em consonância com a Portaria Normativa INTERMINISTERIAL MinC/MEC nº 1 de 04/10/2007, que tem como um de seus objetivos

IV - promover a formação de professores, gestores, estudantes e comunidades para a valorização, reconhecimento e regulamentação dos saberes tradicionais, da diversidade étnico-racial, social e cultural e do patrimônio material e imaterial, mediante atividades que garantam resultados práticos, como publicações, audiovisuais, exposições e novas metodologias. (BRASIL, 2007).

Por conseguinte, as ações desta pesquisa buscam, também, propiciar a construção de propostas que venham a atender aos interesses dos povos originários, tendo em vista responder às demandas elaboradas no “Encontro de Pajés” ocorrido em São Luís, no Maranhão, em 2001 (LIMA, 2003). Desse encontro originou-se um documento³ a partir do qual os povos indígenas definem um elenco de reivindicações visando a regulamentação dos seus direitos intelectuais coletivos que abrange:

Reconhecimento dos conhecimentos tradicionais como saber e ciência, conferindo-lhe tratamento equitativo em relação ao conhecimento científico ocidental, com o estabelecimento de uma política de ciência e tecnologia que reconheça a importância dos conhecimentos tradicionais; (...) A criação de bancos de dados e registros sobre os conhecimentos tradicionais após ampla discussão com comunidades e organizações” (LIMA, 2003. p. 208).

A mediação política dessas manifestações evidencia a necessidade da ciência – de forma geral e a Ciência da Informação de modo específico – conhecer melhor os fenômenos informacionais que constituem a produção de conhecimento, saberes e memórias desses povos. Essa necessidade, emanada da natureza do protagonismo social e da mediação da informação (GOMES, 2019; GOMES; NOVO, 2019), implica o reconhecimento do protagonismo indígena na produção do conhecimento e sua inserção e validação no espaço acadêmico.

1.1 Contextualizando a pesquisa

A globalização, em sua fase mais contemporânea e intensa, aparenta ser um processo consolidado de integração política, cultural e econômica. Além disso, é prefigurada como um espaço de interligação e interdependência indissolúvel entre as nações, povos e indivíduos. Historicamente tais relações têm sido objeto de estudos frequentes que evidenciam relações de dependências, hierarquizações e contradições (DUSSEL, 2000). No campo da produção do conhecimento, essas relações são vistas, muitas vezes, a partir de critérios próprios balizados segundo estruturas de poder agenciadas entre as diversas sociedades, os povos e os indivíduos que compõem este mundo (CASTORIADIS, 1992; SANTOS, 2012). Sob o poder de universalização do sistema capitalista como modelo de organização da

³ Carta de São Luís do Maranhão anexada neste trabalho.

economia política, esses critérios parametrizam e materializam a diferenciação política e econômica na qual mais se isolam do que se unem sociedades desenvolvidas/em desenvolvimento; países altamente industrializados e com domínio de tecnologias avançadas/pouco industrializados; centro/periferia; países do Norte/Sul global; e, populações hegemônicas/subalternizadas (CASTORIADIS, 1992).

Desse modo, são vários os marcadores que designam e classificam as sociedades conforme suas características culturais, econômicas, sociais e linguísticas. No entanto, o que de fato se mantém, na maioria das vezes, são apenas certos atributos que tornam esses espaços geográficos e antropológicos problemáticos, fazendo emergir instâncias materialmente dominadas⁴ (SANTOS, 2007). Além disso, sua variedade não impede que todos esses atributos e os contextos a que servem participem na transformação das diferenças em antagonismos entre a cultura ocidental e o outro, estigmatizando-os e reduzindo suas complexidades (SANTOS, 1994; CASTORIADIS, 2009).

Portanto, são filosofias de organização de mundo que ganham formas econômicas, políticas e culturais no campo da produção da informação e do conhecimento (GROSFUGUEL, 2016; FIORMONTE; SORDI, 2019). No cerne dessa perspectiva, a ação e o trabalho sobre a informação costumam materializar-se em dimensão cultural, em conjuntos de práticas, comportamentos, conhecimentos implícitos e explícitos em jogo nos processos de produção simbólica estabelecido entre os grupos dessa sociedade globalizante. Ademais, as funções informacionais e cognitivas que organizam a cultura que decorre de tal configuração mundial procedem ao caráter simbólico e social dessas relações de poderes (OGECIME, 2021). Por exemplo, ao se considerar uma forma dominante de cultura como um estado natural de emancipação ou ao hierarquizar os registros de saberes e de conhecimento por "progresso interposto" - culturas hierárquicas e as outras (CASTORIADIS, 2009; BAUMAN, 2012), esses modos de designação disseminam uma concepção de construção de valores sobre o conhecimento e os saberes que definem a filosofia de introdução e inclusão à sociedade global.

⁴ Referência a MALDONADO-TORRES (2006 e 2007) e a QUIJANO (2007), autores para os quais a colonialidade, enquanto instância de carácter económico-político, dá-se a ver como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular desse padrão e opera dominando cada um dos planos, áreas e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana.

No Brasil, os desdobramentos dessas questões estão intimamente ligados ao processo de colonização do país e revelam, na contemporaneidade, marcadores de marginalização, preconceitos, epistemicídios e destituição de direitos básicos. O processo de colonização que sedimenta as bases de organização nacional acabou por naturalizar discursos e práticas discriminatórias associadas aos negros, aos povos autóctones, aos seus descendentes e seus registros culturais. Desse modo, os sistemas simbólicos de origem indígena e seus desdobramentos tornaram-se marcadores de extensão daquilo que deve ser negado e desvalorizado no seio da sociedade brasileira (SILVA; BICALHO, 2018).

Sob esse ângulo, o colonialismo se normaliza no país como um padrão de hierarquização baseado na violência colonial historicamente engendrado como dispositivo de poder o qual, por meio de inúmeras colonialidades, tem sido reinventado em novos contextos e situações que particularmente instituem tanto a cultura informacional como a cultura da informação (ARAUJO; OLIVEIRA; GRACIOSO; SILVA, 2021).

De modo abrangente, essas questões de ordem política e geoeconômica atravessam tanto as técnicas de organização, de tratamento e representação da informação e do conhecimento na área da Ciência da Informação quanto as políticas de informação que orientam os dispositivos e unidades de informação (bibliotecas, centros de documentação, museus, periódicos científicos, entre outros) para esse estabelecimento de regularidade de difusão e de distribuição do conhecimento em prol da manutenção de tal ordem posta historicamente como universal (GONÇALVES, 2019; OGEICIME, 2021).

Não sem razão, na Ciência da Informação, área de conhecimento que herda um pensamento tradicionalmente positivista (BORKO, 1968; UNGER; FREIRE, 2008; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011), a centralidade desses mecanismos de dominação retroalimenta as lógicas da ordem política e geoeconômica acima descrita por meio de instâncias informacionais estruturantes como uma forma permanente de organizar as culturas em torno de um registro dominante. Atentando para isso, esta dissertação teve como intuito estudar e analisar a dimensão e a presença desse projeto colonial que orienta a universalização e a hierarquização da questão do poder, do saber e do

ver⁵ na produção e circulação da informação e do conhecimento na Ciência da Informação Brasileira.

Trata-se, pois, de um exercício intelectual que busca documentar e evidenciar o endossamento do projeto colonial que se estabelece nos processos de produção de conhecimento e da informação nos registros de circulação e de preservação dos saberes. Proposição que supõe acentuar sua relevância nesse sólido compromisso epistêmico contemporâneo orientado à decolonização da informação, do conhecimento e da cultura na sociedade-mundo, haja vista que essa dimensão da colonialidade, estruturada em ordem geopolítica a qual é replicada no campo do conhecimento, tem raízes e arranjos históricos de exploração e dominação, e seus desdobramentos incidem sobre a economia, o gênero e a sexualidade, o conhecimento e a subjetividade, instâncias que obstruem o alcance e a operacionalização universal dos Direitos Humanos.

Em face disso e tendo em vista a abrangência das questões e dos dados levantados para o desenvolvimento desta pesquisa, além da contribuição científica para a Ciência da Informação verifica-se, ainda, a importância da atuação em prol do reconhecimento e da preservação dos saberes desses povos, visto que no momento atual avançam pautas que atacam os direitos das comunidades tradicionais (CIVALLERO, 2008; TURNER, 2015; ARAUJO; OLIVEIRA; GRACIOSO; SILVA, 2021). Cenário que tornou premente a elaboração deste estudo por razões que se devem sobretudo à necessidade de legitimação dos povos indígenas, seus direitos e saberes perante a população brasileira, uma vez que é inegável que o reconhecimento científico exerce impacto em sua presença social, política e cultural.

Dialogando com esse conjunto de questões, é possível assinalarmos que o objetivo geral desta pesquisa foi: analisar a representação dos saberes indígenas na produção científica na Ciência da Informação Brasileira de 2005 a 2020. Dele foram derivados os seguintes objetivos específicos:

1. Indicar, por meio de revisão bibliográfica, os principais marcadores conceituais acionados para caracterizar os conhecimentos tradicionais indígenas, bem como suas práticas de produção e disseminação;

⁵ Referência a MALDONADO-TORRES (2006, 2007 e 2008).

2. Discutir, a partir de uma perspectiva informacional, aquilo que aproxima e distancia os modos de produção específicos dos conhecimentos tradicionais indígenas e aqueles prefigurados pelos meios científicos/acadêmicos;
3. Mapear a presença de temáticas vinculadas aos conhecimentos tradicionais indígenas no âmbito da produção científica em Ciência da Informação no Brasil entre os anos de 2005 e 2020;
4. Analisar o tratamento conferido aos conhecimentos tradicionais indígenas pela produção científica em Ciência da Informação no Brasil entre os anos de 2005 e 2020.

Clarificadas as questões que definiram os rumos da pesquisa, bem como seus objetivos geral e específicos, considera-se relevante, agora, apresentar as diretrizes metodológicas que direcionaram as análises efetuadas ao longo da dissertação.

1.2 Desenho metodológico

Tendo em vista alcançar os objetivos estabelecidos, decidimos combinar duas estratégias metodológicas: a primeira vincula-se à constituição de referencial teórico ancorado em dimensões multidisciplinares, visando operacionalizar conceitos basilares tanto para o campo de estudo dos conhecimentos tradicionais quanto àqueles mais próximos à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. Oportunamente foram consultadas diretrizes de organismos internacionais, além de dispositivos jurídicos e documentos produzidos por entidades que atuam em prol dos direitos dos povos indígenas no país. Por conseguinte, julgamos pertinente salientar que esta pesquisa realizou levantamento bibliográfico para identificação e análise de produções acadêmicas indicativas do modo como a Ciência da Informação brasileira aborda e trata os conhecimentos tradicionais indígenas. A sistematização dessa etapa deu corpo ao “referencial teórico” da dissertação.

A segunda estratégia foi delineada a partir do entendimento de que nosso problema de pesquisa delimitou como foco da pesquisa o tratamento dispensado aos conhecimentos tradicionais indígenas no contexto da produção científica em Ciência da Informação no Brasil. Desse modo, processou-se levantamento bibliográfico da produção intelectual sobre conhecimento tradicional indígena nas principais bases de

dados nacionais em CI. Para se processar a seleção do material bibliográfico constitutivo do universo de pesquisa, partimos do entendimento de que:

- As bases de dados são fundamentais para acompanhamento da produção científica de qualquer área do conhecimento, uma vez que organiza e propicia a recuperação de informações de diversas fontes em um só ambiente;
- A publicação em revistas científicas é um dos fatores de maior proeminência para se verificar a relevância dos estudos desenvolvidos em um campo científico;
- Os eventos se traduzem como importantes fontes de informação de divulgação das pesquisas realizadas em determinado campo de conhecimento.

Tendo isso por referência, foram pesquisadas teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil. Considerando que as instituições acadêmicas são geradoras de conhecimento, e que a BDTD é uma importante base para acessar os trabalhos produzidos no âmbito dos programas de pós-graduação do país, foram realizados levantamentos, delimitado entre o período de 2005 a 2020, na BDTD. Essa escolha justifica-se, de acordo com Mello (2013), porque as produções acadêmicas que resultam em teses e dissertações são importantes fontes de informações, haja vista que:

- . Nelas estão registradas informações não disponíveis em artigos científicos, relativas à instituição de origem, programa de pós-graduação, áreas de concentração e orientação;
- A. O universo, embora numeroso, é menor e restrito aos bancos de teses e dissertações, o que torna a coleta de dados viável para a realização de um estudo bibliométrico;
- B. Por ser um pré-requisito para obtenção de um título acadêmico de Mestre ou Doutor, a construção do texto contém elementos e detalhes que são muitas vezes abreviados quando da elaboração de um artigo. (MELLO, 2013, p. 21).

Considerando que a BDTD não é capaz de cobrir toda a produção acadêmica da pós-graduação em CI no país, optou-se por realizar levantamento na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI para coletar a produção publicada em eventos e revistas científicas da área. Essa escolha foi baseada nas informações disponibilizadas pela Brapci que informa disponibilizar em seu site referências e resumos de 19.255 textos publicados em 73

periódicos nacionais da área de CI, impressos e eletrônicos e de 5 eventos de Ciência da Informação.

Para realizar o mapeamento bibliográfico, circunscrevemos o período de 2005 a 2020. Tal período foi estabelecido tendo-se em vista captar o olhar do campo sobre a temática indígena e sua evolução na última década. Colaborou para essa delimitação a emergência, nos últimos 15 anos, de um conjunto de esforços a nível global em prol da emancipação das populações indígenas e de sua participação na sociedade da informação, tais como os objetivos do milênio e a Agenda 2030.

Desse modo, foram realizados levantamentos nos Anais do Enancib e da ISKO de 2005 a 2020. No entanto, na BRAPCI foi necessário realizar um trabalho de seleção por data de publicação, isso porque a base cobre o período de 1972 e 2022, tendo sido constatado durante o levantamento que seus filtros de delimitação por ano não funcionam adequadamente. Sendo assim, os resultados foram transferidos para arquivo em excel, efetivando-se, a posteriori, recorte temporal correlato ao período de 2005 a 2020.

Todas as buscas foram realizadas utilizando-se os termos: Indígen*; Índio*; Comunidade indígena; Conhecimento tradicional; Saber tradicional; Conhecimento indígena; Oralidade; Povos originários; Tradição; Aborígenes; Autóctone; Nativo; *Indigenous** e *Indigenous knowleged*. A princípio, a determinação dos termos para realização das buscas baseou-se em Rahman (2000) e Dias e Rigolin (2009) que apontavam alguns termos equivalentes ao "conhecimento tradicional", como: "conhecimento ecológico tradicional"; "conhecimento local"; "sistemas de manejo tradicionais"; "conhecimento local"; "conhecimento comunitário" e "conhecimento das populações rurais", por exemplo. Entretanto, no decorrer das buscas – executadas em 2019 e 2022 – verificou-se que tais termos não funcionavam adequadamente para a recuperação em bases de dados da Ciência da Informação, uma vez que não recuperavam trabalhos delimitados pelo tema objetivado na pesquisa. Sendo assim, a determinação final dos termos de busca incorporou descritores pelos textos estudados para formulação do referencial teórico.

Sobre o levantamento na BRAPCI, é importante frisar que os resultados não recuperaram amostras significativas de trabalhos em eventos científicos. Dessa forma, optamos então por realizar as buscas nos sumários dos Anais do ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação da Ancib. A incorporação do ENANCIB no universo das buscas da pesquisa que realizamos

justifica-se devido à sua importância no cenário científico nacional, uma vez que vem se firmando como o principal evento científico no que diz respeito à divulgação das pesquisas realizadas na CI brasileira.

Além do ENANCIB foram realizadas buscas nos Anais da “*International Society for Knowledge Organization*”: ISKO Brasil – Sociedade Internacional para Organização do Conhecimento. Este evento foi incluído no universo da pesquisa por entendermos que os objetivos da ISKO são pontos importantes a serem considerados quanto a produção acerca da temática do conhecimento tradicional indígena, destacando-se os seguintes objetivos dessa Sociedade Internacional:

- Promover a pesquisa, o desenvolvimento e aplicações de sistemas de organização conceituais do conhecimento que promovam o estudo dos aspectos filosóficos e semânticos da estrutura do conhecimento;
- Proporcionar os meios de comunicação e redes em organização do conhecimento para os seus associados;
- Funcionar como ponto de rede entre instituições nacionais e internacionais que trabalham com questões relacionadas à organização conceitual e à dinâmica do conhecimento.

Sendo assim, consideramos que os trabalhos elencados nos Anais da ISKO poderiam demonstrar de forma significativa como a Ciência da Informação brasileira vem desenvolvendo seu olhar acerca da produção do conhecimento tradicional indígena. A partir deste desenho metodológico, estruturou-se uma dissertação composta por 3 capítulos que serão apresentados na seção a seguir.

1.3 Estrutura da dissertação: o caminho

Os resultados da pesquisa aqui desenvolvida são apresentados, além da presente introdução, em dois capítulos teórico-conceituais, um capítulo de apresentação, sistematização e análise de dados e em uma seção de considerações finais.

No que concerne a essa estrutura, o capítulo 1, intitulado “**Conhecimento tradicional indígena: a dança**”, objetiva evidenciar os componentes das relações de

poderes que caracterizam os comportamentos e modos de interação entre o sistema de produção, circulação e representação dos saberes indígenas em relação à estruturação e aos mecanismos de mediação da informação, problematizando, para tanto, o enfoque eurocêntrico imposto como marcador universal de valoração do conhecimento. Nele e por meio de suas duas subseções apresentamos um panorama geral das teorias que conformam a base conceitual, sistemática e de interpretação da noção de “conhecimento tradicional”, os elementos constituintes do conhecimento não-indígena e seus fundamentos políticos e georreferenciais, além dos modos de configuração do poder sobre o objeto do “saber”, tanto como instância analítica, quanto como variável de reflexão não isolada dos fatores e contextos sociais, culturais, econômicos e políticos relacionados à organização, representação, (des)valorização e disseminação das ações informacionais. Ao fazer isso intentamos identificar possíveis caminhos para a estruturação de um novo olhar pela Ciência da Informação Brasileira no que diz respeito ao tratamento da produção do conhecimento tradicional indígena.

No capítulo seguinte, “**Conhecimento e Ciência da Informação**”, voltamos nosso olhar para a Ciência da Informação com campo de geração de saberes. Ao fazermos isso procuramos resgatar a interface multidisciplinar que a Ciência da informação emprega no estudo das dinâmicas de produção, organização, disseminação e preservação da informação e do conhecimento. Razão pela qual debatemos sobre as matrizes dos saberes ditos científicos e/ou acadêmicos e como elas instituem regimes hegemônicos de produção do conhecimento os quais privilegiam os saberes não indígenas. De forma complementar, problematizamos as relações de poder que perpassam a noção de conhecimento e as lógicas estabelecidas pelo “sistema mundo” para evidenciar epistêmes privilegiadas de geração de conhecimento.

Em seguida, no capítulo “**Coleta, sistematização e análise dos dados**”, são descritos os procedimentos metodológicos empenhados para se coletar e sistematizar os dados, bem como os procedimentos analíticos que nos permitiram responder ao problema de pesquisa e aos objetivos – geral e específicos – formulados na “**Introdução**” da dissertação.

Complementa esse percurso a seção “**Considerações finais**” na qual ampliamos algumas reflexões sobre os resultados da pesquisa e assinalamos algumas possibilidades de estudos futuros.

Sendo assim, convidamos aos nossos leitores a seguirem para o capítulo abaixo abertos a “pensarem com o coração e a sentirem com a cabeça”, conforme nos ensina a medicina indígena.

2 Conhecimento tradicional indígena: a dança

“Nós queremos que os não-índios conheçam nossa cultura para respeitar nossos conhecimentos e nosso modo de vida. Se os não índios não respeitam nossa cultura, até os nossos próprios jovens podem começar a desvalorizar nossos conhecimentos e modos de vida. Por isso, nós queremos apoio para continuar este trabalho com os nossos parceiros, de formação dos Wajãpi e também de formação dos não-índios para entender e respeitar os povos indígenas”.
Povo indígena Wajãpi do Amapá⁶

Neste capítulo nos dedicamos a compreender as definições e implicações correlatas a noção de “conhecimento tradicional”. Por esse motivo, começamos por apresentar algumas definições acerca do que estamos denominando aqui de “conhecimento tradicional”. Contudo, para uma melhor compreensão desse conceito julgamos ser necessário esclarecer como são reconhecidas as populações ou comunidades tradicionais, uma vez que tais conhecimentos são gerados, transmitidos e preservados por tais grupos populacionais. Em face disso, é possível verificarmos que o Decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, denomina “povos e comunidades tradicionais” como sendo:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p. 01).

Considera-se, então, que esses grupos são formados por indígenas, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, dentre outros. O conhecimento tradicional é a modalidade de apreensão do mundo e de produção de sentidos predominante desses povos e sua transmissão geralmente é coletiva, intergeracional e se dá por meio da oralidade. Sabendo-se que os conhecimentos tradicionais se inscrevem em um contexto comunal, adota-se aqui uma definição de povos e comunidades tradicionais de caráter marcadamente político e de feições elásticas, tal como proposto por Pantoja:

⁶ Trecho da carta que líderes e representantes do Conselho das Aldeias Wajãpi/Apina. Fonte: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/WAD00006.pdf>

[...] recobre grupos locais não hegemônicos (seja em áreas urbanas, periurbanas ou rurais/florestais) com um senso de pertencimento e uma territorialidade própria, com cosmologias e formas particulares de organização social, cujas atividades dependem de uma estreita interação com o ambiente natural, do qual possuem um conhecimento diferenciado, e que vivenciam situações de conflito que ameaçam seu modo de vida. (PANTOJA, 2016, p. 2).

Segundo Kaká Wera Jecupé (2020) em essência, são seres humanos que teceram e desenvolveram sua cultura e sua civilização de modo intimamente ligado à natureza e, que:

A partir dela, elaborou tecnologias, teologias, cosmologias e sociedades, que nasceram e se desenvolveram de experiências, vivências e interações com a floresta, o cerrado, os rios, as montanhas e a as respectivas vidas dos reinos animal, mineral e vegetal. (JECUPÉ, 2020. p. 19)

No que se refere às informações produzidas por esses povos acerca de seus modos de ser, de saber e de fazer – seus ritos, seus costumes, suas técnicas, seus modos de lidar com a terra, produzir alimentos, fabricar e utilizar tecnologias, criar, desenvolver métodos de cura e tratamentos de saúde com a retirada de medicamentos da própria natureza – observa-se que elas são organizadas e transmitidas de uma geração para outra e não necessariamente há registro escrito dessas formas de conhecimento. Devido a essas características, é difícil encontrar uma definição unívoca de “conhecimento tradicional indígena”, especialmente quando se tem em perspectiva que existem múltiplas etnias, muitas formas de organização social e de geração de saberes.

Não por acaso, dentre as particularidades da produção de conhecimento desses povos, um dos aspectos mais importantes a se assimilar é que se trata de um conhecimento holístico. Isso significa que todos os elementos da matéria são interconectados e não podem ser entendidos isoladamente, não permitindo, pois, que o conhecimento dito tradicional seja encaixado em categorias pré-formatados pelo conhecimento ocidental. Isso se deve em grande parte, conforme Lelis & Carvalho (2014), ao fato de o conhecimento tradicional ser extremamente sofisticado, uma vez que:

[...] as informações, não raro, são trabalhadas com riqueza de detalhes e ainda denotam quase sempre percepções que não se adquirem por meio de uma abordagem sistêmica nem mesmo analítica, mas somente pela vivência e convivência em grupo de indivíduos de interesses comuns. Tal conhecimento é apto, inclusive, a transformar a natureza em recurso. Nesse sentido, o caráter predatório e daninho da atividade humana sobre a natureza está ausente no

comportamento desses indivíduos; muito mais presente é a noção comum e empírica, mas nem por isso menos exata que as abordagens científicas. (LELIS; CARVALHO, 2014. p. 12).

Por conseguinte, é relevante ressaltar que a riqueza de detalhes mencionada encontra seu fundamento no fato de que esses saberes se estruturam de modo sistêmico e complexo, uma vez que entre os povos tradicionais não há separação por áreas de atuação – ciência, religião e filosofia – conforme ocorre entre os povos ocidentais. Além disso, os conhecimentos tradicionais são consolidados e compartilhados a partir de uma lógica coletiva e não tem por fundamento acumulação de riqueza ou poder, mas sim de conhecimentos centrados na “sobrevivência, os quais são transmitidos oralmente de geração a geração, constituindo um legado cultural e coletivo indispensável ao equilíbrio do Planeta” (LELIS; CARVALHO, 2014. p. 8). Por essa razão, naquilo que concerne à especificidade dos conhecimentos tradicionais, faz-se necessário ter por referência que

[...] práticas e verdades culturais comandam a observação e a experimentação. A observação é detalhada, minuciosa, e cada um está atento ao que vê e ouve. As frutas que certos peixes e caças apreciam são investigadas a partir de suas vísceras. Observam-se os hábitos de cada animal, a floração de cada árvore. Essa atenção constante é posta, sem dúvida, a serviço das atividades, e o exercício dessas atividades é crucial para que se mantenham os conhecimentos. (CUNHA; ALMEIDA, 2002. p. 13).

Embora se contraponha nesse aspecto à lógica de produção do conhecimento científico, levando-se em consideração a afirmativa de Edgar Morin segundo a qual todo conhecimento se constitui em uma tradução realizada a partir dos estímulos vindos do mundo exterior, percebe-se de imediato que os saberes tradicionais se ancoram nesses mesmos processos. Ademais, ressalva-se que no campo dos saberes tradicionais as ações e as práticas deles derivadas são fortemente marcadas “por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações” (LELIS; CARVALHO, 2014. p. 11), sobretudo por meio da oralidade.

Nesses termos, no caso das comunidades tradicionais, a relação entre a dimensão analítica e a sistêmica dos conhecimentos gerados “deve permitir a religação dos saberes num quadro de referências mais amplo, favorecendo o exercício da análise e da lógica” (LELIS; CARVALHO, 2014. p. 12). Com efeito, Joana Cabral de Oliveira recupera uma importante discussão promovida por Déléage (2005)

acerca da epistemologia e do aprendizado indígenas na América Latina. Segundo esses autores, existem dois tipos de aprendizado:

[...] o *ostensivo*, que se baseia na experiência; e o *diferencial*, pautado em uma cadeia de enunciados. As diferentes combinações desses dois tipos de aprendizado constituem epistemologias diversas, chamadas por ele *savoir commun* e *savoir institué*; enquanto o primeiro se caracteriza por não ser tematizado, o segundo é marcadamente um metasaber (OLIVEIRA, 2012, p. 54 – destaques da autora).

Valendo-se dessa diferenciação, Joana Cabral de Oliveira argumenta que entre os indígenas Wajãpi, por exemplo, a maneira de enunciar uma frase evidencia se o relato diz respeito a um saber que foi transmitido ou adquirido por experiência, revelando, inclusive, a fonte de informação e a modalidade epistêmica de aquisição do saber. De modo que ao revelar de onde vem seus conhecimentos, eles costumam diferenciar os que vieram dos antepassados e que foram passados de geração a geração, daqueles que foram aprendidos com os pais e parentes. Nesse contexto, ainda segundo Oliveira (2012), a experiência assume um caráter legitimador de todo e qualquer conhecimento, e conclui que para os povos dessa etnia “se não há experiência, não se pode conhecer” (OLIVEIRA, 2012, p. 56). De forma complementar, Manuela Carneiro da Cunha observa que [...] muitas sociedades indígenas têm manifestado uma reserva ciumenta na transmissão de alguns domínios de seus conhecimentos” (CUNHA, 2012, p. 11).

Nesse caso a autora recorre a Gallois para afirmar que, na verdade, o “ciúme” indicado está fundado em uma noção de valor do conhecimento que, entre os Wajãpi, está relacionada à correta circulação, isto é, com a cadeia de transmissão entre quem detém e transmite o conhecimento e quem está autorizado a recebê-lo. De acordo com ela, “o processo de aquisição de conhecimento é muito mais enfatizado do que o conhecimento propriamente dito” (CUNHA, 2012, p. 12). A autora explica, ainda, que para algumas etnias indígenas somente quando o saber se torna um *habitus*⁷, é que se pode transmiti-lo. Afirma, também, que:

⁷ Bourdieu recuperou a palavra *habitus* da tradição aristotélica para se referir à incorporação de uma determinada estrutura social pelos agentes, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, o que permitiria uma naturalidade em práticas sociais completamente arbitrárias. O conceito tem caráter mediador entre a realidade exterior e a individual, abrangendo a relação entre indivíduo e sociedade concomitante. O agente social constituído pelo *habitus* é marcado pela história e se relaciona com o mundo a partir de uma cumplicidade ontológica; se relaciona com outros agentes a partir de uma convivência implícita que sustentada “por categorias partilhadas de percepção e de apreciação” (WACQUANT, 2017). Ver também em Bourdieu (1983).

[...] saber e saber fazer, para o conhecimento tradicional, se confundem. Vista sob este ângulo, a escrita apresenta sérias deficiências nesse quesito. Não apenas é uma memória externa ao corpo, mas ela se arroga o poder de transmitir dados e conteúdos sem as disposições adequadas, sem estabelecer o *habitus*. O conteúdo, porém, não basta. É como se se pretendesse aprender a dirigir um carro guiando-se por um manual, lendo e aprendendo todas as regras, mas sem jamais as executar corporalmente. Ou tornar-se um cirurgião “teórico”. Ou aprender a nadar por meio de um livro. Assim, todas as compilações escritas de saberes nunca poderão realmente transmitir os saberes tradicionais. No máximo, poderão ser índices de sua existência e fornecer pistas. (CUNHA, 2012, p. 13).

Desse modo, é possível se indicar que talvez o traço mais marcante da produção do conhecimento tradicional indígena esteja ligado à sua prática. Prática essa que é sempre referenciada e ressignificada e que está o tempo todo em movimento. Por isso, comparando-a com os regimes de produção do conhecimento ocidental/acadêmico, fica claro que muitos daqueles que logram grandes status nos sistemas de comunicação científica não alcançariam prestígio caso o critério Wajãpi fosse aplicado para validar suas atividades de pesquisa.

Nessa mesma direção, Joana Cabral de Oliveira faz outra importante reflexão sobre como os modos de autoridade do conhecimento refletem sobre as práticas das comunidades indígenas que conferem autoridade à produção do conhecimento tradicional. Ao discorrer sobre o uso de um microscópio na ocasião em que introduziu os conceitos de substância e elemento químico no curso de formação dos agentes de saúde wajãpi, a autora demonstrou como a produção do conhecimento tradicional indígena se aproxima e se distancia da maneira de fazer ciência dita ocidental. Em suas palavras:

[...] sem dúvida alguma a experiência é também parte constitutiva do conhecimento científico: a observação empírica se apresenta como pedra fundamental da autoridade da Ciência. Mas os processos de constituição da experiência e sua compreensão não são os mesmos que podemos notar nesses outros contextos sociais. (OLIVEIRA, 2012, p. 56).

Partindo desse enfoque, a autora recupera a discussão de Ingold Hacking (1985) sobre como a criação do microscópio permitiu a visualização de seres e estruturas que até o advento dessa tecnologia só poderiam ter sua existência postulada como hipótese. Nesse âmbito, de acordo com Oliveira (2012):

[...] se por um lado o microscópio vem aumentando o convencimento das explicações científicas, atestando a importância da ostensão nesse regime, por outro, aponta que a ciência é capaz de elaborar

teorias acerca do que não pode ser visto ou experimentado pela visão. (OLIVEIRA, 2012, p. 57).

A autora resgata, ainda, as considerações de Stengers (2007) para refletir a respeito de como a ciência se utiliza desses artefatos. Para essas duas autoras, isso “apagaria” as marcas da fabricação humana de um conhecimento conferindo-lhe a autoridade necessária. Joana Cabral de Oliveira apoia-se, então, em Latour (2005) para atribuir a Boyle o método empírico que é utilizado pela ciência até a atualidade e argumenta que:

O ponto aqui é que ambos os autores apoiam o convencimento e a autoridade do conhecimento científico na capacidade e na possibilidade de replicação de um fenômeno empírico em um laboratório povoado de testemunhas oculares. Vale frisar, por fim, a diferença fundamental quanto à posição ocupada pela empiria nesses dois regimes de conhecimento: se para os Wajãpi basta que alguém tenha visto, ouvido ou sentido o cheiro, para que um acontecimento ou saber se espalhe por uma cadeia de transmissão com *status* de verdade; na ciência é preciso demonstrar, isto é, repetir a experiência em laboratório, é necessário que a Natureza fale e que os traços deixados pelos cientistas se apaguem para que o conhecimento receba o selo da verdade. É importante notar que tal procedimento só é possível na medida em que a Constituição Moderna, nos termos de Latour (2005), institui duas separações que se articulam: (1) Natureza *versus* Sociedade, divisão que há tempos a etnologia já demonstrou ser ineficaz para compreender os povos ameríndios (Viveiros de Castro, 2002; Lima, 1999; Descola, 1996; entre outros) e; (2) Sujeito *versus* Objeto, relação fundadora da produção do conhecimento científico (Latour, 2005), que também se mostra improdutiva em um universo amplamente povoado de sujeitos tal como é o mundo indígena. (OLIVEIRA, 2012, p. 58).

Com isso, a autora ressalta que no contexto indígena a experiência é legitimada pelos sentidos e pelas experiências cotidianas. Além disso, enfatiza como a visualização de um mundo invisível através de um microscópio pode soar simétrico ao poder de visão privilegiada que o pajé detém. Para demonstrar a validade de seus argumentos, ela recorre à narrativa da experiência de Van Velthem entre os Wayana:

A visão deve ser compreendida não apenas como o sentido captado pelos olhos, através dos quais se percebe a realidade, mas também como o ‘saber ver’, isto é, a compreensão das prescrições sociais impostas aos Wayana.” (VAN VELTHEM, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 67).

Dando sequência à discussão, Oliveira observa que a declaração de Van Velthem está em confluência com a reflexão de Hacking (1985) sobre como usar um microscópio. Para Hacking (1985) isso seria uma habilidade desenvolvida na

manipulação das substâncias e a compreensão do que se vê na imagem produzida atrás da lente, indicando com isso que só se pode deduzir aquele que aprende a enxergar / fazer ciência fazendo, e não apenas olhando. Logo, essa concepção aproxima os modos de fazer indígena da ciência dita acadêmica ou científica. Oliveira (2012) explicita isso melhor ao afirmar que

[...] o que se pode concluir, tanto lá como cá, é que não falamos de uma visão absoluta, mas sim de uma educação do olhar, ou melhor, de uma “educação da atenção”, como Ingold formula. Trata-se, assim, da construção de uma habilidade para ver, que pode ser estendida para os demais sentidos. São, portanto, os processos de constituição de *capacidades para conhecer* que são diversos em cada um desses regimes de conhecimento. (OLIVEIRA, 2012, p. 68 – destaques da autora).

Não sem razão, Oliveira recorre novamente a Bruno Latour (2000) para concluir que a diferença entre os saberes indígenas e os saberes ocidentais se dá no apagamento dos rastros do processo de construção dos saberes. Nesse sentido, afirma que enquanto nas sociedades indígenas os processos são uma referência importante e que confere autoridade, na sociedade ocidental a experimentação se refere à reprodução de um fenômeno que depende da mediação de instrumentos e não dos sentidos do cientista. Sendo assim, Oliveira (2012) volta a dialogar com Latour (2005) para concluir que “o microscópio e as outras tecnologias empregadas nos laboratórios garantem a autoridade do conhecimento científico na medida em que são atores mais confiáveis do que os homens com seus sentidos enganosos” (OLIVEIRA, 2012, p. 69). Isso fomenta, segundo a autora, o distanciamento entre a produção do conhecimento indígena e o conhecimento científico, uma vez que, enquanto a ciência ocidental procura constituir o saber como dado, apagando os processos de construção, a produção do conhecimento indígena é marcada pelo saber como construído e preocupado em evidenciar a cadeia de sua transmissão.

Não é, pois, desprovida de fundamento que uma das principais preocupações das comunidades indígenas seja, sem dúvida, preservar, promover e disseminar seus saberes. Isso assinala para a relevância de buscarmos apreender e analisar como se dá a inserção e o tratamento desses conhecimentos pelas esferas acadêmicas e pelos dispositivos de divulgação científica nos moldes ocidentais, privilegiando-se aqui, enquanto objeto de estudo, o campo da Ciência da Informação.

Assim observado, embora a produção e a disseminação dos conhecimentos tradicionais não sigam os mesmos procedimentos e regras da ciência clássica, posto que se “consistem num conjunto de informações desenvolvidas por meio da memória coletiva de um grupo e transmitidas oralmente” (LELIS; CARVALHO, 2014, p. 18), acredita-se que esses saberes têm muito a contribuir para o avanço científico. Contudo, é factível observarmos que para alguns setores sociais e políticos é interessante que os conhecimentos tradicionais, bem como os modos de fazer e viver indígenas não sejam reconhecidos e legitimados. Por outro lado, o Movimento Indígena tem travado, inclusive no campo jurídico, uma série de “batalhas” em prol do reconhecimento e do respeito aos seus conhecimentos tradicionais. Atentando para isso, buscamos sintetizar abaixo alguns avanços e percalços na esfera jurídica que estejam alinhados ao reconhecimento, à proteção e à legitimação dos saberes tradicionais.

Caminhando nessa direção, Melo e Buckhart (2013) produziram um estudo sobre o Direito Indígena e as inovações constitucionais na América Latina a partir do qual ressaltam que após o fim da segunda grande guerra foi possível se observar em nível mundial “mesmo se apenas no plano ideal, os princípios do constitucionalismo como princípios tendencialmente universais” (MELO; BUCKHART, 2013), o que teria resultado em um processo de expansão dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no plano internacional e constitucional. Entretanto, estudos sobre os direitos de proteção do conhecimento tradicional tem se atentado para as dificuldades em tratar juridicamente esses saberes.

Duas razões justificariam tal realidade: 1) o fato de a área jurídica sempre ter privilegiado os regimes de saberes das ditas elites e, 2) a dificuldade de se definir “conhecimento tradicional”. Atento a isso, Feres *et al.* assinalam que a atitude necessária para que o direito trate adequadamente os conhecimentos tradicionais é desconhecida do legalismo, acentuando, ainda, que é por meio do legalismo que se arquiteta “a manutenção da lógica colonial de desapropriação do conhecimento tradicional e, por conseguinte, a concessão do falso reconhecimento aos grupos tradicionais” (FERES *et al.* 2017. p. 67). Colocado nesses termos, julga-se importante ressaltar que a legislação brasileira considera como conhecimento tradicional:

Todos os elementos intangíveis associados à utilização comercial ou industrial das variedades locais e restante material autóctone desenvolvido pelas populações locais, em coletividade ou individualmente, de maneira não sistemática e que se insiram nas

tradições culturais e espirituais dessas populações, compreendendo, mas não se limitando a conhecimentos relativos a métodos, processos, produtos e denominações com aplicação na agricultura, alimentação e atividades industriais em geral, incluindo o artesanato, o comércio e os serviços, informalmente associados à utilização e preservação das variedades locais. (BRASIL, 2002, p. 3981).

Para além dessa modalidade de compreensão, outro desafio a ser enfrentado diz respeito à definição do que seja conhecimento indígena para as várias etnias. Isso se dá porque há uma limitação em nosso sistema de legislações, o qual não consegue compreender a diversidade de regimes e peculiaridades construídas ao longo da história por essas populações posto estarem presos à lógica ocidental, que exclui maneiras mais complexas e dinâmicas de se produzir conhecimento (CUNHA, 2009). Tendo em vista ampliar suas considerações, Cunha (2009) evoca Bankowski, (2007) para explicar que

[...] a controvérsia da relação entre direito e conhecimento tradicional localiza-se em outro ponto. O conhecimento tradicional desafia o direito porque, para ser compreendido, ele o obriga a sair do universal, como diz Bankowski (2007), e mergulhar no particular, pois, enquanto existe um regime único para o conhecimento científico, há uma legião de regimes de saberes tradicionais (CUNHA, 2009, p. 309).

Desse modo, mesmo que na Constituição Federal esteja prescrito que o Estado Nacional é pluriétnico e multicultural, na prática, o direito está fora dessa configuração, dado que, apesar de toda a variedade étnica e cultural que carregam, pouca atenção tem sido direcionada à preservação dos saberes desses povos ao longo da história do Estado brasileiro. Melo e Burckhart (2013) referendam isso ao afirmarem que:

[...] tanto a cultura jurídica latino-americana, quanto suas específicas instituições “derivam da tradição legal europeia”, ou seja, a história do constitucionalismo latino-americano negou preliminarmente a realidade social plural e etnicamente miscigenada presente no continente. Mesmo os ideais emancipatórios dos movimentos de independência foram buscados na França, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra – ideários liberais-burgueses – que, de modo geral, foram impostos aos povos da América Latina, sem levar em conta suas peculiaridades e o pluralismo étnico, cultural e social presentes nestas terras. (MELO; BURCKHART, 2013, p. 105).

Outro fator relevante a esse contexto é o fato de a legislação brasileira concernente à proteção dos conhecimentos tradicionais ser recente e ter embasado poucas decisões judiciais até o momento. Não sem razão, os tratamentos jurídicos direcionados aos patrimônios indígenas que mais se destacam são os que dizem respeito aos conhecimentos tradicionais sobre diversidade biológica e sua relação

com o sistema de proteção da propriedade intelectual. Nessa circunstância, a lei protege o conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético contra a utilização e exploração ilícita e outras ações lesivas e não autorizadas (BARBOSA, 2012), prescrevendo que a titularidade do direito é coletiva, e, portanto, pertencente à comunidade indígena. Porém, a lei deixa claro que tais conhecimentos integram o patrimônio cultural brasileiro como propriedade pública.

Para além desses marcos legais, o Brasil é signatário de tratados e documentos internacionais que reforçam a garantia e a efetividade dos direitos indígenas. Destacamos aqui o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que reconheceu, em 1989, o direito de os povos indígenas serem consultados, de forma livre e informada, antes de serem tomadas decisões que possam afetar seus bens e/ou direitos. No entanto, um estudo sobre a Convenção 169 da OIT produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com a *Rainforest Foundation Norway* - RFN, identificou maneiras diferentes de aplicar o direito de consulta previa ao evidenciar que, em algumas situações, a lei consegue barrar decisões e promover espaços de negociação, enquanto que em outras é usada como instrumento político para manipular a sociedade e legitimar decisões arbitrárias do Estado.

Avançando no processo de reconhecimento dos direitos indígenas no Brasil, em 1992 foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Naquela ocasião foi redigida a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), à qual o Brasil se tornou signatário em 1994. Segundo Antunha-Barbosa e Barbosa (2014), a importância dessa Convenção para a preservação dos conhecimentos tradicionais “vincula-se ao fato de que ela possibilita definir princípios normativos que consideram os recursos biológicos e genéticos nos limites dos Estados e não como um patrimônio comum da humanidade, como era praticado até então” (ANTUNHA-BARBOSA e BARBOSA, 2014. p. 99). Ao fazer isso, a CDB também reconhece a relevância e a dependência dos recursos biológicos para que as comunidades sobrevivam, além de destacar a importância de serem preservados os conhecimentos relativos a tais recursos e admitir a necessidade de repartição dos benefícios econômicos entre a comunidade, no caso de sua aplicação comercial. (ANTUNHA-BARBOSA e BARBOSA, 2014).

Atentos às controvérsias legais que circundam a causa dos conhecimentos tradicionais, alguns especialistas – indigenistas e antropólogos, sobretudo – têm

questionado se de fato existem vantagens para os detentores desses saberes ou se, na verdade, os reais beneficiados não acabam sendo aqueles com o acesso concedido. A conclusão a que se chega é que há uma evidente disparidade nos sistemas adotados e que eles não contemplam os objetivos desejados pelas comunidades tradicionais. Sobre isso, Cunha e Almeida (2002) efetuam o seguinte diagnóstico:

[...] os recursos genéticos e os conhecimentos associados eram considerados patrimônio comum da humanidade. No entanto, os produtos que derivam deles – remédios, sementes, cosméticos, defensivos agrícolas, corantes etc. – eram totalmente privatizados por meio de patentes ou outros mecanismos. Ora, a riqueza genética e os conhecimentos associados concentravam-se nos países em desenvolvimento, enquanto os direitos de propriedade intelectual se concentravam nos países desenvolvidos. Estes vendiam, aqueles davam. Com a Convenção, que procurava encaminhar uma solução para essa gritante diferença, os recursos genéticos passaram à soberania dos estados. Soberania, nota-se de passagem, não significa necessariamente que os recursos genéticos devam ser propriedade do estado. Os mecanismos básicos propostos pela Convenção sobre Diversidade Biológica eram a troca de tecnologias (concentradas no hemisfério norte) por acesso a recursos genéticos (concentrados no hemisfério sul). (CUNHA; ALMEIDA, 2002. p. 23).

Contudo, Baniwa (2012) afirma que os indígenas julgam a Constituição Federal, a Convenção 169 da OIT e a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas e Minorias como instrumentos satisfatórios, uma vez que, segundo o autor, reconhecem nelas questões fundamentais. Mesmo em face disso, para Souza (2018) e Duprat (2012) é urgente a imediata aplicabilidade desses instrumentos jurídicos para ancorar as lutas do Movimento Indígena e servir de aporte na defesa de seus direitos.

No entanto, no cenário atual do país, quando o Estado Brasileiro ataca e desconsidera tais direitos, além de realizar manobras para efetivar a execução de obras e empreendimentos de exploração em territórios indígenas⁸, observamos que uma questão se projeta como central nesta investigação: partindo desses dispositivos normativos, quais são os marcadores conceituais que circunscrevem a expressão “conhecimento tradicional”. Visando responder a essa indagação, recorreremos às formulações de Antunha-Barbosa e Barbosa (2014) que identificaram cinco pontos recorrentemente acionados para se definir esses saberes, são eles:

⁸ Vide em anexo: “Carta pública da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB sobre a regulamentação dos procedimentos do direito de consulta assegurada pela Convenção 169 da OIT”.

1. O conhecimento tradicional guarda diferença em relação ao conhecimento da sociedade circundante no que se refere aos ideais e pressupostos de seu conhecimento específico, uma vez que tem como centralidade o local onde é utilizado, integrando também o conhecimento externo que foi se introduzindo na comunidade ao longo do tempo;
2. Trata-se de uma informação sistemática, que é mantida oralmente;
3. Refere-se ao conjunto de todos os saberes e de práticas, implícitas e/ou explícitas que são aplicadas na vida socioeconômica e ecológica;
4. Diz-se do conjunto das experiências e do conhecimento de um grupo étnico e que se constitui na base para a tomada de decisões relativas a conflitos familiares. É criado, portanto, de forma interna e com elementos externos, porém, internamente integrados em razão da capacidade do próprio grupo em absorver conhecimentos relevantes;
5. Concerne, enfim, ao conhecimento localizado, tradicional e único que foi desenvolvido em razão de condições específicas de dada comunidade, situada em determinada área geográfica.

Tem em vista esse conjunto de apontamentos e marcadores legais e conceituais, acreditamos ter constituído um entendimento acerca do que se trata o conhecimento tradicional indígena e as implicações do sistema mundo vigente. Isto é, o sistema social brasileiro e suas inter-relações com as forças determinantes da sociedade nacional, entre elas a doutrina judiciária e como ela se comporta perante a questão indígena e os conhecimentos produzidos por estes povos no país.

Daqui em diante nossas discussões se voltam para os regimes de produção de conhecimento não-indígenas com intuito de problematizar as dinâmicas estabelecidas entre os eixos norte/sul⁹. Ressalta-se, em face disso, que nosso intuito será compreender, posteriormente, como a Ciência da Informação se engaja em tais dinâmicas. Para tanto, na próxima seção evocamos e dialogamos com algumas definições e reflexões sobre o “conhecimento dito científico/acadêmico” e a relação dos seres humanos com esta noção de saber.

⁹ Referência às Epistemologias do Sul, conceito formulado inicialmente por Boaventura de Sousa Santos em 1995, sendo reelaborado posteriormente por autores como Mignolo (2006), Huish (2006), Maldonado-Torres (2006) e Milani e Laniado (2007).

2.1 Conhecimento: o mundo

“Tentar nos derrubar é secular
 Hoje chegam pelas avenidas,
 mas já vieram pelo mar
 Oya, todos temos a bússola de um bom lugar
 Uns apontam para Lisboa,
 eu busco Omonguá
 Se a mente daqui pra frente é inimiga
 O coração diz que não está errado,
 então siga”. Raphão Alaafin, 2015¹⁰.

Na cultura do povo Omágua/Kambeba o conceito de sabedoria se destaca ao falarmos sobre conhecimento. Segundo Kambeba (2020) o conhecimento está intrinsecamente relacionado a sabedoria é fundamental para a resistência das nações indígenas. Para esta autora, compreender os saberes, entender o tempo e o espaço, fortalecer as relações, estreitar os laços faz parte de toda uma sabedoria, um arcabouço de conhecimentos que devem falar ao coração.

Moraes e Arcello (2000) afirmam que entender o mundo sempre foi uma preocupação dos seres humanos e explicam que isso acontece devido à necessidade que temos de conhecer a realidade que nos rodeia para garantirmos nossa existência e sobrevivência enquanto espécie. De forma semelhante, Marilena Chauí, retomando os gregos, também fala sobre essa necessidade de conhecer a realidade:

[...] os gregos se preocuparam em explicar não apenas a heterogeneidade e a multiplicidade das coisas existentes no mundo, mas também o momento que as faz existir, que as constitui, que transforma uma coisa em outra (CHAUÍ, 1987. p.19).

Deduz-se, com isso, que foram os gregos os responsáveis por formular um tipo de conhecimento¹¹ denominado Filosofia, reconhecido por grande parte da história ocidental como a única possibilidade de reflexão racional a respeito das coisas do mundo (ALVARES; BATISTA, 2007).

¹⁰ ALAAFIN, Raphão IN EMICIDA. Mandume. Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa : Laboratório Fantasma: 2015. “8:15”min.

¹¹ Atualmente permeia na academia um debate acerca da origem africana da filosofia grega:

https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/ricardo_matheus_benedicto_-_as_origens_africanas_da_filosofia_grega_mito_ou_realidade%C2%BF.pdf

De fato, os filósofos gregos discutiram temas diversos, no entanto, vamos destacar aqui aqueles que se debruçaram sobre os processos de produção do conhecimento. Segundo Alvares e Batista (2007), Sócrates (470-399a.C.) considerava impossível conhecer alguma coisa sem reconhecer a própria ignorância. Por conseguinte, para ele, o mais importante era saber o que não se sabe e, o maior obstáculo para a obtenção do conhecimento seria a presunção do saber. Platão (428-347 a.C.), por sua vez, tentou dar prosseguimento às reflexões de Sócrates almejando esclarecer como “saber aquilo que se ignora”. Foi Platão, pois, quem se colocou as seguintes indagações: “como buscará Sócrates, aquilo que absolutamente ignora? E das coisas que ignora, da qual farás objeto de investigação? E se por acaso a encontrares, como saberás que é exatamente a que buscavas, se não a conhecias?” (ALVARES; BATISTA, 2007. p. 02).

A partir do que foi exposto até este ponto, observamos que os conhecimentos indígenas possuem características que poderiam ter auxiliado na resolução das questões colocadas por Platão, uma vez que – segundo Cunha e Almeida – as populações indígenas tradicionais:

[...] pesquisam e especulam sobre a natureza muito além do que seria necessário ou racional do ponto de vista econômico. Há um excesso de conhecimentos somente justificado pelo mero prazer de saber, pelo gosto do detalhe e pela tentativa de ordenar o mundo de forma intelectualmente satisfatória. (CUNHA; ALMEIDA, 2002, p. 14).

Essa citação nos mostra que, tal como os gregos, as populações indígenas também mantêm práticas culturais que englobam racionalização metódica e sistemática. No entanto, é preciso não perder de vista que Platão acreditava que as ideias estão separadas do mundo concreto e, por isso, são independentes do mundo humano.

Em oposição a esta concepção, Aristóteles (368 a.C. – 348 a.C.) concebeu um sistema filosófico no qual direciona as ideias para uma classificação fundamental, a qual serviu de base para a construção, no mundo ocidental, de uma tradição racionalista para se pensar a verdade e o próprio conhecimento.

Não por acaso Moraes e Arcello (2000) ressaltam que durante a Idade Média a verdade filosófica foi colocada a serviço da perspectiva cristã. Nesse período, Tomás de Aquino (1225-1274) distendeu o pensamento e a terminologia conceitual aristotélica convertendo-os em traços expressivos de sua obra. Posteriormente, Nicolau de Cusa (1401-1464) retoma a discussão de Sócrates e Platão procurando

entender até onde pode chegar o conhecimento humano. Ao fazer isso o pensador pôde propor que conhecer é estabelecer uma proporção entre o conhecido e o desconhecido, entre o que já se conhece e o que se vai conhecer.

Com relação à Idade Moderna, Moraes e Arcello (2000) avaliam que um conjunto de transformações econômicas, políticas e sociais decorrentes da expansão do capitalismo demandou uma nova concepção de conhecimento calcada no domínio da natureza e no abandono das concepções racionalistas aristotélicas. Desse modo, segundo as autoras, é aí que a sociedade ocidental passa a valorizar quase que exclusivamente os saberes ancorados na observação e na experimentação (MORAES; ARCELLO, 2000). Ao atentarem para isso, nossas interlocutoras defendem que a formulação desse novo modo de produzir conhecimento resultou no nascimento do método. Abaixo sistematizamos a contribuição de alguns autores inscritos em áreas diversas para o estabelecimento da produção desse conhecimento marcadamente valorizado pela modernidade ocidental.

Como primeiro marco, temos a contribuição de Francis Bacon que colaborou para a evolução científica ao defender a necessidade de se estudar os erros para evitá-los. Como resultado, desenvolveu o método indutivo, método que passa a ser considerado o mais apropriado para o entendimento do processo cognitivo. Em seguida, temos René Descartes que deu sequência ao trabalho de Bacon e é considerado hoje um dos principais formuladores do pensamento moderno (ALVARES; BATISTA, 2007). Ele também cooperou para o desenvolvimento do pensamento científico ao refletir sobre o uso rigoroso do método para estabelecer critérios sobre “as verdades” e para conferir validade a novos conhecimentos (MORAES; ARCELLO, 2000).

As contribuições desses dois pensadores acabaram por influenciar, segundo Moraes e Arcello (2000), todos os filósofos empenhados na revolução científica dos séculos XVI e XVII que também refletiram sobre o problema do método, dado que:

[...] o pensamento especulativo, abstrativo, que era característica predominante no pensamento medieval, cedeu lugar a uma nova orientação, que propõe como meta o controle e não só o conhecimento da natureza. A filosofia não será mais o conhecimento da realidade e sim, mais fundamental e radicalmente o poder sobre a natureza (GILES, 1979. p. 62).

A partir desta afirmação, voltamos nosso olhar para o pensamento de Spinoza, o qual se direciona para a ação. Foi ele quem primeiro propôs que o ser humano só

pode conhecer a si e a Natureza a partir de três formas distintas de conhecimento - que se constituem como formas diferenciadas de apreender a realidade – quais sejam: a opinião ou imaginação, a razão e a ciência intuitiva. Ao refletir sobre as formulações do filósofo, Marilena Chauí diz que a obra de Spinoza é um “convite a perder o medo de viver” (1995, p.82). Talvez por este motivo sua obra continue a influenciar novas teorias e conceitos em campos diversos, como por exemplo, os estudos de gênero a partir da questão “o que pode um corpo?”. Atentando para isso, Deleuze reconhece que Spinoza “oferece uma imagem da vida positiva e afirmativa, em detrimento dos simulacros com os quais os homens se contentam” (DELEUZE, 2002, p.18-19) e sua filosofia se traduz em um modo de pensar e de viver.

Contemporâneo de Spinoza, John Locke procurou responder de onde vem o conhecimento e se existem conhecimentos ou competências inatas. Locke considerava que tudo é aprendido pela experiência e que o conhecimento empírico é a única possibilidade de se conhecer a verdade. Em face disso, a partir da influência de Locke, os estudos sobre o tema do conhecimento deixam de considerar a antiga concepção de que determinadas verdades são evidentes e intuitivas.

Considerando isto, Bezerra (2020) reflete que para se apreender os avanços que culminaram em uma concepção hegemônica de ciência na sociedade ocidental é preciso retomar as seguintes questões: o que é possível saber? e, quais as potencialidades e limites do conhecimento humano? Isso porque, para ele, tais questões partem de dois principais afluentes “o racionalismo de Descartes e Leibniz, que admite que o conhecimento pode ser atingido puramente pela razão, e o empirismo de Hume, Locke e Berkeley, para quem o conhecimento só pode ser alcançado a partir da experiência” (BEZERRA, 2020, p. 190). Ainda de acordo com Bezerra (2020), nesse mesmo movimento, não devemos perder de vista a contribuição de Kant para os estudos da epistemologia do conhecimento, a qual se relaciona com Francis Bacon e René Descartes. Assim explicitado, para nosso interlocutor, Kant “marcou de forma determinante a filosofia alemã do século XIX, provocando o pensamento de Hegel e, posteriormente, os de Marx e Engels (BEZERRA, 2020. p. 183).

Contudo, é importante observar que partiu de Condorcet a primeira tentativa de formular a ideia de uma ciência livre dos interesses dos poderosos e voltada para a sociedade. Segundo Moraes e Arcello (2000), foi o filósofo e matemático francês quem preconizou que “homem e natureza são regidos pelas mesmas leis da natureza; a

ideia de neutralidade do fato observado; e a ideia de um único método para a observação da natureza e da realidade social” (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 05). Pressuposto apropriado por Augusto Comte ao introduzir sua filosofia positivista. Sobre isso Moraes e Arcello afirmam que:

[...] para a filosofia positivista o método tem primazia sobre a verdade e a garantia dessa verdade é obtida através da observação e experimentação. Baseado nesses pressupostos filosóficos Comte, elabora uma classificação das ciências onde a hierarquia proposta regula a importância através das ciências da natureza. Esse modelo hierárquico virá a influenciar o desenvolvimento de todos os campos da ciência, bem como a Ciência da Informação. (MORAES; ARCELLO, 2000. p. 04).

Essa afirmativa de Moraes e Arcello (2000) enfatiza que, no contexto de sua estruturação enquanto campo do conhecimento, a Ciência da Informação também bebeu da fonte de muitos autores clássicos que contribuíram para a formação de uma ciência hegemônica baseada no racionalismo, no empirismo e na neutralidade.

Dito isso, a partir deste ponto, buscamos explorar alguns marcos históricos correlacionados aos processos de transmissão do conhecimento e vinculados ao desenvolvimento dos estudos sobre a memória, o intelecto e os sentimentos a partir de um âmbito ocidental/branco/colonialista. É possível perceber que em alguns momentos essa lógica se aproxima do modo de saber fazer tradicional, mas não é similar. Para alguns mestres do conhecimento tradicional, como Antônio Bispo dos Santos¹² por exemplo, talvez isto aconteça porque a constituição do conhecimento ocidental/branco/colonialista tem em seu fundamento a negação de acesso às pessoas. Para este pensador, sua causa seria bíblica, uma vez que quando Adão come a fruta do conhecimento, ele é expulso do paraíso.

Lá no Jardim do Éden, a primeira coisa que Deus fez com Adão foi proibir que Adão comesse da fruta da árvore do conhecimento, ou seja, Deus proibiu Adão de saber. Adão poderia ficar no Paraíso, desde que ele não comesse nada. Quando Adão come a fruta do conhecimento, ele é expulso. E daí pra cá, o conhecimento sempre é negado às pessoas, o acesso ao conhecimento. (SANTOS; MAYER, 2020. p. 63)

Partindo deste entendimento, avaliamos ser importante direcionarmos nosso olhar para alguns autores ocidentais que procuraram entender como o conhecimento

¹² Antônio Bispo dos Santos é lavrador, poeta, escritor, professor convidado em universidades e liderança quilombola ou, como prefere ser reconhecido, “um tradutor dos saberes”.

é transmitido. Para tanto, recorreremos à obra de Jerry Gill, "*Learning to learn: toward a philosophy of education*", para ressaltarmos alguns pensadores do campo da educação que refletiram sobre a constituição do conhecimento e da aprendizagem. De forma resumida esses pensadores e suas ideias foram sistematizados abaixo.

Em sua discussão sobre o materialismo histórico-dialético, Marx parte da concepção de que o processo de produção do conhecimento está baseado na economia. Para ele, o conhecimento é social e, além disso, é a consciência histórica dos indivíduos que o produz. Ele propõe uma concepção de conhecimento cuja análise é baseada na produção material dos homens, isto é, na questão econômica. Dessa forma, o conhecimento é social e é a consciência histórica dos indivíduos. A realidade social não é um dado isolado e neutro, mas determinado pelos homens. Tratando dessa forma, a concepção sobre o conhecimento assume, a partir da influência da obra de Marx, uma postura contestadora em relação ao positivismo.

Por sua vez, Whitehead considerava o processo de conhecimento uma via em que o aprendiz e aquilo que foi apreendido são alterados no caminho. Colocado nesses termos, a experiência cognitiva dar-se-ia a ver como um processo rítmico, cíclico e contínuo, portanto, um ciclo que se encerra ao mesmo tempo em que abre novo ciclo (GILL, 1993). Pode-se dizer que Whitehead percebe o processo de conhecimento como uma estrada de duas mãos, onde o aprendiz e o que é aprendido são alterados. Para ele, tudo que se refere à experiência cognitiva é dinâmico e cíclico. Em oposição a Whitehead, para quem conhecimento é uma correspondência entre o pensado e o real, Dewey define conhecimento como aquilo que permite ao indivíduo executar tarefas e a cognição como um processo ativo focado em duas dimensões: liberdade e participação. Ao propor isso, esse filósofo pragmatista acredita que o objetivo do aprendiz deve ser mudar o mundo. Ademais, para Dewey, o conhecimento surge na dinâmica entre a experiência humana e seus objetivos (GILL, 1993). Segundo Gill (1993), Whitehead e Dewey tendem a achar que o conhecimento é algo externo ao conhecedor, algo que precisa ser encontrado por ele. Para o primeiro, entretanto, o processo de conhecer é uma forma de aquisição ou de assimilação e para o segundo uma oportunidade de experimentação.

Os estudos de Carl Rogers também confluem nesse sentido e têm como tema dominante o "aprender a aprender", estabelecido a partir de estudos sobre a definição do papel do professor e a natureza do aprendiz. A compreensão de Carl Rogers sobre o processo de aprendizagem é similar à de Dewey, dado que, para ele, a essência do

aprendizado é o significado que transforma o aprendiz a partir da combinação entre: i) a lógica e a intuição, ii) o intelecto e o sentimento; iii) o conceito e a experiência; e iv) a ideia e o significado. Carl Rogers defende, pois, que o aprendizado é uma porta para a “facilitação da mudança”, voltada não só para a sobrevivência, mas, também, para uma existência significativa.

De acordo com Gill (1993), Paulo Freire partilha com Whitehead e Dewey a crítica à educação ocidental. Isso porque, para o educador brasileiro, o conhecimento surge na relação dialógica e recíproca entre o conhecimento do mundo, o professor e o aluno. Nessa mirada o conhecimento constitui-se em um processo que transforma tanto aquilo que se conhece sobre algo quanto quem conhece algo (Gill, 1993). Nessa modalidade de compreensão, enquanto Dewey coloca o aprendiz como sujeito engajado ativamente na solução de problemas, Freire afirma que muitos nem chegam a identificar a existência de um problema. Não sem razão, em sua obra, Paulo Freire deixa claro que nossa compreensão do processo de conhecer é crucial para determinar como construímos e experimentamos o mundo para nós e para os outros (Gill, 1993).

Deleuze e Guattari, mesmo não tendo tratado a educação como foco de seus escritos, contribuem para o estímulo do desenvolvimento de uma postura criadora no âmbito educacional. Contribuição observada, por exemplo, na defesa que eles fazem sobre as três potências do pensamento: a filosofia que cria conceitos, a ciência que cria funções, e a arte que cria percepções e afetos. Nesse ponto as ideias de Deleuze e Guattari confluem com a de Paulo Freire no sentido que consideram que cada indivíduo é repleto de potencialidades que só se realizarão de acordo com os encontros com o mundo.

Em relação a tais encontros Bourdieu (1972) refletiu sobre o papel da escola na sociedade propondo uma maneira diferente de interpretar a função da educação e da instituição escolar. A sociologia da educação de Bourdieu discute, pois, a importância da bagagem cultural que cada um traz consigo e o quanto esta bagagem é decisiva na aquisição e produção do conhecimento científico. Ao fazer isso, o autor considera que os estudantes não estão em condições igualitárias na escola, uma vez que trazem consigo uma bagagem social e cultural diferenciada. Bourdieu se vale dessa crítica para questionar o papel da escola na reprodução e legitimação das desigualdades sociais. Complementarmente, tece reflexões acerca da constituição do conhecimento tensionando três modos de conhecimento teórico do mundo social –

três maneiras diferentes de apreender o mundo – são eles: 1) conhecimento fenomenológico; 2) conhecimento objetivista e 3) conhecimento praxiológico. Dentre esses três, Bourdieu considera o conhecimento fenomenológico e o objetivista como conhecimentos hegemônicos e quase excludentes. Em suas palavras, o conhecimento fenomenológico:

Explicita a verdade da experiência primeira do mundo social, isto é, a relação de familiaridade com o meio familiar, apreensão do mundo social como mundo natural e evidente, sobre o qual, por definição, não se pensa e que se exclui a questão de suas próprias condições de possibilidade. (BOURDIEU, 1983, p. 46).

Enquanto o conhecimento objetivista seria o contrário disto uma vez que:

[...] constrói relações objetivas (isto é, econômicas ou linguísticas), que estruturam as práticas e as representações das práticas (ou seja, em particular, o conhecimento primeiro, prático e tácito, do mundo familiar), ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro e, portanto, com os pressupostos tacitamente assumidos que conferem ao mundo social seu caráter de evidência e de natural. (BOURDIEU, 1983, p. 46-47).

Por sua vez, ainda segundo Bourdieu, o conhecimento praxiológico rompe com o *modus operandi* do conhecimento objetivista ao integrar subjetividade e objetividade. Isto quer dizer que esse modo de conhecimento busca explicar as condições objetivas das práticas subjetivas e, ao mesmo tempo, complementa o conhecimento fenomenológico ao articulá-lo por meio de pesquisas empíricas assentadas em estruturas objetivas.

Por sua ênfase nas necessidades e envolvimento do aprendiz como o lócus do verdadeiro aprendizado, Rogers se assemelha à Whitehead, Dewey e Paulo Freire. Por sua vez, Freire se alinha a Whitehead e Dewey no que diz respeito à crítica da educação tradicional, que ele denomina como conceito ‘bancário’ de educação. Tal qual Dewey, Freire acredita que o verdadeiro aprendizado só acontece quando o aprendiz é colocado perante algum problema que o impede de implementar suas decisões ou satisfazer seus desejos. Bourdieu também critica a educação convencional ao questionar o papel da escola na manutenção dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais

Dito isto, é importante notar que as reflexões apresentadas até aqui e desenvolvidas por múltiplos autores dialogam entre si e que em alguma instância possuem pontos de contato com as populações indígenas. Em geral, as populações

indígenas entendem que o aprender e o conhecer, e por consequência o conhecimento, está intrinsecamente relacionado à vivência diária em meio à natureza.

É amplamente reconhecido que a educação é um direito humano fundamental e, segundo Souza (2014), é também a terceira maior demanda das populações indígenas do Brasil, ficando atrás somente das lutas por demarcação e saúde.

Segundo a autora:

o direito a uma educação diferenciada e que contemple os conhecimentos indígenas, a exemplo da saúde, tem sido reivindicado há décadas por meio das organizações e associações indígenas formadas por profissionais indígenas da educação. Ter acesso ao conhecimento ocidental e não indígena respeitando as especificidades culturais de cada grupo étnico é também um direito conquistado constitucionalmente pelos povos indígenas, reforçado também nos tratados internacionais da Declaração da ONU (2007) e na Convenção 169 da OIT. Além disso, a educação é encarada atualmente como um instrumento de luta para a defesa dos povos indígenas. (SOUZA, 2018, p. 214)

Nesse sentido, julgamos pertinente recuperar a indicação de que no contexto da produção de conhecimento tradicional indígena somente após o saber se tornar um *habitus* é que se deve transmiti-lo. Isso porque o processo de aquisição de conhecimento é muito mais importante para as etnias indígenas que o conhecimento em si, preconizando, assim, ser necessário ter praticado muito do conhecimento retido para seu portador ser considerado um mestre. Para Márcia Wayna Kambemba¹³ o papel do professor é

Aprender a ouvir nossos alunos, suas dúvidas, suas histórias, seus anseios etc. Há milhares de caminhos e cada um de há de descobrir como seguir, sem permitir que, como pessoa, alguém lhe imponha o seu caminho ou sua forma de caminhar. Precisamos de guias que nos ajudem a caminhar e encontrar respostas e não nos deem respostas prontas. (KAMBEBA, 2020, p. 111)

Kambemba (2020, p. 109) exemplifica como a educação indígena acontece no espaço escolar comunitário, autora afirma que gosta “de tirar meus alunos da sala e deixar sentirem o chão, a terra, a água, a areia da praia nos pés, conhecer com outro olhar o seu lugar”. A autora afirma que

¹³ Márcia Wayna Kambemba é indígena, do povo Omágua/Kambemba no Alto Solimões (AM). Nasceu na aldeia do povo Tikuna e mora hoje em Belém (PA). É mestra em Geografia, escritora, poeta, compositora, fotógrafa e ativista. Percorre todo Brasil e América Latina discutindo a importância da cultura dos povos indígenas, em uma luta descolonizadora que chama para um pensar crítico-reflexivo sobre o lugar atual dos povos originários sul-americanos.

O tempo do aprender indígena ensinado pelos mais velhos não é o do relógio, que marca a educação vinda da cidade, com hora para começar e terminar, conteúdo específico para cada série. O tempo da aldeia obedece às rodas de cantoria, de narrativas, da lua cheia, do maracá. Falo do tempo circular que fortalece a união porque cria campos energéticos de luz. Esse saber se traduz na psicologia e na pedagogia da aldeia. (KAMBEBA, 2020, p. 28)

Sobre a transmissão do conhecimento, a autora reforça que

A educação é transmitida de várias formas dentro da aldeia. A música faz com que as crianças e os adultos memorizem as palavras da língua nativa e afirmem um comprometimento todo dia com sua manutenção e perpetuação. Os grafismos, que representam a espiritualidade e a identidade, são ensinados no contexto de uma disciplina chamada de “notório saber”, porque a educação que vem da aldeia é algo único, próprio de cada nação. Ter sua história nas mãos e é importante para fortalecer um no outro a continuidade de (re)existências(s). (KAMBEBA, 2020, p. 28)

Assim sendo, é possível perceber que a linguagem oral é muito estratégica para a aprendizagem e a transmissão do conhecimento tradicionais. A autora relata um pouco mais sobre o uso da linguagem oral para transmissão de conhecimentos e valores no contexto indígena

Inicialmente, é preciso ver o canto indígena como um todo: cantamos para nosso corpo abraçar a perfeição. No contexto ritualístico, percebemos a música não como elemento artístico-midiático, mas como elemento sociocultural, ao mesmo tempo simbólico, identitário e de trabalho. Cantamos e dançamos, mas não queremos ser vistos como entretenimento exótico ou apresentação folclórica. (KAMBEBA, 2020, p. 92)

Por isso, a linguagem é um ponto de grande interesse para nossa pesquisa. Além disso, consideramos ser a linguagem um fator relevante para apreender as maneiras de organização do pensamento e de construção do conhecimento. E é desse assunto que vamos tratar na próxima seção.

2.2 Conhecimento: a língua

“A importância da linguagem para o desenvolvimento da cultura está em que nela o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que ele considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor. Na medida em que por muito tempo acreditou nos conceitos e nomes de coisas como um aeterna veritates (verdades eternas), o homem adquiriu esse orgulho com que se ergueu acima do animal: pensou ter realmente na linguagem o conhecimento do mundo. O criador da linguagem não foi modesto a ponto de crer que dava às coisas apenas denominações, ele imaginou, isto sim, exprimir com as palavras o supremo saber sobre as coisas; de fato, a linguagem é a primeira etapa no esforço da ciência. Da crença na verdade encontrada fluíram, aqui também, as mais poderosas fontes de energia.”
(NIETZSCHE, 2000. p. 13)¹⁴.

Nesta seção traçamos um breve panorama acerca das relações instituídas entre a linguagem e a construção do conhecimento/pensamento. Para tanto, acionamos as obras de Vygotsky (1896-1934) e de Pierre Bourdieu acerca da linguagem e sua implicação na construção do saber e do conhecer.

Vygotsky, diferente de Marx, acreditava não ser possível delimitar o estudo da sociedade do ponto de vista da economia política posto serem o ensino e a aprendizagem processos sociais. Para além dessa demarcação interessa-nos abordar as contribuições do psicólogo russo para o estudo do pensamento e da linguagem. Sobre essa interconexão, Vygotsky afirma ser incorreto conceber o pensamento e a linguagem como dois processos separados que apenas se cruzam em determinado ponto e interagem mecanicamente. Para ilustrar esse aspecto – considerado por ele uma falha metodológica dos estudos sobre o tema – afirma que considerar tais processos como dois elementos autônomos, independentes e isolados é como tentar explicar o porquê de a água extinguir o fogo isolando seus componentes, uma vez que:

[...] o oxigênio mantém a combustão enquanto o hidrogênio é inflamável (...) Em realidade, afirmar que a água é formada de oxigênio e hidrogênio significa dizer que a mesma coisa se aplica a toda a água em geral e igualmente a todas as suas propriedades: ao grande oceano nas mesmas proporções que a uma gota de chuva, à

¹⁴ NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**: um livro para espíritos livres. (tradução de Paulo Cezar de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

propriedade que tem a água de apagar o fogo na mesma proporção que à lei de Arquimedes” (VYGOTSKY, 2000. p. 397).

Vygotsky percebeu que os significados das palavras se desenvolvem e, dessa maneira, buscou introduzir nas teorias da linguagem e do pensamento a facticidade de que o significado de uma dada palavra pode ter sua natureza psicológica interior modificada (VYGOTSKY, 2000). De forma semelhante, mas em outro contexto e a partir de outros referentes, Jesse Shera, teórico do campo informacional, propôs entender a linguagem como “a estruturação simbólica do conhecimento em forma comunicável e, nesse sentido, a própria linguagem pode determinar tanto o comportamento e a conduta individuais, como grupais” (SHERA, 1977. p.10).

Proposições que vão de encontro às reflexões de Bourdieu sobre como a língua exerce poder nas dinâmicas sociais a partir de aspectos diversos como, por exemplo, em termos das diretrizes estabelecidas quanto ao seu uso ideal. Para Bourdieu o poder da língua é determinante na posição social dos indivíduos. Na busca por sustentar suas proposições, o autor critica o estruturalismo de Saussure e Chomsky, uma vez que, para ele, a abordagem estruturalista analisa a língua como elemento apartado do contexto social.

Não é por acaso, pois, que para Bourdieu a escola configura-se como instituição fundamental para a estruturação dessa relação social onde um indivíduo é dominante e o outro é dominado. Segundo o autor, “no processo que conduz à elaboração, legitimação e imposição de uma língua oficial, o sistema escolar cumpre a função determinante de “fabricar” as semelhanças das quais resulta a comunidade de consciência que é o cimento da nação (BOURDIEU, 1996, p. 35). É muito importante para nossa pesquisa captar essas ideias uma vez que estamos falando de populações que foram colonizadas por uma língua exterior à sua.

Somado a isso, no que diz respeito ao nosso campo de atuação – a Ciência da Informação – a linguagem constitui-se como instância primordial para representar a(s) informação(ões). Assim sendo, é de se esperar que a Ciência da Informação brasileira realize estudos acerca destas representações, muitas delas oriundas de universos tão diferentes daqueles que concebem as ferramentas, teorias e métodos de atuação na área, os quais são geralmente gerados em outros países e são implementadas de maneira universal no mundo todo

Recentemente uma pesquisa desenvolvida por Lera Boroditsky (2001), da Universidade Stanford, coletou dados na China, Grécia, Chile, Indonésia, Rússia e

Austrália aborígine e concluiu que as pessoas que falam línguas diferentes, realmente pensam de maneira diferente e que a própria gramática de uma língua pode afetar profundamente a forma como vemos o mundo. Sem perder essa prerrogativa de vista, campos do saber como a inteligência artificial e a linguagem de programação têm se dedicado, também, a estudar a diversidade de línguas indígenas. Essas áreas reconhecem o potencial que esse tipo de conhecimento pode trazer para soluções futuras na área de informação, é o que apontam Chen (2018), a título de exemplificação.

Portanto, tendo por guia a constatação de que uma língua influencia na percepção da realidade e até mesmo na formação da cognição humana, faz-se evidente a maneira diferenciada que os indígenas produzem conhecimento e enxergam o mundo, marcador de diferença certamente relacionado ao fato de que essas populações dominam várias línguas extremamente complexas. Isto se torna importante no âmbito desta pesquisa uma vez que estamos tratando do conhecimento tradicional indígena e que a língua é importante na formação do pensamento, produção e transmissão do conhecimento para estas populações. Elemento que foi duramente impactado no processo colonial e que impõe pressões até os dias atuais, dado que as populações indígenas vivem em um país que tornou língua oficial um idioma externo a esses povos.

Dado que os conhecimentos mais importantes são transmitidos oralmente, a língua é empregada como instrumento de preservação da memória que é utilizada de maneira estratégica como meio garantidor de direitos e preservação dos seus modos de vida. Kambeba afirma que

Na educação indígena busca-se criar espaço e ações de interação entre culturas, entre mundos, sempre num constante diálogo, sem perder as próprias referências identitárias, como a língua nativa, forte elemento de afirmação cultural e resistência. (KAMBEBA, 2020, p. 28)

Percebe-se então que é por meio do emprego da língua que se fortalece a memória por meio da transmissão de cantos, mitos e outras práticas performáticas através das quais as comunidades indígenas fazem perdurar conhecimentos e fomentam a dimensão ética e política que estão na base dessas relações compartilhadas.

No entanto, o conhecimento indígena não é apenas transmitido de geração a geração. Antes de ser transmitido, ele é qualificado e desenvolvido por cada geração que o recebe. Conforme explicam Cunha e Almeida (2002. p. 14), esses processos

envolvem “por um lado pesquisa, experimentação e observação; por outro, envolve raciocínio, especulação e intuição. Supõe uma prática constante e, enfim, muita troca de informações”. Distendendo suas considerações, esses mesmos autores apontam que:

[...] o conhecimento que as populações têm da floresta que habitam é verdadeiramente enciclopédico, no sentido de cobrir áreas variadas (...) Modos de fazer, modos de pensar, modos de conhecer. Não que cada um saiba o mesmo que todos os outros: cada qual aprofunda conhecimentos em certas áreas. (CUNHA; ALMEIDA, 2002, p. 16).

Percebe-se, com isso, que a educação indígena considera meios de transmissão de conhecimento todos os aspectos cotidianos da vida. Cantar, tecer, pescar, plantar, conversar, comemorar e até mesmo sonhar são práticas e gestos que fazem parte do aprendizado indígena e são tidas como meios de transmissão de seus saberes. Dito com outras palavras:

[...] O exercício dessas atividades é crucial para que se mantenham os conhecimentos. É na caçada, no marisco, na agricultura, no corte da seringa, nas práticas em geral que se transmite e se amplia o conhecimento da floresta. Não existe e não persiste um saber desvinculado da prática. No dia em que não mais se subsistir da floresta, todo um mundo de conhecimentos e de possibilidade de descobertas será perdido. Dizer que a observação é posta a serviço de práticas não significa que se reduza a elas. (CUNHA e ALMEIDA, 2002, p. 14).

Os saberes indígenas estão, pois, integralmente ligados ao seu modo de conhecer e lidar com o mundo, sendo a língua um importante fator nas interações sociais e, conseqüentemente, na formação do conhecimento dessas comunidades. A esse respeito Jecupé (2020) afirma que

A memória cultural se baseia no ensinamento oral da tradição, que é a forma original de educação nativa, que consiste em deixar o espírito fluir e se manifestar por meio da fala aquilo que foi passado pelo pai, pelo avô e pelo tataravô. (JECUPÉ, 2020, p. 33)

É possível notar que Paulo Freire apontou sobre a troca entre aprendiz e mestre da mesma maneira que os conhecimentos são praticados pelas sociedades indígenas. Enquanto o conhecimento indígena transmitido oralmente perdura de gerações a gerações, mesmo as que passaram por inúmeros apagamentos, ainda detém nos cantos e mitos conhecimentos que são úteis e formam seus descendentes para as questões da sobrevivência, como alimentação, saúde, práticas de cura que vem permeados por uma dimensão ética e política compartilhada. A educação

indígena é tarefa de toda uma coletividade, portanto suas diferentes dimensões, são dominadas por todos que fazem parte de uma mesma população.

Neste contexto de exacerbação das mídias, é possível notar que a palavra escrita não garante que os conhecimentos registrados e transmitidos formalmente serão incorporados pelos sujeitos. A vida indígena é norteadada pelo bem viver que possui uma dimensão múltipla. Dimensão esta que parece só ser possível transmitir no dia a dia, na construção das práticas diárias e assim se tornam indissociáveis da possibilidade de ser e estar no mundo. Segundo Jecupé, “um narrador da história do povo indígena começa um ensinamento a partir da memória cultural de seu povo, e as raízes dessa memória cultural têm início antes de o tempo existir” (JECUPÉ, 2020, p. 33).

Conforme afirma Ourique (2019) a perda da habilidade de narrar, de transmitir a experiência através da palavra, reflete um dos problemas que o desenvolvimento científico e tecnológico desligado da condição humana acarretou. Em 1936 Walter Benjamin já refletia sobre como a arte de narrar, de transmitir conhecimento entrava em declínio quando a experiência coletiva (*erfahrung*) se enfraquecia e abria espaço à experiência solitária (*erlebniz*) (PIEROBON, 2013). Em seu “O narrador”, ensaio onde Walter Benjamin procura diferenciar narrador do romancista, considerando o narrador um artesão da palavra, um criador de histórias a partir do conhecimento dos costumes e das tradições. Neste sentido os anciãos, detentores dos conhecimentos indígenas, se assemelham ao narrador de Benjamin. No entanto, esta figura vem sendo deslegitimada ao longo do tempo, conforme Kambeba (2020) observa

Por tempos, nós indígenas, carregamos rótulos de atrasados, preguiçosos, fedorentos, desafinados, canibais, entre outros difíceis de lembrar e escrever. No senso comum, quando se pensa em culturas indígenas, logo vem a ideia de que somos aculturados ou não mais existimos, porque não mais somos como nossos ancestrais do período de invasão e conquista. (...) como qualquer cultura, as nossas são dialéticas e não foram destruídas, mas passaram por adaptações, fruto das demandas dos novos tempos e espaços. (KAMBEBA, 2020, p. 18)

Até aqui percebemos que ao longo do tempo os povos indígenas vêm falando – tanto em suas línguas quanto nas línguas colonizadoras - sobre a impossibilidade de se conceber conhecimento dissociado da natureza, e não são escutados. Frente a isso, e, tendo em vista que a Ciência da Informação trabalha com representação da

informação e do conhecimento, não se pode desconsiderar os elementos apresentados até este ponto.

Acreditamos que esse deve ser um campo de interesse para a CI, o que será verificado na análise dos dados levantados por essa pesquisa e no próximo capítulo, no qual buscamos assinalar como a Ciência da Informação se relaciona com o tema do conhecimento a partir de técnicas, práticas e dispositivos voltados para sua organização, disseminação e preservação.

3. Conhecimento: Ciência da Informação

*“Modernizar o passado
 É uma evolução musical
 Cadê as notas que estavam aqui
 Não preciso delas!
 Basta deixar tudo soando bem aos ouvidos
 O medo dá origem ao mal
 O homem coletivo sente a necessidade de lutar
 o orgulho, a arrogância, a glória
 Enche a imaginação de domínio
 São demônios, os que destroem o poder bravo da humanidade
 Viva Zapata!
 Viva Sandino!
 Viva Zumbi!
 Antônio Conselheiro!
 Todos os panteras negras
 Lampião, sua imagem e semelhança
 Eu tenho certeza, eles também cantaram um dia”.*
 Chico Science, 1994.¹⁵

No capítulo anterior procuramos demonstrar a existência de modos distintos de se conceber o conhecimento e como, em maior ou menor grau, algumas dessas concepções se impuseram de maneira dominante na organização do pensamento (CARVALHO, 1989). Neste capítulo intentamos esboçar um panorama acerca da construção do conhecimento pela Ciência da Informação. Para tanto, apresentamos definições de conhecimento encontradas em publicações da área, a começar pelo Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Nessa obra consta que conhecimento é:

- "Operação vital imanente que tem por efeito fazer um objeto presente ao sentido ou à inteligência. O saber que resulta desta operação".
- "Conhecer é, para o pensamento, entrar em contato com um objeto que lhe é exterior, seja ele qual for o modo de contato, portanto, o conhecimento é o ato de conhecer e resultado desse ato" (...).
- "Conhecer é ser capaz de formar a ideia de alguma coisa; é ter presente no espírito. Isso pode ir da simples identificação (conhecimento comum) à compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico)" (...).
- "O conhecimento é "a informação mais valiosa e, conseqüentemente, mais difícil de gerenciar. É valiosa precisamente porque alguém deu à informação um contexto, um significado, uma interpretação; alguém refletiu sobre o conhecimento, acrescentou sua própria sabedoria, considerou suas implicações mais amplas" (...)

¹⁵ CHICO SCIENCE. Monólogo a pé do ouvido. Da lama ao caos. Chaos : 1994. "5:07" min.

- Conteúdo informacional contido nos documentos, nas várias fontes de informação e na bagagem pessoal de cada indivíduo” (CUNHA, 2008. p. 101).

Observa-se que o conhecimento científico é citado nessa definição como a “compreensão exata e completa dos objetos”. A fim de distendermos essa designação, vejamos como o Dicionário define conhecimento científico:

- Objeto e resultado da pesquisa (fatos, teorias, hipóteses, etc.) tais como se manifestam na informação e nos dados científicos” (UNESCO).
- Conhecimento que resulta da pesquisa científica, ou seja, da pesquisa realizada de acordo com o método e o objetivo da ciência (...).
- Combinação de conhecimento explícito e tácito formado a partir das informações estratégicas e de informações de acompanhamento, agregando-se o conhecimento de especialistas” (...).
- Conjunto de informações obtidas em algum suporte (livros, documentos, etc.) e que caracteriza o saber disponível sobre tema específico” (...).
- Conhecimento declarativo \Leftrightarrow conhecimento tácito. (CUNHA, 2008. p. 102).

Por ser citado nesse conjunto de definições, julgamos relevante explicitar a compreensão da obra para “conhecimento organizacional”:

- Propriedade emergente da rede de processos de uso da informação por meio da qual a organização constrói significados comuns sobre sua identidade e sua atividade; descobre, partilha e aplica novos conhecimentos; inicia ações padronizadas por meio da busca, da avaliação e da seleção de alternativas (baseado em Choo, p. 370). (...).
- Acúmulo de saber prático sobre um determinado assunto, que agrega convicções, crenças, sentimentos, emoções e outros fatores ligados à experiência e à personalidade de quem o detém”. (CUNHA, 2008. p. 102).

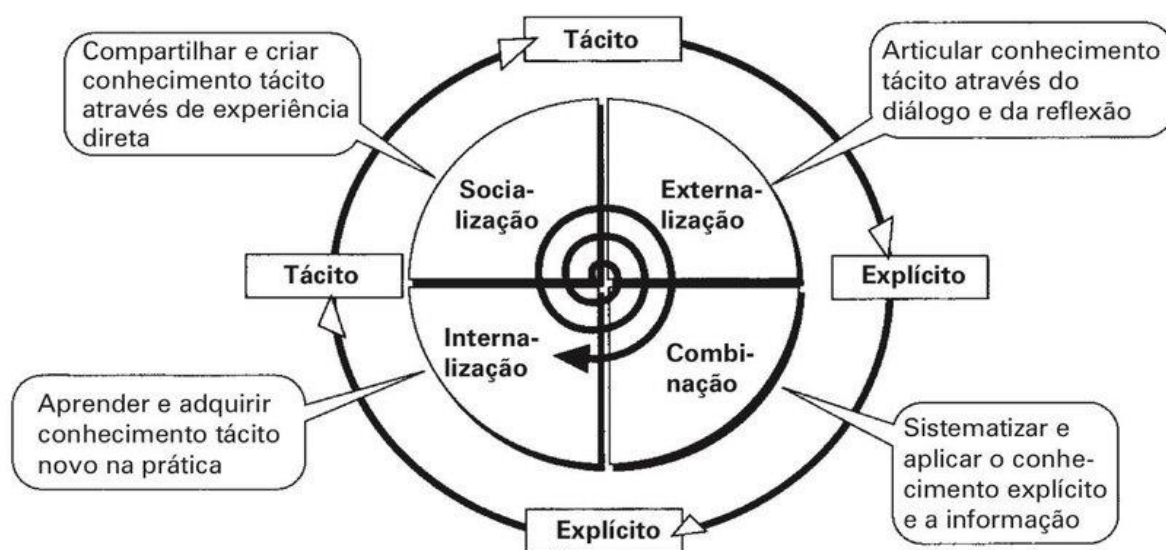
O Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação – TBCI também foi consultado e nele aparece a expressão “conhecimento nas organizações”, cujo sentido denotado é:

[...] conhecimento construído coletivamente a partir das trocas e compartilhamentos de experiências, que alimenta a aprendizagem organizacional por meio da interação contínua entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito dos indivíduos da organização (PINHEIRO, 2014. p. 71).

Para localizarmos melhor qual é a noção de conhecimento adotada pela Ciência da Informação faz-se necessário destacar sua correlação com outras áreas do saber como a economia e a administração. Tanto é assim que inúmeros autores indicam que a preocupação com o conhecimento chega à Ciência da Informação

quando o setor produtivo passa a se preocupar com sua produção e gestão (ALVARES; BATISTA, 2007), estabelecendo os fundamentos da chamada “indústria do conhecimento”. Fundamentos em grande parte sistematizados por Ikujiro Nonaka e Hirotaka Takeuchi (1997) por meio de um modelo de criação de conhecimento baseado no círculo da interação entre conhecimento tácito e explícito conforme verificado na figura abaixo:

Figura 1 - Processo SECI¹⁶



Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997, p. 80).

Em certa medida o esquema de Nonaka e Takeuchi (1997) é visto como muitos autores como um modelo que sintetiza a Ciência da Informação, no entanto, podemos verificar que este é um modelo extremamente positivista que ignora a construção social do conhecimento.

Do ponto de vista de Nonaka e Takeuchi (1997), a especificidade da Ciência da informação seria lidar com o grande volume de conhecimento por meio do desenvolvimento de técnicas e tecnologias centradas em recuperar, organizar, gerir e disseminar informações variadas em seus múltiplos suportes. Prerrogativas que já haviam sido destacadas por Borko (1968) quando a autora define os marcos de estudo e de atuação da CI afirmando que:

¹⁶ SECI é a sigla para socialização, externalização, combinação e internalização.

[...] ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. (...) Ela tem tanto um componente de ciência pura, através da pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços. (BORKO, 1968. p. 03).

Ao observarmos que essa afirmativa demarca certa dimensão produtivista que atravessa o campo da CI. Além disso encontramos alguns indícios que podem nos ajudar a melhor compreender por que o campo não contempla de forma abrangente os conhecimentos produzidos no contexto das comunidades indígenas, quais sejam:

1. A CI não conhece as línguas indígenas e, portanto, não investiga as propriedades e o comportamento da informação produzida e disseminada por meio desse registro;
2. A informação indígena não possuía meios de processamento até pouco tempo atrás (com a tecnologia atual, deve-se considerar que o processamento é viável);

A informação indígena quase sempre não demanda o desenvolvimento de produtos e serviços específicos para as comunidades que a produzem e a disseminam. A isso devemos somar o fato de que, segundo Ogécime (2021), embora os avanços tecnológicos tenham promovido o compartilhamento da informação em escala mundial, isso não garante que conhecimentos locais e saberes tradicionais passem a operar nessa mesma lógica globalizadora. Não sem razão assinalamos no capítulo anterior que, do ponto de vista informacional, a aplicação de procedimentos e processos de gestão e organização do conhecimento em comunidades tradicionais só faria sentido “quando se levam em consideração os contextos particulares” (GALLOIS, 2008. p. 16) em que eles são produzidos e ganham sentido. Distendendo esse argumento o autor relembra que:

Como sabemos, é o contexto que garante sentido a uma tradição: um contexto de uso sempre acoplado a formas específicas de atualização, sem as quais essa mesma tradição se torna um bem inerte, sem valor para seus usuários. Manter um registro de elementos que já deixaram de fazer sentido para seus criadores não é, decididamente, o que os grupos indígenas parecem estar esperando de todo o conjunto de recomendações e de programas voltados à valorização de suas culturas. (GALLOIS, 2008. p. 36).

Valorização que encontra um ponto de ancoragem na CI a partir da incorporação pelo campo informacional da noção de patrimônio, o que se deu após a redemocratização quando bibliotecários, museólogos e arquivistas passaram a se deparar com informações geradas pelos próprios indígenas e inseriram em suas práticas profissionais um conjunto de categorias antes pouco pautadas, como:

[...] patrimônio etnográfico, patrimônio natural, patrimônio ecológico, patrimônio genético, patrimônio virtual, entre outros. Os usos da categoria do “intangível” ou do “imaterial” tornaram possível patrimonializar virtualmente qualquer objeto, espaço, lugar, práticas sociais ou mesmo “pessoas” – como é o caso dos “tesouros humanos vivos”, programa patrocinado pela Unesco e que visa proteger e preservar indivíduos que controlam determinados saberes tradicionais. (GONÇALVES, 2012, p. 60).

Isso reflete, inclusive, na ampliação do conceito de informação que, segundo Paiva (2014, p. 65), no contexto das populações indígenas, “pode ser entendida como aquela que se refere aos povos indígenas e que trata do conhecimento indígena independente do suporte na qual está inserida”. Apesar de concordar com esse apontamento, Aguilar (2009) reforça que:

[...] os povos indígenas não foram considerados desde o começo da Ciência da Informação. Uma de suas especialidades, a biblioteconomia, ou arquivologia, tiveram sempre um enfoque mais amplo, demonstrando ser uma ciência eurocêntrica que procurou estudar as necessidades de informação de setores hegemônicos (AGUILAR, 2009, p. 171).

Mesmo em face desse cenário, não se deve negligenciar a ação de muitos indivíduos que “levam a cabo dia a dia trabalhos relacionados com o tema na extensa geografia americana, sem que haja nenhuma notícia deles¹⁷” (CIVALLERO, 2008. p. 6 – tradução nossa). Trabalhos que, mesmo pouco publicizados, têm demonstrado que para contribuir com a preservação da memória, do patrimônio e do conhecimento indígenas a Ciência da Informação deve ter por referência que:

[...] a informação indígena, base da cultura e identidade nativa, no evoluir do tempo tem recebido influências externas (acontecimentos históricos principalmente) e do próprio progredir da cultura originária, em contato com outras com características diferentes ou em diferentes estágios de desenvolvimento. Estes conhecimentos são

¹⁷ [...] llevan a cabo día a día labores relacionados con el tema en la extensa geografia americana, sin que haya ninguna noticia de ellos.

frágeis, devido, sobretudo ao seu caráter oral, sendo a memória um fator chave para sua manutenção no tempo. (AGUILAR, 2010, p. 21).

Edgardo Civaleros realiza trabalhos há mais de duas décadas buscando inserir a pauta dos saberes tradicionais na Ciência da Informação. Seus estudos sugerem que o etnocentrismo é um dos principais fatores que impede a área de contribuir mais efetivamente com a questão indígena. Diante dessa análise nos indagamos: por que nos dias atuais os povos indígenas e seus saberes ainda não são tratados com equidade pela Ciência da Informação brasileira?

Talvez a resposta tenha a ver com o fato de que somente na década de 1960, devido a exigências do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, os povos indígenas (*indigenous people*) constituíram-se em uma categoria de classificação da *Library and Information Science Abstracts (LISA)*. Não por acaso, um levantamento acerca da temática indígena realizado nessa base por Lotti em 2016 apontou que poucos trabalhos foram publicados com o intuito de proteger, preservar e salvaguardar as informações e os conhecimentos gerados por comunidades tradicionais, resultado que certamente espelha o baixo desenvolvimento de pesquisas que tratam da produção de conhecimento indígena. Como consequência disso, "há uma constatação tardia de que o conhecimento propagado nesses grupos tradicionais possui importância muitas vezes decisiva para o aprofundamento da ciência" (LELIS; CARVALHO, 2014, p. 17).

Outra possibilidade de explicar melhor como esse quadro se instaura é voltarmos nosso olhar para os regimes de produção e disseminação dos conhecimentos validados pelas sociedades não indígenas, estratégia concretizada na próxima seção.

3.1 Regimes de produção do conhecimento não-indígena

Gabrielle Tanus (2014) aponta que até meados do século XX a ciência era pautada pelo paradigma dominante, o qual se estrutura a partir do método científico matemático e empírico desenvolvido por Galileu Galilei ainda no século XVII. Contudo, após a Segunda Guerra Mundial, mudanças significativas – sobretudo aquelas pautadas pelo desenvolvimento tecnológico – reorientaram o modo de se fazer ciência. No bojo dessas mudanças emergiu e se consolidou o entendimento de que a ciência é um conhecimento público, fundamentado pela prerrogativa de que o

resultado de uma pesquisa só passa a existir após sua publicação e legitimação pelos pares. Regime de produção do conhecimento ancorado, ainda, em sistemas de comunicação científica, razão pela qual Santos (2006) propõe que a ciência seja compreendida como um amplo sistema social. Nessa mesma direção, Silva, Menezes e Pinheiro (2003) afirmam:

[...] a ciência desempenha um papel social e a publicação dos resultados de uma pesquisa para o pesquisador tem por objetivo: divulgar suas descobertas científicas, proteger sua propriedade intelectual e trazer o reconhecimento de seus pares. No mundo científico, publicar resultados de pesquisa, para os autores, cria a possibilidade de aumentar o seu reconhecimento social, conforme Hagstron (1965), de garantir o aumento de seu poder de negociação, capital científico para Bourdieu (1983) ou do crédito-credibilidade segundo Latour e Woolgar (1986). (SILVA, MENEZES E PINHEIRO, 2003, p. 194).

Não por acaso esses mesmos autores apontam que o processo de comunicação científica apresenta particularidades em suas diversas áreas do conhecimento e chamam atenção para “a necessidade de estudar alternativas para o estabelecimento de sistemas de avaliação científica que levem em conta tais particularidades” (SILVA; MENEZES E PINHEIRO; 2003, p. 195).

De modo geral, esse sistema de avaliação e divulgação é composto por atores (pesquisadores), meios de disseminação (editoras, bases de dados, bibliotecas, etc.), instituições (de fomento) e universidades. Em função disso, é possível assinalamos já aqui que:

[...] a comunidade científica caracteriza-se por interesses e práticas em comum, que direcionam os indivíduos no estudo de um determinado problema, sendo fundamental a concepção da ciência aceita pelo grupo. Kuhn (2005) afirmou que uma comunidade científica é constituída por praticantes de uma especialidade científica. Em suas palavras, o autor considerou que tais praticantes foram submetidos a uma iniciação profissional e a uma educação similar, em uma extensão sem paralelos em relação à maioria das outras disciplinas. Para o autor, nesse processo os pesquisadores internalizaram a mesma literatura e dela retiraram muitas vezes as mesmas lições. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e, em geral, cada comunidade possui um objeto de estudo próprio. (FREITAS; LEITE, 2019, p. 274).

Isso quer dizer que o trabalho desenvolvido por pesquisadores envolve interesses múltiplos que vão além das aspirações individuais, necessitando, assim, ser reconhecido pelos pares e pela sociedade. Nas palavras de Fourez (1995, p. 93) “a comunidade científica não só goza de reconhecimento interno, como também

externo, ou seja: não apenas dentro do próprio grupo, mas também de fora”. Em uma perspectiva informacional, isso equivale dizer que as comunidades científicas são como “redes de organizações e relações sociais formais e informais que desempenham várias funções” (LE COADIC, 2004, p. 33).

Essa compreensão de comunidade científica traz em seu bojo a noção de comunicação científica, uma vez que, nas palavras de Leite e Costa (2007, p. 93), “a existência e a dinâmica das comunidades científicas são viabilizadas, entre outros aspectos, por práticas de comunicação”. Dessa forma, verifica-se que o trabalho científico se dá por meio de uma rede de comunicação que é constituída por canais formais e informais. Esses canais são utilizados, principalmente, para comunicar resultados que se obtêm nas pesquisas e mantém um pesquisador atualizado em relação aos resultados alcançados por outros pesquisadores. Dinâmicas que, na visão de Silva, Menezes e Pinheiro (2003), são quase sempre reguladas por alguns pressupostos, muitos dos quais listamos abaixo:

- a. O progresso é alcançado por meio do trabalho de cientistas;
- b. Os cientistas constroem seu trabalho de pesquisa usando como referencial as publicações de seus colegas e precursores da área;
- c. Os resultados de pesquisa são enviados para publicação;
- d. Ao ser enviado para publicação são submetidos à avaliação de pares;
- e. Em suas publicações os cientistas mostram/citam os trabalhos que forneceram fundamentação teórica para o desenvolvimento de sua pesquisa;
- f. As obras que foram citadas em seu trabalho aparecem numa lista de referências no final do texto;
- g. As revistas científicas desempenham um papel essencial na comunicação entre pesquisadores correlacionados. Essa é a principal razão do porquê a literatura científica é a representação da atividade científica e da rede de relações entre os campos;
- h. O número de publicações de um grupo de pesquisa pode ser considerado como um indicador quantitativo da sua produção científica;
- i. O número de vezes que as obras de um grupo são citadas por outras publicações é a medida do impacto ou da visibilidade internacional dessas obras;

j. No sistema global de revistas é possível distinguir entre as revistas internacionais “centrais”, quer dizer, importantes, e as periféricas, em geral revistas com um perfil voltado a interesses regionais.

k. O *Institute for Scientific Information* (ISI) cobre, através do seu *Science Citation Index* (SCI), a maioria das revistas internacionais importantes nas áreas de ciências puras, aplicadas e médicas. O *Social Science Citation Index* (SSCI) tem a mesma função para a área de ciências sociais.

Tais dinâmicas se configuram, então, como fluxos de informações científicas que se materializam na forma de publicações acadêmicas. Leite e Costa (2007) resumem as operações que estão na base desse movimento recorrendo aos seguintes termos:

[...] o pesquisador, como um dos atores do processo de comunicação, faz uso do sistema de comunicação em diversos momentos, uma vez que, à medida que produz conhecimento, ele necessariamente também o consome. Logo, no início da criação de um novo conhecimento, o esforço de um pesquisador parte daquilo que foi construído anteriormente por outros pesquisadores. Ou seja, no princípio e durante o processo de criação, o pesquisador recorre à literatura de sua especialidade e aos seus pares. Ao fim, divulga os resultados de sua pesquisa por meio dos veículos de comunicação apropriados à sua área de conhecimento. Torna-se evidente, portanto, que um pesquisador utiliza os canais de comunicação em todo o ciclo do conhecimento – desde a sua criação até a sua divulgação –, o que permite afirmar que existe um complexo sistema de comunicação científica que permeia as comunidades científicas e instituições acadêmicas. (LEITE; COSTA, 2007, p. 93).

Assim observado, acreditamos que entender os modos em que operam tais atores e fluxos de informação nos permite compreender, também, como se conforma a produção científica que a presente pesquisa analisa em relação ao conhecimento tradicional indígena. Dito isso, voltamos nosso olhar para a atuação e organização dos diferentes atores do sistema de comunicação científica responsáveis por gerar conhecimento. Isso será feito a partir das observações de Silva, Menezes e Pinheiro (2003), segundo as quais:

[...] o uso das publicações do ISI e da Lista Qualis [são] um bom indicador para qualificar a produção bibliográfica publicada em periódicos. Publicações do ISI (atualmente disponibilizadas em bases de dados) como o *Science Citation Index*, *Social Science Citation Index*, *Arts & Humanities Citation Index* e o *Journal of Citation Reports* (JCR) proporcionam dados para as medições científicas e representam uma segunda avaliação, pois trabalham em cima de algo que já foi avaliado. As fontes de informação, destas publicações, são

essencialmente artigos publicados em periódicos de divulgação da ciência e da tecnologia (SILVA, MENEZES, PINHEIRO, 2003, p. 197).

Nesses termos, torna-se possível demarcarmos quem são os pesquisadores e/ou autores que iniciam o ciclo da comunicação científica ao produzir, registrar e publicizar um conhecimento gerado. Tais atores, quase sempre, estão alocados em alguma universidade que, provavelmente, recebe apoio de alguma agência de fomento para realização de pesquisas. Freitas e Leite (2019, p.93) afirmam que o “pesquisador, ao mesmo tempo que produz conhecimento, também o consome”, estando a etapa de consumo do conhecimento presente em todas as atividades que envolvem a pesquisa. Isso acontece porque, para se chegar a um novo conhecimento, todo pesquisador parte daquilo que já foi construído anteriormente por seus pares. Ao constatar novidades, os pesquisadores procuram comunicar os resultados para que outros pesquisadores façam uso desses, dando sequência a um novo ciclo de produção. Meadows (2000) explica que para comunicar esses resultados o pesquisador pode utilizar canais formais e canais informais. Em termos de diferenciação, esse autor explica que:

[...] os meios formais são acessíveis de forma fixa por um longo período, e sua aquisição não requer, normalmente, contato com o autor. Livros e periódicos apresentam-se como exemplos típicos deste meio de comunicação. Os canais formais constituem-se de meios de comunicação escritos, quais sejam: livros, periódicos, relatórios, boletins, índices, abstracts. (MEADOWS, 2000, p. 25).

Nesse ponto do fluxo de informação científica entram em cena as editoras, uma vez que os canais formais são, em sua maioria, permeados pelas atividades desenvolvidas por elas. Conjugado a isso é conveniente observarmos que no contexto atual o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias no processo de comunicação científica têm tornado o limite entre o formal e o informal cada vez mais nebuloso, contudo, é importante não perdermos de vista que:

[...] o papel das editoras científicas é organizar e coordenar todo o processo editorial, que envolve a avaliação e a aprovação do original submetido pelo autor, o contrato, a editoração e a diagramação dos textos, bem como a impressão (nos casos das publicações impressas) ou a disponibilização em meio digital. Tais atividades, em uma análise mais ampla, estão diretamente relacionadas com a condução de processos que culminam com a produção e a qualificação da informação científica. (FREITAS; LEITE, 2019, p. 280).

Além das editoras, Silva; Menezes e Pinheiro (2003) consideram que publicações de referência como o “*Journal Citation Reports*”, por exemplo, se

configuram em ferramentas que proporcionam dados para as medições científicas e representam uma segunda avaliação. Terminada essa etapa, entra em cena no fluxo de informação científica os bibliotecários e as bibliotecas universitárias, cuja função principal é:

[...] gerir a informação, contribuindo substancialmente para a produção do conhecimento. É função do bibliotecário, na condição de mediador entre o pesquisador e os leitores, gerenciar os repositórios institucionais e o desenvolvimento de suas coleções. Esse desenvolvimento pode se dar por meio do depósito mediado, no qual o próprio bibliotecário se responsabiliza pela inclusão de itens ou pelo auto arquivamento. Esse segundo procedimento, por mais que seja realizado e incentivado por parte das universidades, não dispensa o papel do bibliotecário na gestão e na manutenção dos repositórios institucionais. (FREITAS; LEITE, 2019, p. 284).

Assim, é possível enfatizarmos que as bibliotecas universitárias e os repositórios digitais são importantes atores no fluxo de informação científica uma vez que oferecem subsídios para a pesquisa e, também, para a disseminação dos conhecimentos gerados.

Em um pólo complementar a esse, as agências de fomento se apresentam como outro importante ator no sistema de informação científica em nosso país, uma vez que, objetivando-se fomentar a pesquisa científica no âmbito de universidades e instituições de pesquisa, o governo brasileiro:

[...] mantém agências financiadoras da produção do conhecimento científico e tecnológico. É o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Capes e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), entre outras agências federais, além das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) estaduais, que estão presentes em 21 das 27 unidades federativas. (FREITAS; LEITE, 2019, p. 286-287).

Tendo em vista tal configuração, é possível inferirmos que as agências de fomento são imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa no contexto nacional. No país, 99% das pesquisas são realizadas pelas instituições públicas. No geral, tais pesquisas contribuem para o avanço da ciência além de impactarem no desenvolvimento socioeconômico e na capacidade competitiva do Brasil no cenário internacional.

Por fim, é preciso frisar que as universidades atuam diretamente nos processos que envolvem os fluxos de informação científica, posto que além de disponibilizarem recursos, infraestrutura organizacional e tecnológica para realização de pesquisas, elas atuam diretamente nos processos de compartilhamento e de preservação desses

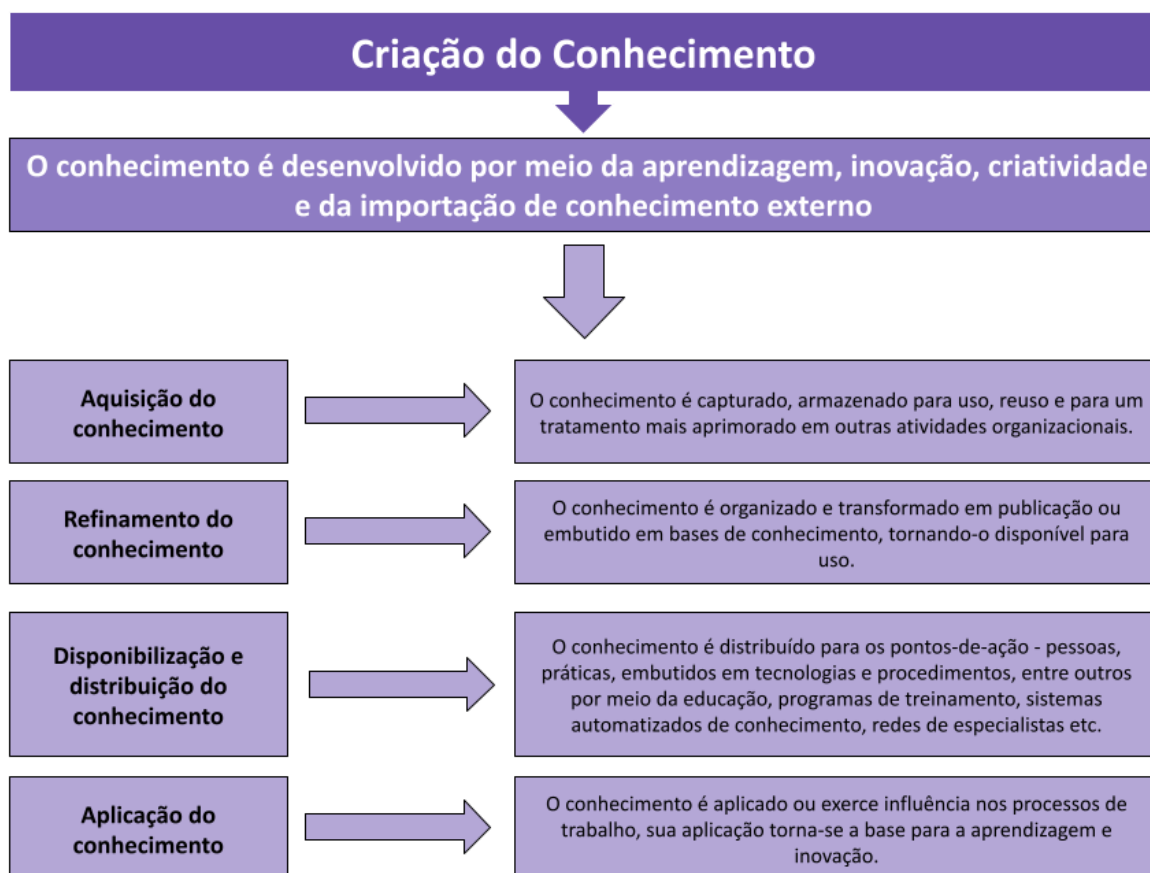
conhecimentos. E essa não é uma característica exclusiva do cenário brasileiro, dado que:

[...] no mundo inteiro as universidades carregam consigo dois princípios fundamentais: a pesquisa e o ensino. De fato, na maioria dos países, a produção do conhecimento científico ocorre principalmente nas universidades. São elas que detêm uma grande concentração de pesquisadores de alto nível, responsáveis pela realização de pesquisas científicas. (LEITE, 2006, p. 207).

No Brasil uma variável que incide sobre o desenvolvimento de pesquisas é o fator de impacto medido pela média de citações obtidas por um periódico e por pesquisadores/autores. Por meio desse índice, os recursos são distribuídos ou negados pelas agências de fomento para realização de novas pesquisas em todas as áreas de conhecimento. Em face disso a Ciência da Informação exerce papel central, uma vez que contribui para a produção, organização e disseminação do conhecimento científico. Segundo Santos; Eliel e Eliel (2006) o objetivo da CI é “pesquisar e desenvolver processos e técnicas (...) para que a informação produza os efeitos desejados: buscar garantir a apreensão de sentido ou de mudança de estado de consciência em seu significado, ou seja, o conhecimento” (SANTOS; ELIEL; ELIEL, 2006).

Dialogando também com Nonaka e Takeuchi (1997), Fernando César Leite (2006) pontua que a criação de conhecimento é um ato que não pode ser apreendido sem que haja a presença de indivíduos. Para fundamentar seu argumento, esse autor recorre ao esquema do “Ciclo da Evolução do Conhecimento Organizacional” concebido por Wiig (2002), o qual é composto por cinco estágios: 1) Criação do conhecimento; 2) Aquisição do conhecimento; 3) Refinamento do conhecimento; 4) Disponibilização e distribuição do conhecimento e; 5) Aplicação do conhecimento, conforme representado abaixo:

Figura 2 - Ciclo de evolução do conhecimento organizacional



Fonte: elaborado pela autora com base em Leite (2006) e Wiig (2002).

Embora esse esquema tenha sido concebido a partir da perspectiva das organizações empresariais, Leite (2006, p.210) pontua que:

[...] suas contribuições extrapolam esses limites, podendo ser aplicado a outros contextos que não o original. Tendo isso em mente, e a despeito do ambiente natural da GC [Gestão do Conhecimento], chama-se atenção para a ideia de que existem outros contextos, cada um com suas especificidades e características culturais próprias, onde há produção em grande escala de conhecimento, com atributos peculiares. (LEITE, 2006, p. 210).

Isso vai de encontro ao conceito de informação delineado por Capurro (2007), o qual ressalta a importância da informação enquanto conhecimento comunicado para a vida na sociedade contemporânea. Segundo esse autor, “o que consideramos como informação deveria também ser um reflexo da função social” (CAPURRO, 2007. p. 194).

Tomando essa definição como uma premissa importante, a presente dissertação busca dar visibilidade aos pontos de confluência entre as formas de

produção do saber, pois identifica a necessidade de reorientar a cultura vigente na ciência dominante. Nossa aposta é que isso possibilitará a construção de uma ciência enriquecida pelas contribuições de outras instâncias de conhecimento e racionalidade. Dessa forma, nos questionamos, qual é a participação dos povos originários nos processos de produção do conhecimento?

3.2 Conhecimento e poder: contestações decoloniais

*“Fogo!...
 Queimaram Palmares, Nasceu Canudos.
 Fogo!...
 Queimaram Canudos, Nasceu Caldeirões.
 Fogo!...
 Queimaram Caldeirões, Nasceu Pau de Colher.
 Fogo!...
 Queimaram Pau de Colher...
 E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que os vão
 cansar se continuarem queimando.
 Porque mesmo que queimam a escrita,
 Não queimarão a oralidade.
 Mesmo que queimem os símbolos,
 Não queimarão os significados.
 Mesmo queimando o nosso povo
 Não queimarão a ancestralidade”
 BISPO¹⁸, 2015, p. 45.*

Até aqui descrevemos como a produção de conhecimento se dá em contextos hegemônicos e como essa concepção foi se moldando ao longo do tempo. Nessa seção pretendemos refletir acerca do conhecimento a partir de uma chave de leitura que problematiza as relações de poder. Para tanto nos mostramos tributários à tese segundo a qual o positivismo permeia as raízes da ciência e ressona seus ecos até os dias atuais, sendo o traço mais evidente dessa persistência a negação por parte das ciências ditas hegemônicas dos conhecimentos tradicionais. Isso se traduz, por exemplo, nos embates jurídicos instaurados pelas disputas de patentes que notadamente bebem do conhecimento tradicional indígena brasileiro e que de tempos em tempos habitam os meios de comunicação.

¹⁸ NEGO BISPO. Antônio Bispo dos Santos – Quilombo Saco-curtume em São João do Piauí/PI.

É importante notar que as disputas acontecem entre nações colonizadoras *versus* nações colonizadas, o que poderia ser interpretado como uma extensão ou resultado da lógica de relações de poder que se desenvolveu ao longo da história e que até hoje promove a monocultura do conhecimento, bem como o epistemicídio. Não por acaso Manuela Carneiro da Cunha entende que:

[...] o conhecimento científico se afirma, por definição, como verdade absoluta até que outro paradigma o venha sobrepujar, como mostrou Kuhn. Essa universalidade do conhecimento científico não se aplica aos saberes tradicionais – muito mais tolerantes – que acolhem frequentemente com igual confiança ou ceticismo explicações divergentes cuja validade entendem seja puramente local (CUNHA, 2007, p. 3).

Para Smith¹⁹ (2018) o iluminismo, que geralmente é associado a “modernidade”, promoveu a estrutura econômica e política que facilitariam a busca por novos conhecimentos. A autora afirma que o projeto iluminista “proveu o estímulo para revolução industrial, a filosofia do liberalismo, o desenvolvimento das disciplinas científicas e da educação pública” (Smith, 2018, p 75). Segundo ela o imperialismo sustentou e foi crucial para esses desenvolvimentos e que de modo geral este sistema “atraiu tudo de volta ao centro” e distribuiu materiais e ideias para o exterior. Para esta autora, a noção de “superioridade moral” foi utilizada para tornar conhecimento e cultura em partes integrantes e matéria prima do imperialismo, e, também, força militar.

Todo esse desenvolvimento da ciência, bem como a invasão de outros mundos pelos europeus, a expansão do comércio e estabelecimento de colônias e colonização de outros povos que possibilitaram outras maneiras de ver o mundo e desafiaram as ideias que o ocidente tinha a respeito de si mesmo (SMITH, 2018). Para a autora isto teria resultado em que

A produção de conhecimento, novo conhecimento e conhecimento velho transformado, e as ideias a respeito da natureza da cognição e da validade de formas específicas de saber tornaram-se *commodities* de exploração colonial tanto quanto outros recursos naturais. (SMITH, 2018, p. 76-77).

Ainda segunda a autora essas formas de conhecimento e esses povos passaram então a ser classificados e ranqueados constituindo-se então em pesquisa

¹⁹ Linda Tuhiway Smith, socióloga Maori que pesquisa o imperialismo europeu responsável pela colonização e genocídio de milhares de indígenas em todo o mundo.

que neste contexto colonial se tornou instrumento de conhecimento e legitimação de diversas práticas que se desenhou em uma divisão política do mundo.

Em outros termos, para Smith, o conhecimento foi utilizado para disciplinar o colonizado e “funcionou em uma variedade de formas. Mais óbvia forma de disciplina ocorreu por meio da exclusão, marginalização e negação” da visão e do conhecimento indígena (Smith, 2018, p 86-87).

Fazendo coro a essa interpretação, pensamos ser importante especificar aqui que nosso intuito não é supor que conhecimentos tradicionais são semelhantes ao saber científico. Temos consciência que “eles são diferentes, e mais diferentes do que se imagina. Diferentes no sentido forte, ou seja, não apenas por seus resultados” (CUNHA, 2007. p. 4). Daí identificarmos a existência de certos discursos que apregoam a disposição de espaços destinados para cada um desses saberes. Para o saber hegemônico há as universidades, os livros, as revistas acadêmicas, os institutos e os laboratórios de pesquisa. Para os saberes tradicionais, tem-se a floresta, a comunidade, a oralidade, o rótulo de folclore e de crença popular.

Por meio dessa setorização os conhecimentos tradicionais são alocados à margem – ao Sul global ou na periferia do capitalismo – até que sejam devidamente sistematizados por outrem e levados para a indústria, os laboratórios e os institutos de patentes. Prática que vem sendo tensionada há séculos pelas populações indígenas, mas que somente nas últimas décadas ganhou espaço em esferas mais amplas de debate. Ailton Krenak denuncia isso ao afirmar que:

[...] a ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 11).

A análise de Ailton Krenak condensa de maneira clara a raiz de diversos temas que atravessam as obras de autores como Néstor Garcia Canclini, Frantz Fanon, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Catherine Walsh, Aníbal Quijano, Gayatri Chakravorty Spivak, Homi Bhabha, Nelson Maldonado-Torres, Sueli Carneiro, Lélia Gonzales, Ramón Grosfoguel, Stuart Hall, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Edward Said, Pablo González Casanova, Isabelle Stengers, Achille Mbembe, Darcy Ribeiro, Santiago Castro-Gómez, Deivison Faustino, Antonio Bispo, Karla Acotirene,

Grada Kilomba, Daiara Tukano, dentre tantos outros que tratam ou trataram do que designamos aqui de “espaços desiguais”, marcador conceitual e simbólico que coloca em evidência a lógica instaurada pela relação colonial segundo a qual, para o colonizar, é impossível para o ser colonizado constituir uma subjetividade. De acordo com Homi Bhabha esse modo de tratamento conferido ao “ser colonizado” e às suas produções culturais e de conhecimento estaria assentado em um:

[...] processo de enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado, à construção de sistemas de identificação cultural, por meio do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade” (BHABHA, 1998. p. 63).

É em face disso que consideramos a colonialidade como uma força que realiza tentativas incessantes de controlar e subjugar sociedades que apresentam características diversas daquela do padrão de poder capitalista mundial. O que resulta na promoção de uma monocultura da vida humana que foi disseminada tendo como fundamento “a imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social” (QUIJANO, 2000, p. 342).

Concordando com esse diagnóstico, Walter Mignolo (2003) assevera que é preciso questionar e subverter essa ordem social estabelecida, não podendo mais os conhecimentos produzidos pelo Sul serem enquadrados como “projetos globais desvinculados das histórias locais” (MIGNOLO, 2003, p. 15), entende-se aqui como “global” o Norte, Centro ou Metrópole – em geral representado por nações colonizadoras – e o “local” como Sul ou periferia, representada pelos colonizados, subalternizados. Modalidade de compreensão que traz em seu bojo o entendimento de que “a globalização cria condições para a construção de saberes que se desviam da força latente dos saberes que tinham sido eliminados nas histórias locais” (MIGNOLO, 2003, p. 16), razão pela qual a construção dos saberes tradicionais enfrenta inevitável difusão no cenário epistêmico moderno e ocidental tendo que, para obter êxito, “atuar nas margens” (MIGNOLO, 2003, p. 16).

Ainda que os contextos sócio-históricos estejam sempre em movimento e apresentem mudanças, a lógica da colonialidade não se alterou. Isso se dá porque, de acordo com Mignolo (2010), essa lógica se sustenta em cinco eixos de poder: o controle da economia, o controle da autoridade, o controle do gênero e da

sexualidade, o controle da subjetividade e o controle do conhecimento. A esses, Edgardo Lander acrescenta o controle da natureza e dos recursos naturais. Assim, mesmo com toda a diversidade de conhecimentos que a variedade étnica e a riqueza cultural trazem em seu bojo, pouca atenção foi dada aos saberes desses povos e pouco se investiu em sua preservação. Lógica concatenada a partir da perspectiva de que:

[...] a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura 'politicamente correta' foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos (CUNHA, 1992. p. 18).

Talvez isso explique por que, no contexto atual, os indígenas não são considerados sujeitos de conhecimento por grande parcela da população brasileira. No entanto é preciso fazer notar que isso não se dá de maneira unívoca em todos os setores sociais, posto existirem uma diversidade de movimentos voltados à promoção e ao acesso de indígenas a espaços tidos como "hegemônicos" de produção do conhecimento. Na UFMG, por exemplo, desde 2009 é ofertado como curso regular a Licenciatura Intercultural Indígena. A isso se soma a pesquisa de Mello (2013), que analisou a produção científica brasileira sobre conhecimento tradicional a partir de estudo bibliométrico no Banco de Teses da CAPES e na "*Web of Science*", a qual concluiu que nas últimas décadas o conhecimento tradicional tem sido objeto de discussão e estudo por diversas áreas do conhecimento.

Início de uma mudança de perspectiva que certamente advém na esteira da decolonização defendida por Walsh (2012), Quijano (2000) e Grosfoguel (2009) ou como reverberação do giro-descolonial identificado por Maldonado-Torres (2008) e Mignolo (2005). Defendemos isso por identificar nesses movimentos a proposta de se questionar a colonização a partir da implementação de uma série de estratégias centradas em tensionar e mudar radicalmente um conjunto de formas hegemônicas de poder, ser e conhecer. (MALDONADO-TORRES, 2008).

Atrelado a isso, observa-se no âmbito das comunidades científicas a emergência de iniciativas voltadas a "reinventar" a cultura da ciência dita dominante a fim de viabilizar a construção de um saber enriquecido pelas contribuições dessas outras instâncias de conhecimento e racionalidade que são dinamizadas pelas comunidades tradicionais.

Não é por acaso, pois, que se visualiza na CI uma crescente preocupação com as dimensões cognitivas e sociais – ou semânticas e pragmáticas – dos estudos informacionais (BEZERRA, 2020. p. 194). Preocupações que remotam à epistemologia social de Jesse Shera e se ampliam com a hermenêutica e a ética intercultural de Rafael Capurro, bem como com o neodocumentalismo de Bernd Frohmann, princípios epistêmicos que colocam em evidência a “historicidade dos sujeitos, [a] totalidade dos fenômenos e [a] tensionalidade da sociedade” (BEZERRA, 2020. p. 190). Ainda segundo o autor, esses princípios epistêmicos dão a ver “não apenas as contradições existentes, mas também os elementos que orientam a ação com vistas à superação de tais obstáculos” (BEZERRA, 2020. p. 194) pelo campo informacional como um todo e a Ciência da Informação no Brasil em particular.

Visando observar a facticidade dessa argumentação, dedicamos, no próximo capítulo, a sistematizar e a analisar como a produção científica em Ciência da Informação no Brasil tem tematizado e tratado os conhecimentos e saberes tradicionais mobilizados, preservados e disseminados por comunidades indígenas.

4 Coleta, sistematização e análise dos dados

O foco deste capítulo é apresentar, sistematizar e analisar os dados levantados ao longo da pesquisa conforme as diretrizes operacionais indicadas na seção “**Desenho metodológico**”. Contudo, vale recordarmos que se trata de um estudo exploratório, de natureza bibliográfica e quali-quantitativa.

Para a coleta dos dados foram priorizadas três tipologias de fontes de informação: artigos acadêmicos, teses e dissertações e trabalhos apresentados em eventos, todas vinculadas à área de Ciência da Informação. As buscas foram feitas nas seguintes bases de dados: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos Anais de Eventos da Sociedade Internacional para Organização do Conhecimento – ISKO e do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ENANCIB.

Sobre a evocação, foram recuperados 646 resultados na BRAPCI, 972 resultados na BDTD, 22 resultados na ISKO e 11 resultados nos Anais do ENANCIB, totalizando uma amostra de 1651 trabalhos. Após o levantamento, foi criada uma planilha a partir da qual efetuou-se análise inicial a fim de se eliminar duplicações de textos e identificar possíveis problemas de recuperação, fato que ocorre quando os trabalhos são indexados em mais de um provedor (FERNANDES; CENDÓN; ARAÚJO, 2011).

Posteriormente procedeu-se novo tratamento dos dados visando-se subtrair: a) trabalhos fora de Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação que haviam sido recuperados, b) trabalhos que foram evocados mais de uma vez, e c) trabalhos de revistas que não estão classificadas pelo *Qualis-Periódico* da Plataforma Sucupira como vinculadas à área de Comunicação e Informação.

Finalizadas essas etapas, foi possível realizar a leitura de resumos e palavras-chave de cada arquivo para compormos a amostra final. Após serem descartados trabalhos que não apresentavam nenhuma relação com a temática “indígena”, restaram 112 itens. Sendo 07 trabalhos acadêmicos de Programas de Pós-graduação, sendo 05 dissertações e 02 teses de doutorado; e, 105 artigos publicados em eventos e revistas científicas, sendo 89 de periódicos e 16 de eventos

Esse conjunto de itens foi subdividido e reagrupado em classes do Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação – TBCI. Essa escolha foi definida levando-se em

conta que o Tesouro é um instrumento fundamental para garantir a consistência terminológica e os arranjos do vocabulário controlado de determinado campo do conhecimento, além de ser uma ferramenta de ampla aplicação na área que promove a consistência, precisão e relevância da informação (PINHEIRO; FERREZ, 2014). Por tesouros refletirem um campo de conhecimento da Ciência da Informação, acreditamos ser essencial verificar qual o nível de diálogo que esta ferramenta consegue estabelecer com os trabalhos que abordam a temática indígena.

Procedeu-se, então, com a análise dos dados e interpretação dos resultados, identificando-se os principais autores, Programas de Pós-graduação e revistas, bem como a aderência das temáticas às classes do TBCI e a frequência de publicação por ano. A descrição pormenorizada de toda essa trajetória encontra-se nas seções abaixo dispostas.

4.1 Levantamento dos dados

Para a realização do levantamento bibliográfico foram compostas expressões de busca centradas em recuperar resultados correlacionados à temática “conhecimento indígena” no contexto do período compreendido entre os anos de 2005 a 2020. Partindo desse parâmetro, foram realizadas buscas utilizando-se os seguintes termos:

Tabela 1 - Termos de Busca

TERMOS
Indígen*
Índio*
Comunidade indígena
Conhecimento* tradiciona*
Saber* tradiciona*
Conhecimento indígena
Oralidade
Povos originários
Tradição
Aborígenes
Autóctone
Nativo
Indigenou*
Indigenous Knowleged

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Sobre a busca na BDTD é importante mencionar a possibilidade de se selecionar o nível de especialização dos trabalhos publicados, sendo viável, inclusive, marcar um único nível. Quando nenhum nível específico é selecionado, são recuperados trabalhos relativos a todos eles. Essa foi a opção de busca adotada, tendo-se em vista reduzir riscos de instabilidade da plataforma. Com relação à BRAPCI, a delimitação dos campos de busca pode ser conferida abaixo:

Tabela 2 - Configuração de busca: campos na BRAPCI

TERMO	CAMPOS	DELIMITAÇÃO
Indígen*	Todos	2005-2020
Índio*	Todos	2005-2020
Comunidade indígena	Todos	2005-2020
Conhecimento* tradiciona*	Todos	2005-2020
Saber* tradiciona*	Todos	2005-2020
Conhecimento indígena	Todos	2005-2020
Oralidade	Todos	2005-2020
Povos originários	Todos	2005-2020
Tradição	Todos	2005-2020
Aborígenes	Todos	2005-2020
Autóctone	Todos	2005-2020
Nativo	Todos	2005-2020
Indigenou*	Todos	2005-2020
Indigenous Knowleged	Todos	2005-2020

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Da mesma maneira, indicamos na tabela a seguir os campos selecionados e os metadados definidos para a busca na BDTD:

Tabela 3 - Termos de busca BDTD

TERMO 1	TERMO 2	CAMPOS	IDIOMA	TIPO DE DOCUMENTO	ILUSTRADO	ANO DE DEFESA
Indígen*	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Índio*	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Comunidade indígena	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Conhecimento tradiciona*	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Saber* tradiciona*	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020

Conhecimento indígena	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Oralidade	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Povos originários	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Tradição	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Aborígenes	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Autóctone	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Nativo	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Indigenou*	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020
Indigenous Knowleged	PPGCI	Todos	Por	Dissertação Tese	Nenhum	2005-2020

Fonte: elaborado pela autora (2021).

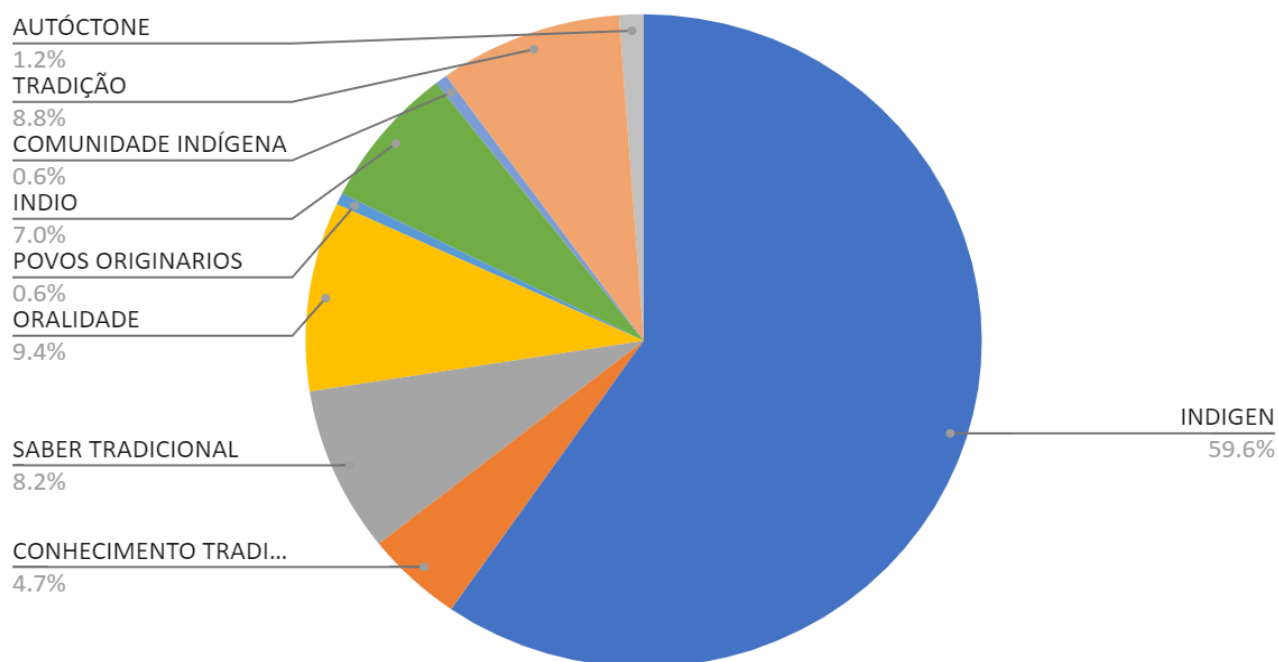
É relevante registrar que as buscas foram realizadas diversas vezes nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. A cada levantamento realizado os resultados se contradiziam em muitos âmbitos. Em face disso, procedeu-se com inúmeras tentativas de realização de buscas, inclusive diretamente nas fontes como:

- Sumário dos Anais de eventos publicados em pdf;
- Sumário de cada GT de evento publicado em formato pdf;
- Site de cada revista;
- Site de cada PPGCI.

Contudo, a partir de dezembro de 2020 as bases indicadas passaram a retornar resultados mais volumosos. Dessa maneira, optou-se por refazer as buscas, uma vez que partimos de uma recuperação de 13 trabalhos pela BRAPCI e 42 trabalhos pela BDTD em 2019 para 646 resultados na BRAPCI e 972 evocações na BDTD em 2022 utilizando-se aos mesmos termos e campos de buscas. Além disso, faz-se necessário frisar que tanto a BRAPCI quanto a BDTD recuperaram muitos registros não condizentes com os termos utilizados e que mesmo procedendo a delimitação temporal de 2005 a 2020 foram revocados resultados fora desse intervalo, tudo isso exigiu grande esforço de sistematização e tratamento dos dados. Por fim, indica-se que o último registro recuperado data de 2020, mas provavelmente existem publicações desse ano que ainda não foram registradas nem na BDTD e nem na BRAPCI até o fim da nossa coleta.

Efetuada esses esclarecimentos, após a realização das buscas, foram elaborados gráficos indicativos dos resultados aferidos. O primeiro deles apresenta os termos buscados que mais retornaram indicações bibliográficas:

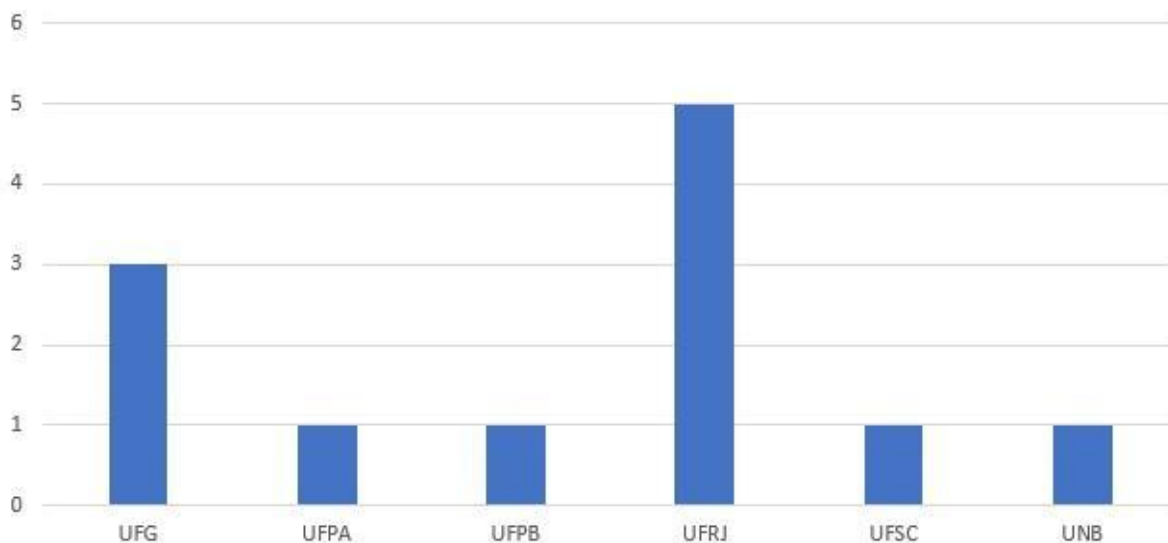
Figura 3 - Gráfico 1 : Índice de recuperação baseado em termos buscados



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A partir desse gráfico é possível visualizarmos que o termo de busca que mais recuperou resultados foi “indígena”, representando 59.6%, seguido por “oralidade”, “tradição” e “saber tradicional” que mantiveram próximos aos 8% de trabalhos recuperados.

No próximo gráfico é possível verificar quais Programas de Pós-graduação contribuíram com mais trabalhos recuperados de acordo com nossa busca:

Figura 4 - Gráfico 2 : Índice de recuperação por Programas de Pós-graduação

Fonte: elaborado pela autora (2022).

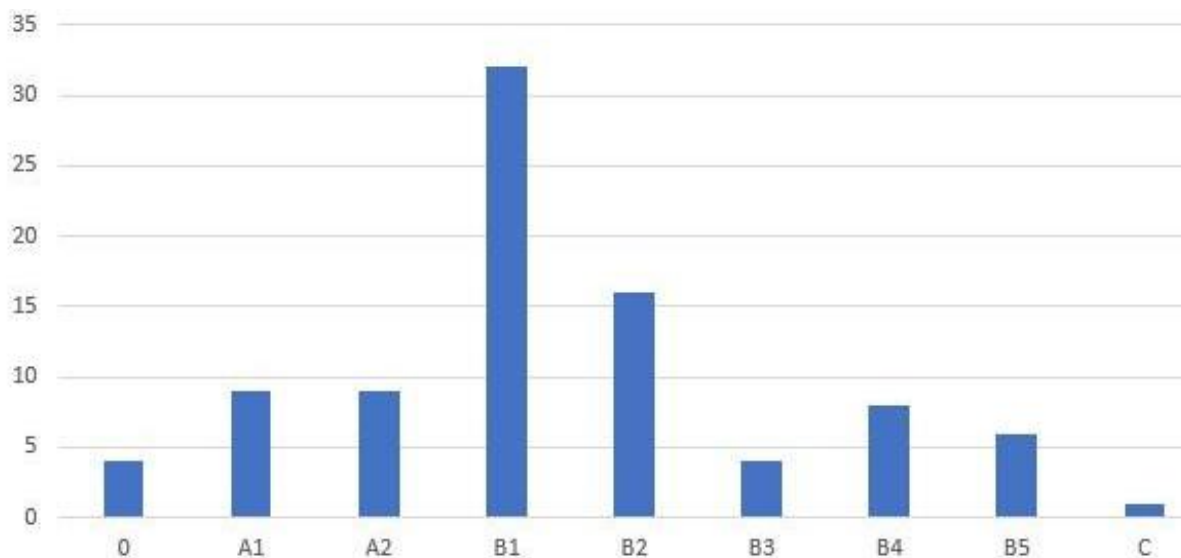
O destaque nesse gráfico é dado às instituições que mais recuperaram trabalhos relacionados à temática, sendo elas: a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mantém um convênio a nível de Pós-graduação em Ciência da Informação com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e a Universidade Federal de Goiás.

Ao refletirmos acerca de tais resultados, é possível especular que essa evocação expressiva da UFRJ pode estar relacionada à presença de Eduardo Viveiros de Castro, autoridade nacional e internacional no estudo das causas indígenas, em seu quadro de pesquisadores e a vinculação com o Museu Nacional, o que pode ter impulsionado trocas com outros estudiosos da Ciência da Informação. No caso da UFG conjecturamos que a existência de um curso de licenciatura intercultural²⁰ voltado para a população indígena pode ter exercido certa influência nesse resultado.

No próximo gráfico indicamos o índice quantitativo de revistas científicas a partir da classificação que a Plataforma Qualis/CAPES atribui a elas:

²⁰ O curso atende indígenas do Território Etnoeducacional da Região Araguaia-Tocantins e do Parque Indígena do Xingu, provenientes de 27 distintas etnias. Fonte: <https://intercultural.lettras.ufg.br/>

Figura 5 - Gráfico 3 : Relação da nota Qualis com os periódicos que apresentaram resultados para a busca



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Nesse gráfico é possível notar que as publicações com classificação B1 e B2 na Qualis se destacam como as que mais publicaram acerca da temática indígena. Ainda acerca dessa classificação, na tabela abaixo é possível consultar as revistas elencadas pela nota Qualis conforme o sistema brasileiro de avaliação. Essa organização foi necessária, pois o número de revistas que denota a recuperação dos resultados não pôde ser representado graficamente sem correremos o risco de induzirmos a uma leitura incorreta dos dados.

Tabela 4 - Qualis X Periódicos

QUALIS	PERIÓDICO
A1	Perspectivas em CI
A1	Informação & Sociedade
A2	Encontros Bibli
A2	Informação & Informação
A2	Revista Interamericana de Bibliotecología
A2	Em Questão
B1	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
B1	Arquivo & Administração
B1	Ponto de Acesso
B1	Pesquisa BR em CI e Biblio
B1	InCID
B1	RECIIS
B1	REDIB

B1	Liinc em Revista
B1	Tendências da Pesquisa BR em CI
B1	Ciência da Informação
B1	InCID: Revista de CI e Documentação
B1	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação
B1	Ponto de Acesso
B1	ÁGORA
B1	Liinc em Revista
B1	EPTIC
B1	RBBB
B1	RDBCI
B1	RECIIS
B1	RECIIS
B1	Pesquisa Brasileira em CI e Biblioteconomia
B2	Comunicação & Informação
B2	Folha de Rosto
B2	Acervo
B2	Revista ACB
B2	AtoZ
B3	BIBLOS
B4	Inclusão Social
B4	RACIN
B5	Conhecimento em Ação
B5	Informação em Pauta
B5	CI em Revista
B5	Múltiplos Olhares em CI
B5	CRB-8 Digital
C	P2P & INOVAÇÃO
0	Bibliomar
0	Memória e Informação
0	e-Ciencias de la Información
0	Revista Ciencias de la Información

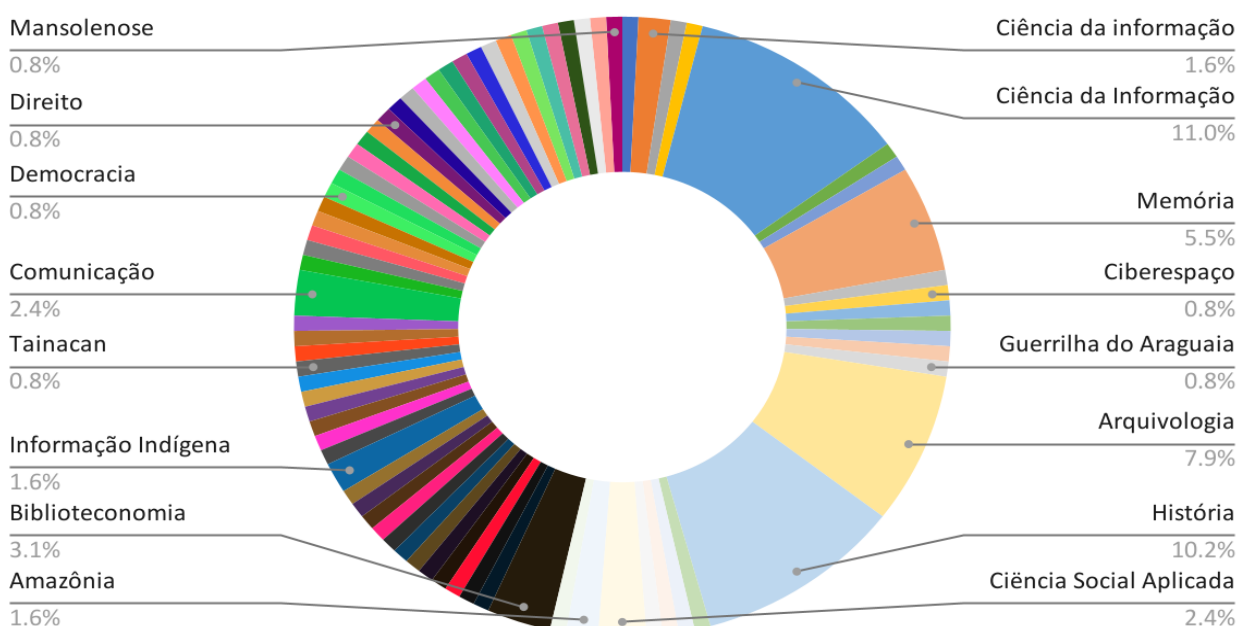
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Nessa tabela é possível identificarmos todos os periódicos que recuperaram trabalhos acerca da temática indígena. Alguns deles estão sem a classificação Qualis/Capes, pois não foi possível encontrar sua estratificação na plataforma Sucupira. Em face disso entendemos que estes periódicos ainda não classificados pela CAPES, no entanto eles não foram retirados da coleta pois fazem parte da

amostra oriunda da BRAPCI. Os trabalhos passaram por seleção, no entanto esta seleção não se relaciona à nota de avaliação da CAPES e sim à temática do estudo, conforme descreveremos à frente.

O próximo gráfico apresenta as palavras-chaves mais frequentes dentre os trabalhos recuperados.

Figura 6 - Gráfico 4 : Índice de resultados por palavras-chave presentes nos trabalhos recuperados



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A partir desse gráfico foi formulado um ranking indicativo das palavras-chave que apareceram com maior frequência nos resultados apresentados pelas buscas:

Tabela 5 - Ranking de palavras-chave mais presentes nos trabalhos recuperados

POSIÇÃO	PALAVRA-CHAVE	PERCENTUAL
1º	“Ciência da Informação”	12.6%
2º	“História”	10.2%
3º	“Arquivologia”	7.9%
4º	“Memória”	5.5%
5º	“Biblioteconomia”	3.1%
6º	“Comunicação” e “Ciência Social Aplicada”	2.4%
7º	“Amazônia” e “Informação indígena”	1.6%

Fonte: elaborado pela autora (2022).

É possível constatar que as palavras usadas como indexadores mais presentes nos trabalhos recuperados não refletem os termos utilizados nas buscas, isso certamente indica o *modus operandi* a partir do qual a Ciência da Informação brasileira trata e estuda a temática “conhecimento tradicional indígena”. Além disso, como veremos na próxima seção, há aí um indicativo de que a maior parte dos trabalhos recuperados não farão parte da nossa amostra interpretativa.

4.2 Tratamento dos dados

Após a etapa de sistematização dos dados, as planilhas foram analisadas a fim de se eliminar as duplicações e outros erros de recuperação. Em seguida foi realizado o primeiro tratamento de dados que consistiu em:

1. Eliminar trabalhos fora de Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação;
2. Subtrair trabalhos recuperados mais de uma vez;
3. Suprimir publicações de revistas que não estão classificadas pelo *Qualis-Periódico* da Plataforma Sucupira como vinculadas à área de Comunicação e Informação.

Feito isso, procedeu-se com a leitura dos resumos e palavras-chave de cada trabalho para compormos a amostra analítica final. Assim, trabalhos que não apresentavam nenhuma relação com a temática indígena foram desconsiderados, conforme indicado abaixo:

Tabela 6 - Amostra BDTD: demonstrativo por termo de busca

FONTE	Termo	Resultado	AMOSTRA
BDTD	Indígen*	66	5
	Indío*	19	0
	Comunidade indígena	19	0
	Conhecimento* tradiciona*	225	0
	Saber* tradiciona*	66	1
	Conhecimento indígena	28	0
	Oralidade	223	1
	Povos originários	1	0
	Tradição	79	0
	Aborígenes	0	0
	Autóctone	15	0
	Nativo	184	0

Indigenou*	47	0
Indigenous Knowleged	0	0
TOTAL		7

Fonte: elaborado pela autora (2022).

É possível notar que apesar de alguns termos apresentarem uma boa revocação, não apresentam precisão. Por exemplo, o termo “conhecimento tradicional” retornou 225 resultados enquanto o termo “nativo” retornou 184. No entanto, nenhum deles apresenta trabalhos que são relevantes para nossa pesquisa.

Pode-se notar também, a presença de termos em inglês para realização da busca. Isso acontece, pois ao longo da pesquisa verificamos que algumas bases de dados possuem trabalhos em outras línguas acerca do conhecimento tradicional indígena, assim sendo, incluímos estes termos para verificar qual seria a taxa de retorno destas buscas.

Após o tratamento dos dados e seleção dos trabalhos que se relacionam com a temática, restaram 07 documentos recuperados na BDTD para compor a amostra.

Em relação aos eventos, empreendemos, a princípio, busca no Sistema Eletrônico de administração de conferência, no entanto, a XV edição do ENANCIB não se encontrava disponível *on-line*, dessa maneira as buscas foram realizadas a partir da análise do Sumário de cada GT publicado em formato pdf. Após as alterações realizadas na BRAPCI, foi possível recuperar os trabalhos por meio de busca operacionalizada nesta base de dados. Ao fim dessas buscas os trabalhos localizados podem ser assim indicados:

Tabela 7 - Resultado das buscas nos Anais do ENANCIB

FONTE	EDIÇÃO/ANO	TRABALHOS
GT 2	XVI – 2015	1
GT 3 e GT 10	XVIII – 2017	3
GT 10	XIX – 2018	7
TOTAL		11

Fonte: elaborado pela autora (2022).

A tabela acima indica apenas os GTs, anos e edições de eventos onde foram encontrados trabalhos que se relacionam com a temática da pesquisa. Nos anos

anteriores a 2015 e posteriores a 2018 não foram recuperados nenhum resultado. Sendo assim, o ENANCIB apresenta 11 trabalhos sobre a temática.

Nas publicações da ISKO Brasil, as buscas foram realizadas por meio da análise do sumário dos Anais publicados em pdf. A ISKO publica a *Série – Estudos Avançados em Organização do Conhecimento* com o conteúdo dos Anais dos eventos realizados. O evento não possui publicações anteriores a 2012 e nem posteriores a 2019, dessa forma foram analisadas as publicações disponíveis no site da ISKO, sendo elas:

- Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade. [recurso eletrônico]. José Augusto Chaves Guimarães, Vera Dobedei (organizadores). – Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012. 285: il., fots. e-Book ISBN: 978-85-98176-45-1 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 1).

- Complexidade e organização do conhecimento, desafios de nosso século. [recurso eletrônico]. Vera Dobedei, José Augusto Chaves Guimarães (organizadores). – Rio de Janeiro: ISKO-Brasil; Marília: FUNDEPE, 2013. 310: il., fots. e-Book ISBN: 978-85-98176-51-2 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 2)

- Organização do conhecimento e diversidade cultural. [recurso eletrônico]. José Augusto Chaves Guimarães e Vera Dodebei (organizadores). - Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2015. 835 f. e-Book ISBN:978-85-98176-70-3 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 3)

- Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento. [recurso eletrônico]. Fabio Assis Pinho e José Augusto Chaves Guimarães (organizadores). – Recife: Ed. UFPE, 2017. 409 f. e-Book ISBN:978-85-415-0913-8 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 4)

- Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. [recurso eletrônico]. Thiago Henrique Bragato Barros e Natália Bolfarini Tognoli (organizadores). - Belém: Ed. da UFPA, 2019. 549 f. e-Book ISBN: 978-85-61214-35-7 (Série: Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, v. 5);

Por meio dos sumários foram analisados os títulos dos trabalhos e selecionados aqueles que melhor se enquadraram nos descritores para leitura. Os resultados estão dispostos na tabela abaixo:

Tabela 8 - Amostra ISKO: demonstrativo por termo de busca

FONTE	Termo	Resultado	AMOSTRA
ISKO	Indígen	14	5
	Indío	0	0
	Comunidade indígena	0	0
	Conhecimento tradicional	0	0
	Saber tradicional	0	0
	Conhecimento indígena	0	0
	Oralidade	3	0
	Povos originários	0	0
	Tradição	2	0
	Aborígenes	0	0
	Autóctone	0	0
	Nativo	0	0
	Indigenou*	2	0
	Indigenous Knowleged	1	0
	TOTAL		

Fonte: elaborado pela autora (2022).

A tabela acima mostra o resultado inicial de trabalhos recuperados e apresenta também o total de itens selecionados após o tratamento dos dados. Dessa forma, restaram 05 trabalhos recuperados na ISKO para compor a amostra.

A tabela abaixo apresenta os resultados da BRAPCI. Após o tratamento dos dados e seleção de trabalhos correlacionados à temática de conhecimento tradicional indígena restaram 89 textos para compor a amostra.

Tabela 9 - Amostra BRAPCI: demonstrativo por termo de busca

FONTE	Termo	Resultado	AMOSTRA
BRAPCI	Indígen*	128	68
	Indío*	42	6
	Comunidade indígena	7	0
	Conhecimento* tradiciona*	187	5
	Saber* tradiciona*	42	6
	Conhecimento indígena	19	0
	Oralidade	45	2
	Povos originários	0	0
	Tradição	123	2
	Aborígenes	0	0
	Autóctone	4	0
	Nativo	11	0
	Indigenou*	38	0
	Indigenous Knowleged	0	0
	TOTAL		

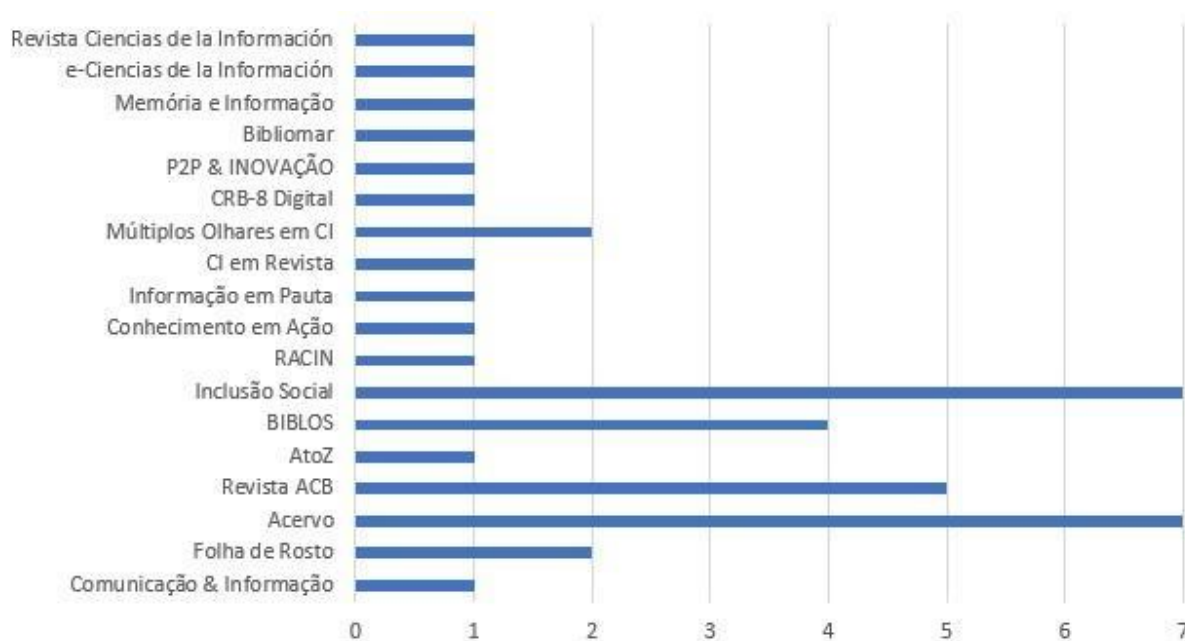
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Dessa maneira, a amostra se consolidou com 112 trabalhos a serem analisados. Para organização das informações relativas a estes trabalhos, 34 tabelas foram feitas no programa Excel da Microsoft, as quais davam destaque ao termo que recuperou o trabalho, o programa de pós-graduação do qual o trabalho se derivou, o periódico/evento em que o trabalho foi publicado, o título do trabalho, o(s) nome(s) do(s) autor(es), o resumo, as palavras-chave, os links do trabalho, o ano de publicação e sua classificação. Essa organização permitiu proceder com as análises descritas na próxima seção.

4.3 Análise

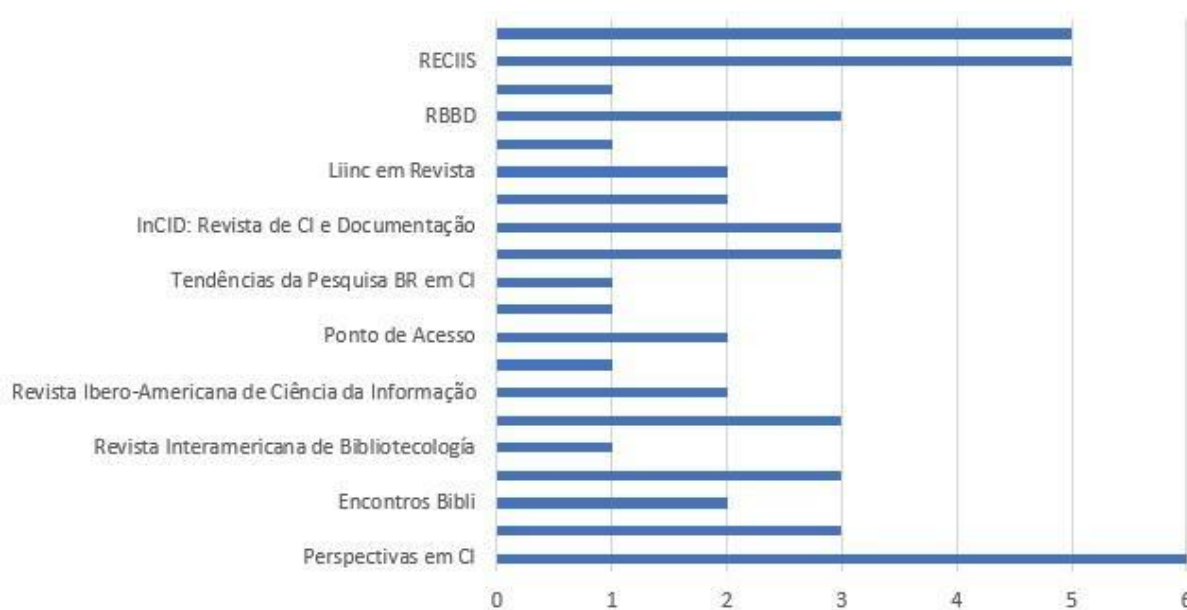
Para organizar as informações relativas aos trabalhos levantados foram construídos gráficos e tabelas que ilustram os principais termos recuperados, quais os programas de Pós-graduação com produção mais representativa e quais periódicos trouxeram maior números de evocações correlacionadas aos termos buscados, além das palavras-chave mais utilizadas para descrever esses trabalhos. Nos dois gráficos que seguem podemos visualizar a quantidade de trabalhos recuperados em cada revista. Esse dado foi distribuído em dois gráficos para proporcionar melhor visualização.

Figura 7- Gráfico 5 : Periódicos com publicações sobre o tema



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Figura 8 - Gráfico 6 : Periódicos com publicações sobre o tema



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Nesse gráfico é possível verificarmos que a grande maioria dos periódicos possuem apenas uma única publicação sobre o tema, no entanto, alguns se destacam por possuir acima de dois trabalhos. Abaixo listamos os periódicos que possuem trabalhos, bem como a respectiva nota atribuída pelo Qualis-Capes à revista publicadora:

Tabela 10 - Ranking de periódicos que publicaram trabalhos sobre o tema

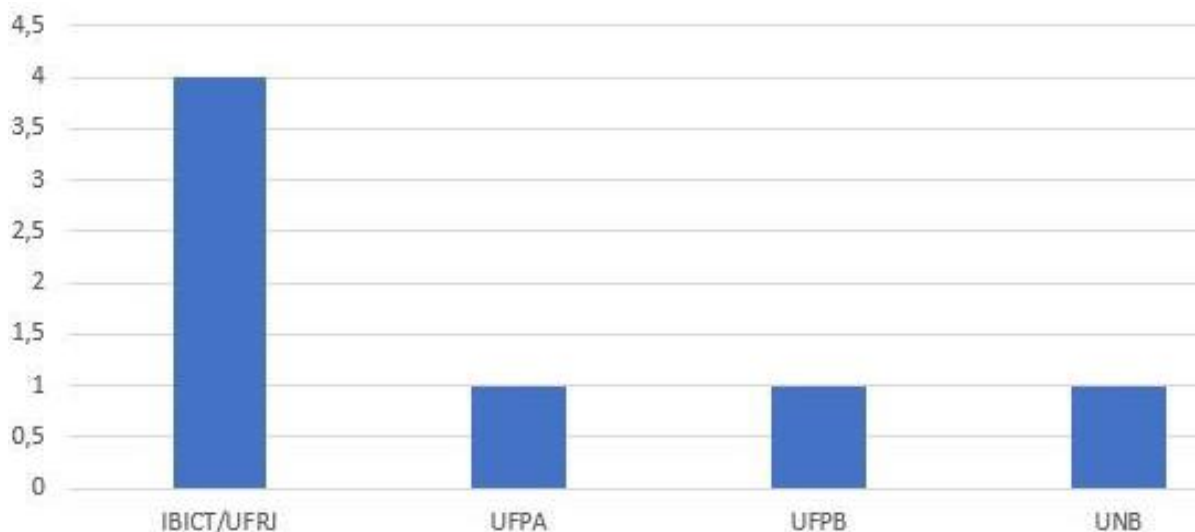
QUALIS	PERIÓDICO	QTD
A1	Perspectivas em CI	6
A1	Informação & Sociedade	3
A2	Encontros Bibli	2
A2	Informação & Informação	3
A2	Revista Interamericana de Bibliotecología	1
A2	Em Questão	3
B1	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	2
B1	Arquivo & Administração	1
B1	Ponto de Acesso	2
B1	REDIB	1

B1	Tendências da Pesquisa BR em CI	1
B1	Ciência da Informação	3
B1	InCID: Revista de CI e Documentação	3
B1	ÁGORA	2
B1	Liinc em Revista	2
B1	EPTIC	1
B1	RBBB	3
B1	RDBCI	1
B1	RECIIS	5
B1	Pesquisa Brasileira em CI e Biblioteconomia	5
B2	Comunicação & Informação	1
B2	Folha de Rosto	2
B2	Acervo	7
B2	Revista ACB	5
B2	AtoZ	1
B3	BIBLOS	4
B4	Inclusão Social	7
B4	RACIN	1
B5	Conhecimento em Ação	1
B5	Informação em Pauta	1
B5	CI em Revista	1
B5	Múltiplos Olhares em CI	2
B5	CRB-8 Digital	1
C	P2P & Inovação	1
0	Bibliomar	1
0	Memória e Informação	1
0	e-Ciencias de la Información	1
0	Revista Ciencias de la Información	1

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Abaixo apresentamos um gráfico a partir do qual é possível se visualizar que apenas quatro Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil possuem trabalhos relacionados ao tema da nossa pesquisa.

Figura 9 - Gráfico 7 : Programas de Pós-graduação que produziram trabalhos sobre o tema



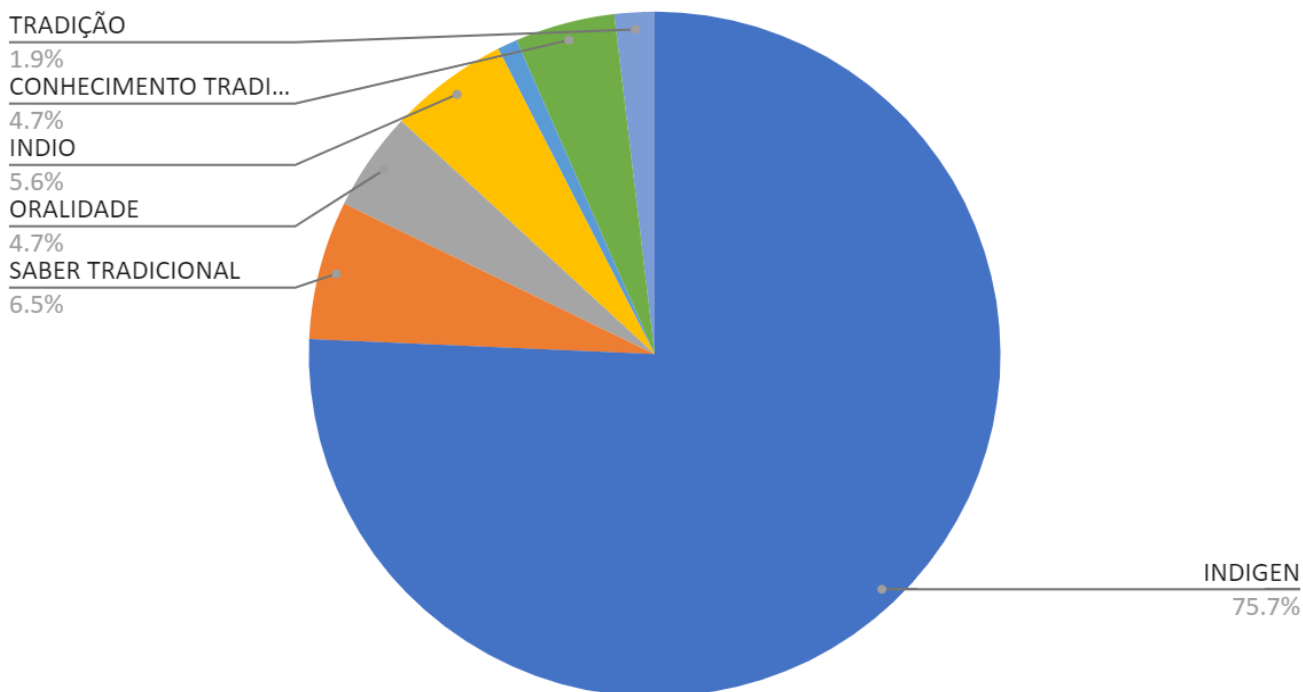
Fonte: elaborado pela autora (2022).

No gráfico acima, também é possível verificar que apenas o IBICT/UFRJ possui mais de um trabalho produzido, sendo aferido quatro trabalhos publicados. Tendo em vista que a Universidade Federal de Goiás teve 03 trabalhos evocados no levantamento inicial, é importante assinalar que dos 03 trabalhos, 02 não apresentavam relação com a temática indígena, e um apresentava relação com a temática indígena, porém todos eles foram realizados pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação. Por este motivo foram excluídos de nossa amostra.

O próximo gráfico demonstra os termos que mais recuperaram resultados na nossa busca.

Figura 10 - Gráfico 8 : Índice dos termos de busca que recuperaram trabalhos sobre o tema

TERMO DE BUSCA

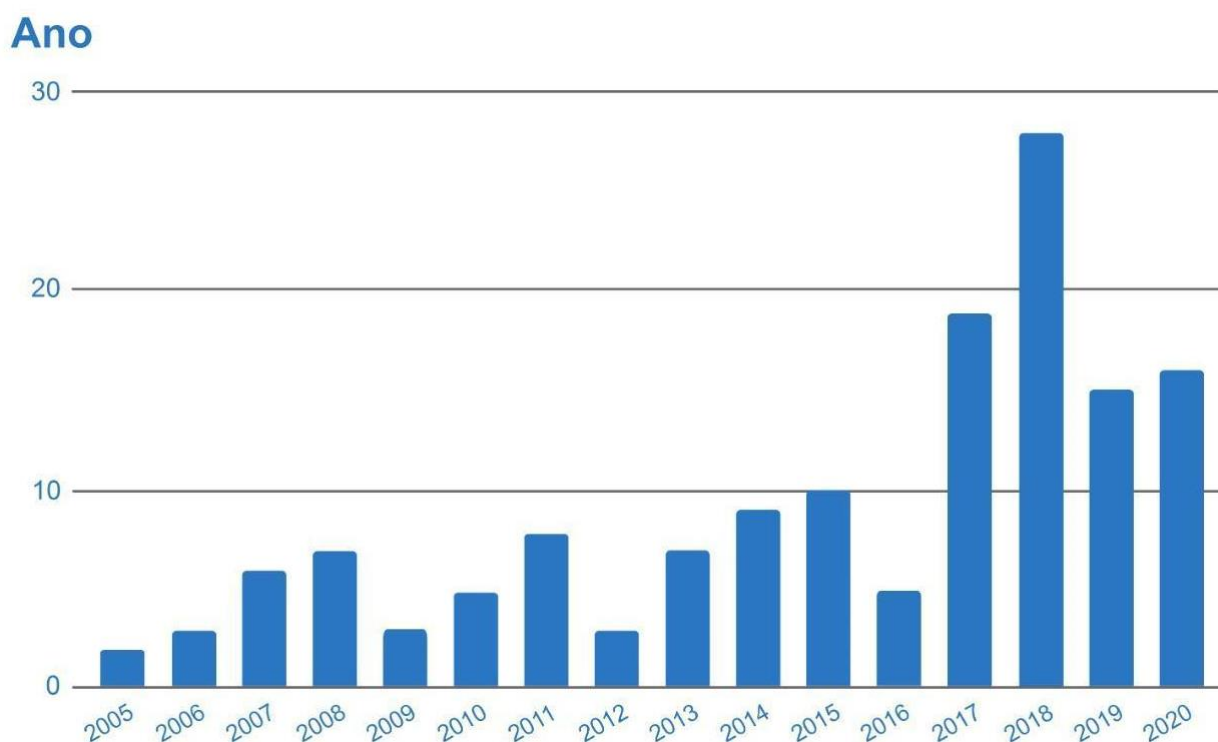


Fonte: elaborado pela autora (2022).

No gráfico acima observamos que o termo “Indígena” recuperou 75% dos resultados analisados, enquanto o termo "saber tradicional” foi o segundo buscador com mais evocações, sendo responsável pela recuperação de 6,5% dos trabalhos que compõem a amostra.

A seguir apresentamos o gráfico que representa a evolução temporal das publicações que se relacionam com a temática indígena.

Figura 11 - Gráfico 9 : Quantidade de trabalhos sobre o tema por ano de publicação



Fonte: elaborado pela autora (2022).

A leitura deste gráfico nos mostra que houve picos de produção de trabalhos relacionados à temática no contexto da produção acadêmica em Ciência da informação. Esse pico se inicia no ano de 2017, quando quase 20 trabalhos foram publicados, atinge seu ápice em 2018, chegando perto de 30 trabalhos e começa a perder força entre 2019 e 2020, quando são publicados cerca de 15 trabalhos anualmente. Ainda assim, esses números são expressivos tendo-se em vista que até 2016 a média de trabalhos publicados se mantinha sempre abaixo de 10. Acreditamos que isso se deve ao forte enfrentamento realizado pelos indígenas em oposição ao governo federal desde o golpe²¹ de 2016. Se por um lado os direitos indígenas passaram a sofrer mais ataques pelo Governo Federal, por outro a luta indígena se multiplicou e causou mais impactos e reverberações no âmbito social. Além disso, o

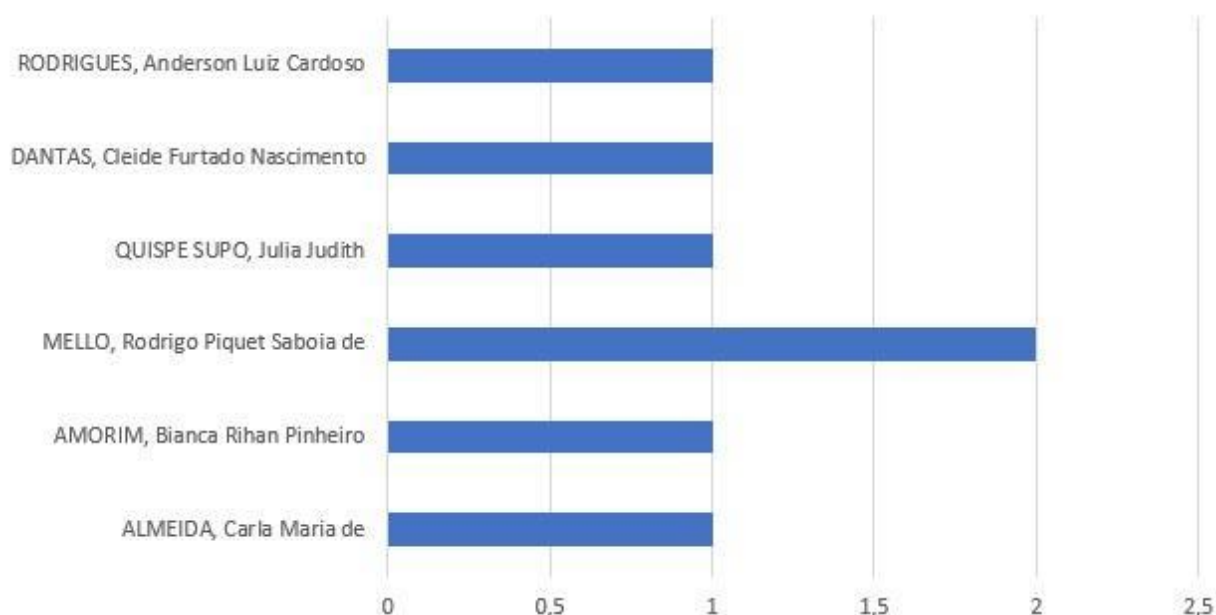
²¹ Flávia Birole, define golpe como objetivos e atores que convergem conformando um ambiente político menos democrático e na investida contra os direitos sociais e aos direitos humanos. Fonte: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/07/a-midia-a-crise-e-o-golpe/>

Para saber mais a respeito: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2021/04/O-Golpe-de-2016-e-o-Futuro-da-Democracia-no-Brasil.pdf

movimento indígena vem realizando turnês mundiais com eventos e atos simbólicos que projetam suas denúncias em nível global. Dessa forma, apontamos a possibilidade de que isso tenha causado impacto na academia que teve como resultado mais atenção dos pesquisadores para realização de mais pesquisas acerca da questão indígena. Somado a isso, não podemos desconsiderar os possíveis efeitos da ratificação da Agenda 2030 da ONU no cenário da produção científica em Ciência da Informação no país.

No próximo gráfico destacamos os autores que defenderam teses e dissertações de mestrado nos Programas de Pós-graduação do campo de Ciência da Informação no Brasil.

Figura 12 - Gráfico 10 : Autores que defenderam teses e dissertações sobre a temática em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil



Fonte: elaborado pela autora (2022) com base na BDTD.

O gráfico indica que Rodrigo Piquet Saboia de Mello é o único pesquisador que desenvolveu sua dissertação e sua tese em CI tendo por objeto de estudo temáticas correlacionadas ao tema “saberes tradicionais indígenas”, todos os demais autores apresentam um único trabalho. Sendo assim, temos 5 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado convergentes ao tema desta pesquisa. Indicamos a seguir a autoria das teses e dissertações:

Tabela 11 - Autores de teses e dissertações

TRABALHO	AUTOR
Tese	Bianca Rihan Pinheiro Amorim
Tese e dissertação	Rodrigo Piquet Saboia de Mello
Dissertação	Carla Maria de Almeida
Dissertação	Julia Judith Quispe Supo
Dissertação	Cleide Furtado Nascimento Dantas
Dissertação	Anderson Luiz Cardoso Rodrigues

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Tendo em vista que a produção de pesquisa científica em Ciência da Informação no Brasil publica seus resultados, principalmente, em teses e dissertações, descreveremos brevemente os trabalhos que atenderam aos critérios estabelecidos para esta pesquisa. São eles:

1. “Abram as portas da ciência para os mestres e as mestras passem: a ressignificação da Jurema no Acervo José Simeão Lea” é a dissertação de mestrado de autoria de Carla Maria de Almeida. O trabalho aborda a importância das fontes para a construção narrativa memorialística das religiões e ritualística afro-indígenas da Paraíba. Sendo assim, se aproxima do que Jecupé (2020) define como prática de transmissão da memória cultural. Mas, no entanto, o trabalho não realiza reflexões/contribuições sobre o conhecimento tradicional indígena.
2. “Documentos dialógicos, territórios dialéticos: um estudo sobre murais e seu papel na guerrilha simbólico-material do movimento zapatista de libertação nacional” é a tese de doutorado de autoria de Bianca Rihan Pinheiro Amorim, tem como objeto os murais, espalhados pelos municípios comandados pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no estado de Chiapas, México. O trabalho consegue realizar reflexões acerca da produção de conhecimento tradicional indígena e contribuiu epistemologicamente para o campo de Ciência da Informação, ao partir de questões teóricas que aproximam a informação dos estudos sobre a cultura, a política e a economia.
3. “Um olhar classificatório do acervo imagético das expedições científicas de Darcy Ribeiro aos índios Urubu-Kaapor no Museu do Índio na identificação de elementos da cultura indígena e da diversidade étnica-cultural brasileira” é a dissertação de mestrado de autoria de Rodrigo Piquet Saboia de Mello. Neste

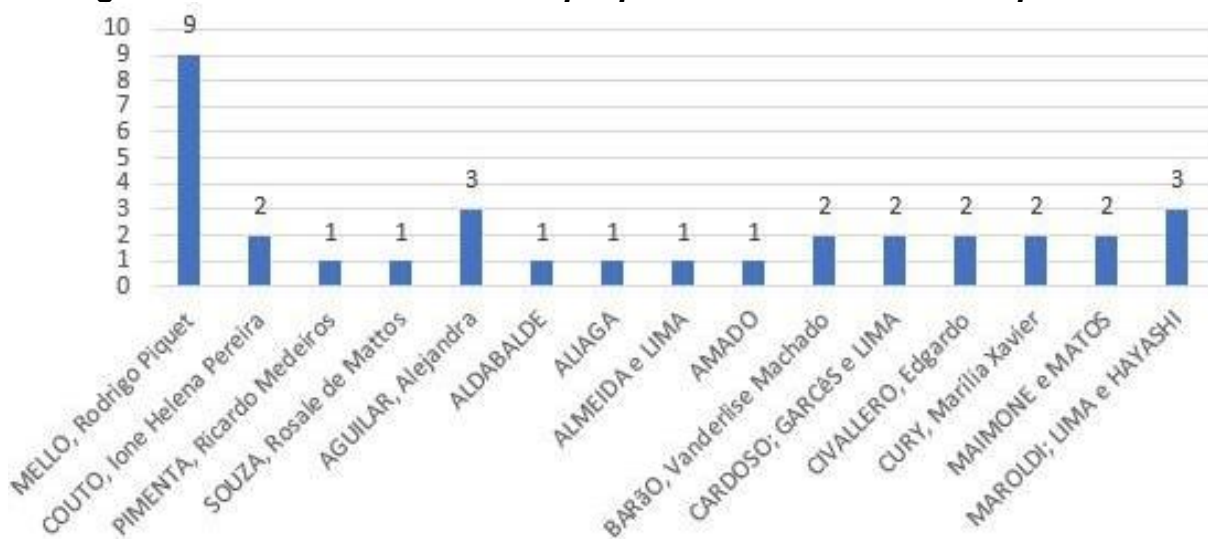
trabalho, o autor contribuiu com o campo ao verificar a existência de um processo de disputa entre aquilo que deverá ser retratado e as demais formações documentárias que foram feitas até o momento. Estaria de alguma forma em disputa procedimentos de hegemonia da organização documentária em detrimento de outros paradigmas culturais para além daqueles preconizados pelas ações da ciência ocidental.

4. O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade é a tese de doutorado de autoria de Rodrigo Piquet Saboia de Mello, onde o autor contribui significativamente para o campo ao se debruçar sobre processo de documentação autônomo dos povos indígenas e identificar que fenômeno informacional indígena está imerso nas ações políticas por melhores condições de vida e, principalmente, da luta pela demarcação dos seus territórios
5. “Uso das bibliotecas digitais da Biblioteca Central pelos estudantes indígenas da UnB” é a dissertação de mestrado de autoria de Julia Judith Quispe Supo; que verificou o uso das bibliotecas digitais da Biblioteca Central (BCE) pelos estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UnB).
6. “As práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso: uma análise interdisciplinar” é a dissertação de mestrado de autoria de Cleide Furtado Nascimento Dantas. Este trabalho tem como centralidade a produção do conhecimento tradicional ao estudar as práticas informacionais relacionadas aos conhecimentos tradicionais das erveiras da Feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará
7. “O domínio cultura amazônica à luz da organização e representação da informação” é como se intitula a dissertação de mestrado de autoria de Anderson Luiz Cardoso Rodrigues. O autor buscou contribuir para o campo de Ciência da Informação ao explorar e analisar o domínio da cultura amazônica no contexto da organização e representação da informação.

Julgamos ser importante descrever tais trabalhos para que nosso leitor compreenda a diversidade dos temas e estudos elaborados dentro do campo de CI que se relacionam à temática indígena. No entanto, não é possível detalhar todos os trabalhos da nossa amostra aqui, sendo assim, nos próximos gráficos estão identificados os autores que publicaram textos sobre a temática que tratamos em

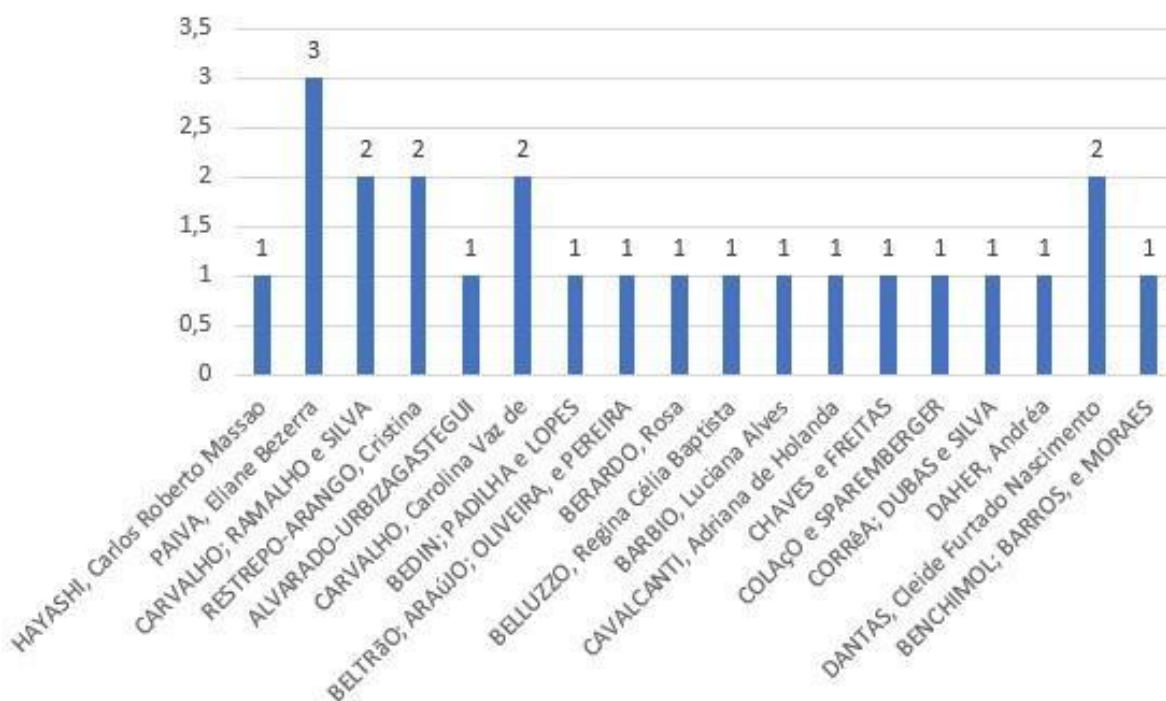
revistas científicas. Devido a extensão dos nomes de autores foi necessário produzir cinco gráficos para possibilitar a correta leitura dos dados apresentados a seguir.

Figura 13 - Gráfico 11 : Autores que publicaram sobre o tema: periódicos



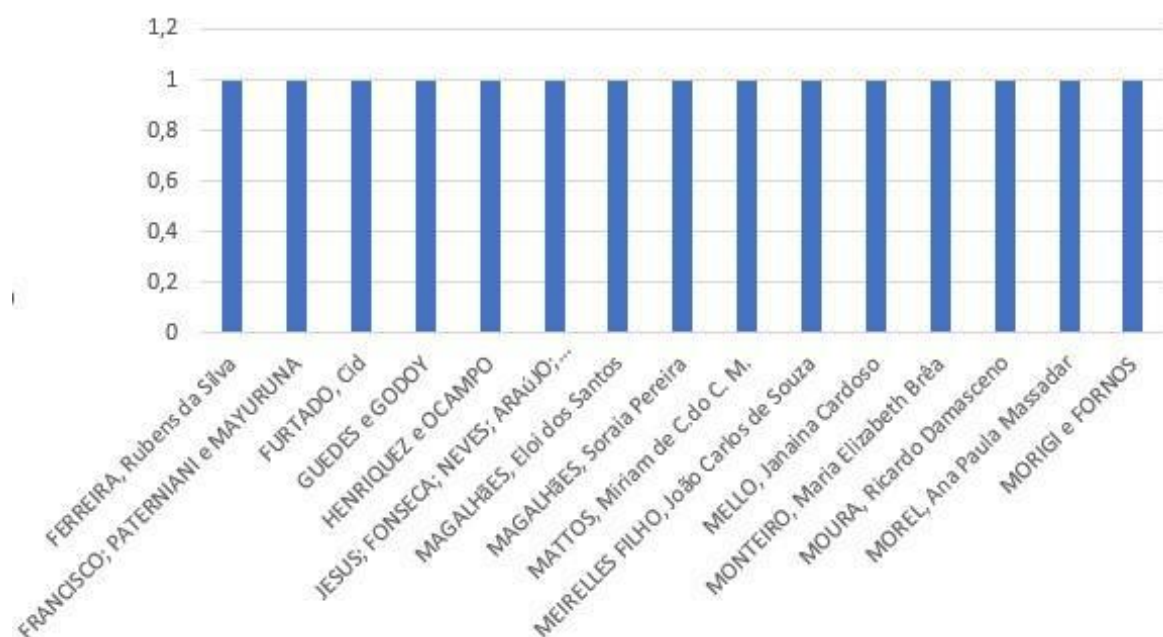
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Figura 14 - Gráfico 12 : Autores que publicaram sobre o tema em periódicos



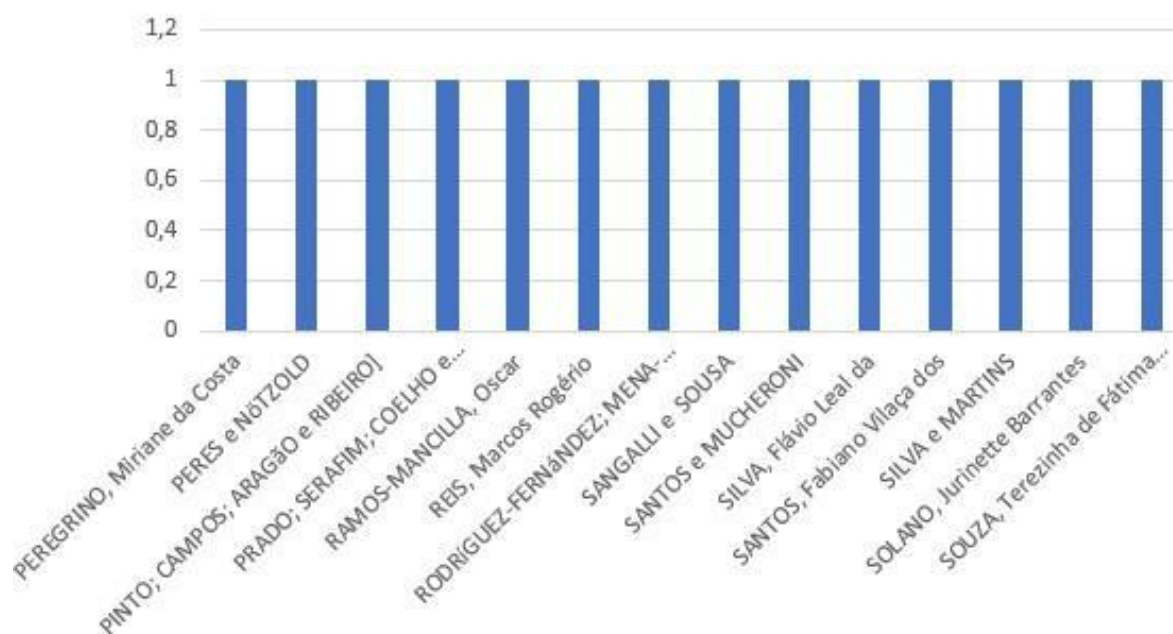
Fonte: elaborado pela autora (2022).

Figura 15 - Gráfico 13 : Autores que publicaram sobre o tema em periódicos

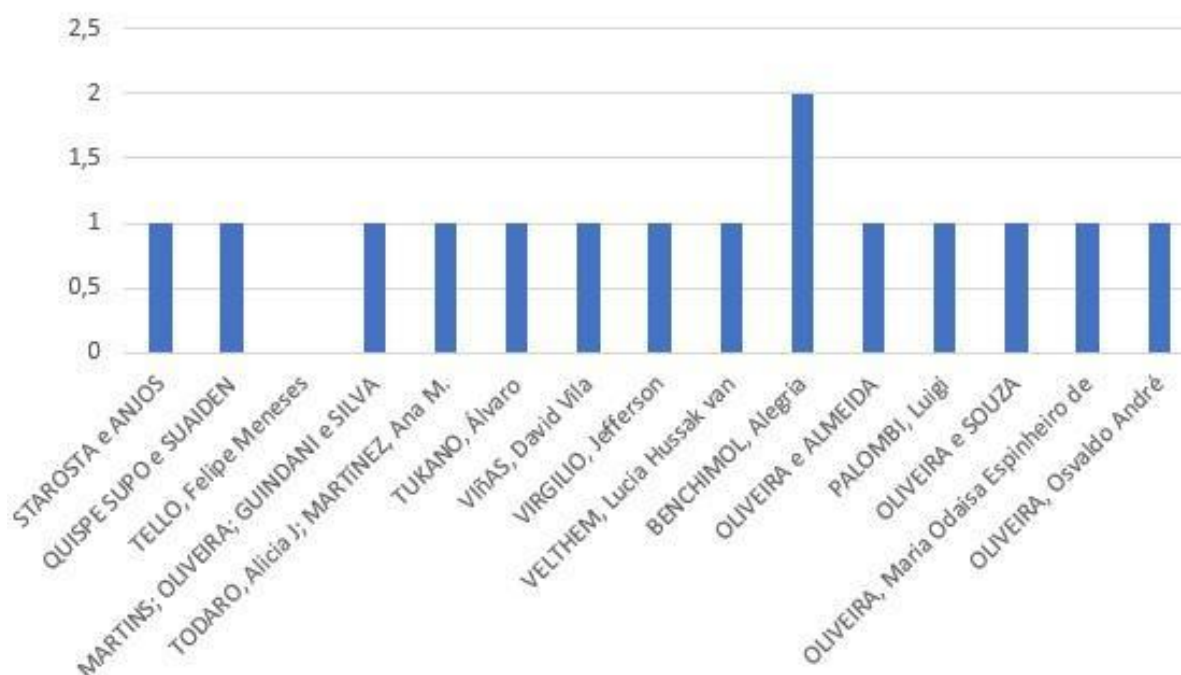


Fonte: elaborado pela autora (2022).

Figura 16 - Gráfico 14 - Autores que publicaram sobre o tema em periódicos



Fonte: elaborado pela autora (2022).

Figura 17 - Gráfico 15 : Autores que publicaram sobre o tema em periódicos

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Nos gráficos acima, é possível notarmos, novamente, a expressiva contribuição de Rodrigo Piquet Saboia de Mello para o tratamento da temática no contexto da CI brasileira.

Na tabela abaixo indicamos os autores que publicaram trabalhos sobre a temática nos Anais da ISKO e do ENANCIB.

Tabela 12 - Ranking de autores que publicam sobre o tema: eventos

EVENTO	AUTOR(ES)	QTD
ENANCIB	OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de; PINHEIRO, Mariza de Oliveira	1
	RIBEIRO, Ana Cláudia, FROTA, Maria Guiomar da Cunha	1
	CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva	1
	PAIVA, Eliane Bezerra; QUEIROZ, Kamilla Rebeca Souto	1
	AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; MUCCILLO, Marcela de Oliveira	1
	SILVA, Rubens Alves; MARTINIANO, Maristela Costa	1
	SILVA, Francisco Sávio da; PAIVA, Eliane Bezerra	1
	MARTINS, Dalton Lopes; CARMO, Danielle; GERMANI, Leonardo Barbosa	1

ENANCIB	MAROLDI, Alexandre Masson; LUCCA, Djuli Machado de; REZENDE, Angerlânia; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini	1
	MORAES, Miriam Gontijo	1
	FRANCA, Aline da Silva; SILVEIRA, Naira Christofoletti	1
ISKO	SOUZA; Rosali Fernandez de.	1
	TRIVELATO, Rosana Matos da Silva Trivelato; MOURA, Maria Aparecida	1
	FUJITA, Mariangela Spotti Lopes; EVEDOVE, Paula Regina Dal'	1
	BARITÉ, Mario	1
	LIMA, Graziela dos Santos e ALMEIDA, Carlos Cândido	2

Fonte: elaborado pela autora (2022).

Nesta tabela é possível se observar que todos os autores que participaram dos eventos ISKO e ENANCIB possuem um trabalho durante o período pesquisado.

Com vistas a aprofundar nossas análises acerca da produção brasileira em CI sobre conhecimento tradicional indígena, utilizou-se como parâmetro referencial para agrupar as temáticas dos trabalhos os descritores validados pelo Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação. Uma vez que o TBCI é um sistema que nos oferece o mapeamento mais amplo do campo de Ciência da Informação brasileira, buscamos classificar os trabalhos dentro desta ferramenta para analisar onde os trabalhos acerca do conhecimento tradicional indígena produzidos pela CI se proliferaram mais.

Para proceder com a classificação foram analisados: título, resumo e palavras-chaves, agrupando trabalhos conforme as 47 classes e subclasses do Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação, cuja estrutura reproduzimos abaixo de acordo com Pinheiro e Ferrez (2014. p. 18-19):

- 1 Epistemologia da Ciência da Informação
 - 1.1 História da Ciência da Informação
 - 1.2 Teorias na Ciência da Informação
 - 1.3 Interdisciplinaridade
 - 1.4 Métodos de Pesquisa e Análise
 - 1.5 Ensino e Pesquisa em Ciência da Informação e Áreas Afins
 - 1.6 Profissão e Mercado de Trabalho
- 2 Organização do Conhecimento e Recuperação da Informação
 - 2.1 Organização do Conhecimento
 - 2.2 Recuperação da Informação

- 3 Gestão da Informação
 - 3.1 Gestão de Bibliotecas e Recursos de Informação
 - 3.1.1 Serviços de biblioteca
 - 3.1.2 Desenvolvimento de coleções
 - 3.1.3 Preservação de documentos
 - 3.2 Usuários e Usos da Informação
 - 3.3 Serviços de Informação
- 4 Informação e Conhecimento Estratégicos nas Organizações
 - 4.1 Inteligência Competitiva
 - 4.2 Gestão do Conhecimento
- 5 Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs
 - 5.1 Equipamentos de Computador
 - 5.2 Programas de Computador
 - 5.3 Aplicações de Computador
 - 5.4 Redes de Comunicação e Informação, Internet, Web
 - 5.5 Gestão nas TICs
 - 5.6 Inteligência Artificial e Engenharia do Conhecimento
- 6 Comunicação e Acesso à Informação
 - 6.1 Comunicação Científica
 - 6.2 Transferência e Acesso à Informação
 - 6.3 Indústria da Informação
 - 6.4 Sociedade da Informação
- 7 Documento e Informação como Componente
 - 7.1 Tipos de Documento
 - 7.2 Suportes de Informação
 - 7.3 Conteúdos da Informação
- 8 Áreas do Conhecimento

Conforme indicado pela tabela a seguir, a partir dessa estrutura foi possível classificar os trabalhos recuperados em 28 das classes e subclasses disponíveis no Tesouro. No entanto, dos 112 trabalhos analisados, 22 não se encaixaram em nenhuma das categorias determinadas. Isso pode ter ocorrido pelo fato de que o Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação não contempla o tipo de informação trabalhada nas pesquisas com e acerca das populações indígenas.

Como pode ser observado, as cinco temáticas que comportam o maior quantitativo de trabalhos foram:

- Métricas da informação e comunicação com onze trabalhos classificados;
- Serviços de bibliotecas com dez trabalhos classificados;
- Teorias na Ciência da Informação com nove trabalhos classificados;
- Representação da informação com oito trabalhos classificados;
- Usuários e Usos da Informação com seis trabalhos classificados.

Na tabela abaixo é possível conferir todas as classes e subclasses que contemplaram os trabalhos selecionados, bem como o quantitativo de cada uma delas.

Tabela 13 - Ranking de trabalhos classificados conforme TBCI

CLASSE / SUBCLASSE - TBCI	QTD
Bases de dados e extração da informação	01
Comunicação e Acesso à Informação	02
Desenvolvimento de coleções	03
Documento e Informação como Componente	03
Ensino e Pesquisa em Ciência da Informação e Áreas Afins	01
Epistemologia da Ciência da Informação	03
Gestão de Bibliotecas e Recursos de Informação	01
História da Ciência da Informação	03
Inteligência Competitiva	03
Interdisciplinaridade	01
Métricas da informação e comunicação	11
Organização do Conhecimento	02
Políticas e ações de informação	04
Preservação de documentos	03
Produtividade científica	01
Programas de Computador	01
Recuperação da Informação	01
Redes de Comunicação e Informação Internet e Web	03
Representação da informação	08
Serviços de biblioteca	10
Serviços de Informação	04
Sistemas de organização do conhecimento	02
Sociedade da Informação	01
Suportes de Informação	01

Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs	01
Teorias na Ciência da Informação	09
Transferência e Acesso à Informação	01
Usuários e Usos da Informação	06
TOTAL	90

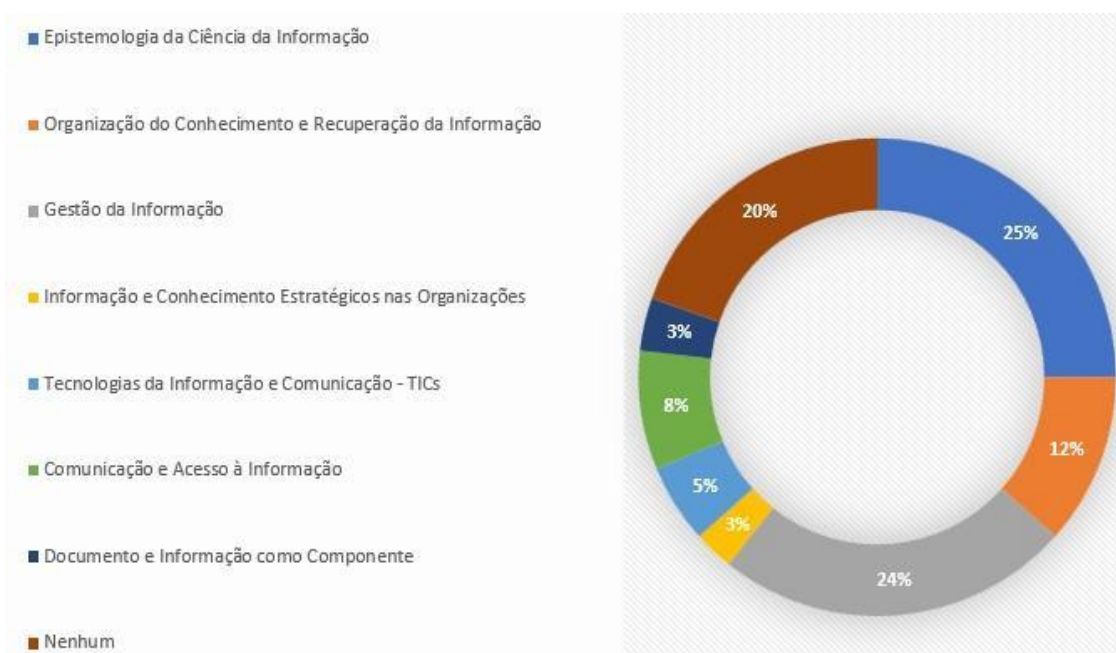
Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesses termos, localizamos o que os números mais expressivos poderiam indicar. Temos 11 trabalhos dentro da subclasse “Metrias da informação e comunicação”. Conforme indicado pelo TBCI, esta subclasse está categorizada dentro de “1.4 Métodos de Pesquisa e Análise” que por sua vez está englobado na classe “Epistemologia da Ciência da Informação”. Outro indicador que temos dentro dessa classe é da subclasse de “Teorias na Ciência da Informação” com o número representativo de 9 trabalhos. Por sua vez, o segundo maior indicador está localizado na subclasse “Serviços de biblioteca” com 10 trabalhos. Esta subclasse se encontra dentro da classe “Gestão da Informação” e de “Gestão de Bibliotecas e Recursos de Informação” segundo o Tesouro.

Outra classe onde encontramos um número significativo de trabalhos é a de “Organização do Conhecimento e Recuperação da Informação”. Dentro dela temos “Organização do Conhecimento” englobando a subclasse “Representação da informação” que apresenta oito trabalhos identificados. Por fim, a outra classe com número mais indicativo de trabalhos é a de “Gestão da Informação”, com um quantitativo de seis trabalhos classificados na subclasse “Usuários e Usos da Informação”

Todas as demais subclasses possuem quatro ou menos trabalhos classificados. Abaixo apresentamos um gráfico demonstrativo do quantitativo de trabalhos para cada grande classe do Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação.

Figura 18 - Gráfico 16 : Quantidade de trabalhos por classe do TBCI



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ao observarmos esse gráfico é possível identificar que Gestão da Informação e Epistemologia da Informação são as classes que predominaram na classificação dos trabalhos. A gestão da informação corresponde a 24% dos trabalhos enquanto 25% dizem respeito a Epistemologia da Ciência da Informação. Acreditamos que este traço se deve tanto à juventude científica da Ciência da Informação, quanto à sua forte característica interdisciplinar, mas, também, à restrição da área em tratar os saberes tradicionais indígenas e o número limitado de indexadores possíveis para categorizar essa tipologia específica de conhecimento.

É importante notar, ainda, que outro número que se destaca no gráfico diz respeito aos trabalhos que não conseguimos classificar em nenhuma classe ou subclasse oferecida pelo Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação. Isso pode ser atribuído à necessidade de constante diálogo com a sociedade para atualizar tais ferramentas produzidas pela CI.

Ou seja, como o Tesouro da área é uma ferramenta que se encontra em constante atualização, talvez seja necessário chamar atenção dos gestores da ferramenta para a inclusão de especificidades acerca da questão indígena, as quais começaram ganhar visibilidade a partir dos picos de produção acadêmica observados a partir do ano de 2017. No entanto, o que verificamos é que este sistema se mostrou

insuficiente para classificar produção científica acerca do conhecimento tradicional indígena e não reflete um diálogo entre tesouro e a produção do campo de CI.

Buscando refletir mais amplamente sobre o que esses dados apontam, realizamos um mapeamento sobre temáticas privilegiadas pela área a fim de apreendermos o tratamento dispensado pela Ciência da Informação brasileira aos conhecimentos tradicionais indígenas. Dessa forma, foi possível encontrar pesquisas que sistematizaram o quantitativo de trabalhos publicados nos anais da ISKO no período de 2003-2014; na BRAPCI de 1972 a 2014 e no ENANCIB de 2003 a 2014. Tais pesquisas indicaram que as fontes consultadas referenciam mais de 11.590 trabalhos vinculados à área de Ciência da Informação no Brasil dentro dos respectivos intervalos temporais. Essa produção foi fracionada na tabela abaixo:

Tabela 14 - Trabalhos publicados na área de CI no Brasil

FONTE	PERÍODO	QTD
ISKO	2012 a 2019	260
BRAPCI	1972 a 2014	8774
ENANCIB	2003 a 2014	2556
TOTAL		11590

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em Silva e Autran (2016); Bufrem *et al* (2010)

Como vimos anteriormente, da amostra constituída por esta dissertação, somente 112 analisam em algum aspecto as dinâmicas de produção, organização, preservação e/ou disseminação do conhecimento tradicional indígena, uma parcela ínfima nesse universo de 11.590 registros de trabalhos da área. Além disso, não devemos negligenciar que a classificação empreendida a partir do TBCI se revelou insuficiente para classificar o material resultante de pesquisas e trabalhos acerca da temática indígena.

Por tudo isso consideramos que apesar de o modelo hegemônico de se fazer ciência tentar responder aos estímulos provocados pelas transformações na sociedade contemporânea, a produção da área demonstra – à luz dos conceitos aqui evocados e das análises constituídas – que a injustiça epistêmica ainda se perpetua em nossa área. Isso fica mais evidente a partir dos resultados atingidos, os quais comprovam que os componentes sociais, políticos, culturais e econômicos que configuram a produção científica em CI no Brasil contribui para o apagamento do

saber tradicional indígena, posto não trabalhar de maneira equitativa esse conjunto de conhecimentos como o faz com outras temáticas e instâncias de produção informacional mais amplamente validadas pelo “sistema mundo” ou sistema capitalista de visibilização dos saberes.

Assim, defendemos que se faz necessário que a CI incorpore em sua agenda de trabalhos e temáticas conhecimentos diversificados a fim de cumprir seu papel social que é levar informação a quem precisa. De maneira correlata, acreditamos ser necessário desenvolver no campo estratégias que nos auxiliem a compreender melhor os regimes de informação – por meio de seus componentes sociais, políticos, culturais e econômicos – em que estão enraizados os saberes tradicionais.

Nas considerações dispostas abaixo complementamos essas análises e elencamos alguns estudos futuros que podem ser realizados na área.

5. Considerações Finais

*É mais do que fazer barulho e vir retomar o que é nosso
por direito
Por eles continuávamos mudos, quem dirá fazendo
história, ter livro feito
Entenda que temos como legado ressaltar a diáspora de
um povo oprimido
Queremos mais do que reparação histórica, ver os
nossos em evidência
E isso não é um pedido
Chega de tanta didática, a vida é muito vasta pra gastar o
nosso tempo ensinando o que já deviam ter aprendido
Porque mais do que um beat pesado é fazer ecoar em
sua mente o legado de Mandume.
E no que depender da minha geração, parça, não mais
passarão impunes.
Mel Duarte²².*

Ao analisarmos a presença e o tratamento conferidos pela produção científica da Ciência da Informação Brasileira aos saberes tradicionais indígenas entre o período de 2005 a 2020 pudemos perceber a existência de lacunas operacionais concernentes às ações informacionais sobre esta categoria de conhecimentos. Isso demonstra que ainda existe uma distância entre a organização da informação pautada no pensamento ocidental e os modos indígenas de conceber o mundo e os seus conhecimentos.

Observamos, também, as limitações dos instrumentos globais de representação dos saberes indígenas pela Ciência da Informação, haja vista que eles, em ampla medida, enquadram as ações, dispositivos e práticas de mediação informacional desses saberes valendo-se de lógicas hegemonicamente universais, sem considerar as filosofias de vida das sociedades em questão, suas particularidades, naturezas e condições de materialização.

Portanto, partindo dos lugares de modulação desses poderes explícitos e materializados pelo e para o ocidente em detrimento das outras sociedades, pode-se dizer que essa violência epistêmica decorre dos inconvenientes estratégicos do movimento da “cientificação” do conhecimento indígena. Não sem razão, para essa estrutura científica, calcada nas violências estruturais e institucionais do ocidentalismo, seria reducionista designar esses saberes, visto como instância da

²² MEL DUARTE IN EMICIDA. Mandume. Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa : Laboratório Fantasma: 2015. “8:15”min.

produção do “outro”, pelo nome de uma disciplina científica, quando também é um saber fazer, um modo de vida, uma representação do mundo e uma ética. O que os povos indígenas sabem, o que sabem fazer e, sobretudo, suas representações do mundo estão intimamente ligadas: seu pensamento parte de uma abordagem holística.

A visão ocidental dicotômica que separa a Natureza da Cultura, o homem e todos os outros seres vivos não pertence às suas filosofias de interpretação da vida. Os povos indígenas nunca fazem ciência como uma atividade separada, entretanto, a ciência ocidental constituiu-se separando a filosofia da religião, por exemplo, e a partir da busca por leis válidas em todas as circunstâncias, daí sua projeção para a universalidade.

A Ciência da Informação Brasileira, na condição de ciência herdeira do positivismo, pactua em muitos aspectos com essa compartimentalização. Ao desconsiderar uma construção dos objetos “conhecimento” e “informação” que levasse em conta todas as disciplinas necessárias para sua compreensão, a CI acaba por não integrar de modo sistemático todas as partes que prefiguram esses ecossistemas.

Ademais, destaca-se que a compreensão ampla e crítica acerca da representação dos saberes indígenas na Ciência da Informação brasileira exige uma apreensão concreta, real e sólida dos aspectos epistemológicos, históricos, políticos, econômicos, geopolíticos, sociológicos, antropológicos, técnicos, tecnológicos, sociais e culturais que orientam a cultura da informação no país.

Portanto, para a concretização de uma mudança efetiva em relação à uma representação equânime desses saberes, deve-se considerar a abrangência de tais variáveis em uma ampla reincorporação dos estudos de seus sentidos teleológicos na agenda de ações estratégicas sobre a informação atualmente em evidência na CI e nas diversas unidades de informação como partes compromissadas com essa mudança.

A despeito disso, não se trata de incluir os conhecimentos tradicionais indígenas à força somente para atender a uma reivindicação da luta desses povos tradicionais ou de organizações como a IFLA e a UNESCO (no caso da Agenda 2030). Caso seja assim, os conhecimentos tradicionais indígenas serão sempre tidos como intrusos, uma vez que os mecanismos ordenadores dos sistemas científicos se constituíram a partir da exclusão desses saberes.

Sendo assim, destacamos a necessidade de construir outras formas de se ser, saber e exercer poder dentro dos sistemas de produção do conhecimento. Vale nos questionar, pois, se pretendemos mudar a realidade ou se objetivamos nos inserir nela? Queremos criar uma nova forma dos regimes de conhecimento hegemônicos se relacionarem com os conhecimentos periféricos ou pretendemos que tais conhecimentos se adequem produzindo uma reconfiguração dos padrões vigentes que limitam os instrumentos globais de legitimação dos saberes?

Guiando-nos pelos valores éticos e políticos que orientaram a realização deste trabalho, julgamos ser importante que a CI reflita, por exemplo, sobre os dispositivos de registro de propriedade intelectual que são utilizados para perpetuar as injustiças sociais, históricas e de produção do conhecimento, uma vez que os povos tradicionais, em geral, não dominam tais mecanismos. Ressaltando-se que, em geral, esses mecanismos convertem os saberes tradicionais indígenas em mercadorias altamente valorizadas e exploradas através da produção de bens de consumo que não garantem aos seus detentores nenhum tipo de ganho.

Por conseguinte, este trabalho considera que a CI, enquanto ciência transversal que afeta outras áreas de conhecimento deve se comprometer em traçar estratégias de salvaguarda dos saberes tradicionais e os profissionais da informação em atuar em sua mediação em prol do desenvolvimento sociocultural das comunidades que os mobilizam.

Ao discorrer sobre “os artífices da tradição e da memória no Vale do Jequitinhonha”, SILVEIRA (2013) nos instiga a pensar nos anciãos, pajés e xamãs que são os principais representantes dos conhecimentos dessas etnias indígenas, como “matrizes gerativas de um universo tradicional responsável por conferir visibilidade às faculdades criativas e ao modo de vida de um importante segmento populacional do país” (SILVEIRA, 2013. p, 02). De maneira correlata, Canosa (2011, p. 03) pontua que a morte de tais representantes “*podría equipararse a la del incendio de una biblioteca*”, uma vez que são tais representantes que “traçam uma tênue linha entre passado e futuro; tradição e modernidade; memória e esquecimento” (SILVEIRA, 2013). Dito isso, os questionamentos lançados neste trabalho só poderão ser respondidos fazendo ciência. Para determinar como se dá a relação entre ciência e conhecimento tradicional, é necessário explorar a fundo e realizar pesquisas junto às comunidades tradicionais. Todavia, é importante ressaltar que “o Brasil se encontra em uma posição privilegiada, mas está perdendo uma oportunidade histórica, a de

instaurar um regime de colaboração e intercâmbio respeitoso com suas populações tradicionais” (CUNHA, 2007. p. 34).

Sabemos que defender o valor dos conhecimentos tradicionais não é suficiente para convencer os órgãos responsáveis a se movimentarem em prol da construção de um cenário favorável que promova cooperação entre a ciência hegemônica e a ciência tradicional (CUNHA, 2007). No entanto, dá-se a ver como uma estratégia importante para se encontrar os meios institucionais adequados para “preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional, reconhecer e valorizar suas contribuições para o conhecimento científico e fazer participar as populações que o originaram nos benefícios que podem decorrer de seus conhecimentos”. (CUNHA, 2007, p. 83-84).

Tendo isso em perspectiva e que a Ciência da Informação é a disciplina que se detém sobre a disseminação e o tratamento da informação científica, como esse campo pode contribuir com esse quadro? Por estarmos imersos no campo, pactuamos que a Ciência da Informação possui potencial para possibilitar o avanço necessário no que tange à contribuição que pode e deve ser dada para que o conhecimento tradicional saia de seu estado de subalternização atual. Este seria um bom momento para a CI assumir uma perspectiva da ecologia de saberes promovendo a convivência ativa entre conhecimentos diversos a partir do pressuposto de que todos os saberes podem enriquecer-se por meio do diálogo em condição de equidade epistêmica (SANTOS, 2008). Concordamos, pois, com a visão de Santos (2008) de que essa é uma tarefa imprescindível para a universidade corresponder de forma mais contundente com as necessidades sociais e enfrentar a injustiça cognitiva.

Com relação à discussão acerca do silenciamento dos conhecimentos indígenas, acreditamos que o reconhecimento perpassa, também, pela ciência acadêmica. Contudo, isso requer um posicionamento cosmopolítico perante a questão indígena na academia e em outras instituições/conselhos científicos. Requer um olhar que, na concepção de Nego Bispo, conflua - se encontre, coexista - mas sem precisar, necessariamente, se misturar. Ou seja, no que diz respeito aos conhecimentos dos povos originários e sua relação com a ciência canônica se faz necessário construir modos de ultrapassar o modelo científico atual integrando conhecimentos, mas sem fomentar relações de submissão entre eles.

Enfim, defende-se aqui a promoção de um diálogo de saberes que supere a colonialidade do saber, do ser e do poder (Quijano, 2005). Isso requer que a elite

intelectual brasileira que atua nas universidades questione a monocultura do saber científico (SANTOS, 2008). Isso implica a construção de espaços onde a diversidade de saberes possa exercer diálogo horizontal para promover a interação entre conhecimentos diversos. Isso só será possível a partir do enfrentamento e questionamento das estruturas hegemônicas vigentes, bem como da racionalidade instituída dentro das instituições universitárias que ainda seguem a ordem e a lógica colonialista.

Ao chamarmos a atenção para isso, gostaríamos de ressaltar que a adoção de qualquer estratégia que permita escapar da monocultura do saber e do pensamento deve ter em mira a prática da ecologia de saberes, da interculturalidade, da decolonialidade, da cosmopolítica que intente colocar em evidência o respeito a saberes até aqui invisibilizados e tratados como de menor relevância no âmbito da produção científica.

Resta-nos assim, lançarmos uma última indagação: como poderemos superar teórica e praticamente a fragmentação dos saberes e encontrarmos o fio condutor que nos permita construir uma estratégia que não seja engolida pelas normas vigentes da “cientificidade hegemônica”, uma vez que não é possível rompermos paradigmas enquanto continuamos a nos beneficiar deles?

Não é pretensão desta dissertação responder a esta pergunta, mas podemos assinalar um caminho possível para estudos futuros. Esse caminho parte da premissa formulada por Stenger (2007) – professora belga que estuda a filosofia da ciência – para quem “uma ciência triste é aquela em que não se dança”. Apesar disso, consideramos que a ciência indígena é uma ciência feliz porque chama à baila toda uma constelação de conhecimentos, sem definir como protagonistas o *pas de deux* formado pelo método cartesiano e a racionalidade empírica.

Assim sendo, sugerimos às instituições acadêmicas trabalhar para promover a confluência dos saberes por meio da produção de ferramentas, técnicas e produtos informacionais que incluam pessoas indígenas no desenvolvimento, avaliação e validação destes métodos que poderão apoiar o fazer científico ocidental nesta transição que deve se atentar aos cinco marcadores do conhecimento tradicional indígena indicados neste trabalho. Isso quer dizer que para desenvolver tais métodos e técnicas em parceria com populações indígenas deve-se considerar como centralidade o local onde é utilizado onde o conhecimento é utilizado; sua sistemática transmissão oral; que se refere ao conjunto de todos os saberes e de práticas,

implícitas e/ou explícitas que são aplicadas em todos os âmbitos da vida diária; que diz respeito a um conjunto de experiências e de conhecimento que se tornam base para a tomada de decisões; e que, é desenvolvido em razão de condições específicas de dada comunidade, situada em determinada área geográfica.

Nesses termos, apresentamos como sugestão de trabalhos futuros a análise dos instrumentos e ferramentas construídos e utilizados pela Ciência da Informação que sejam capazes de incorporar as especificidades dessa coreografia arquitetada pelas práticas e pelos saberes e experiências enraizadas que são moduladas, preservadas e compartilhadas pelas populações indígenas.

6. Referências

ANTUNHA-BARBOSA, J., & BARBOSA, M. (2014). Direitos intelectuais e conhecimentos tradicionais: Estudo do caso GUARANI-MBYÁ face ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Revista Da Faculdade De Direito Da UFG*, 38(2), 97-120. <https://doi.org/10.5216/rfd.v38i2.22528>. Acesso em: 05 mar. 2019.

ALMEIDA, A. W. B. de. “Amazônia: a dimensão política dos ‘conhecimentos tradicionais’” *In: ALMEIDA, A. W. B. de et al (orgs.). Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas.* Manaus: UFAM/UEA Edições, 2010, p. 11-40.

ALVARES, Lillian; BATISTA, Fábio F. Ciência da Informação e gestão do conhecimento: a convergência a partir da Sociedade da Informação. VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Salvador. 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/171501> Acesso em: 24 fev. 2020.

ARAÚJO, Carlos A. A. O que é Ciência da Informação? KMA. Belo Horizonte, 2018.

ARAUJO, A. V. de F.; OLIVEIRA, L. M. B. de; GRACIOSO, L.; SILVA, M. D. P. da. Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas. *Liinc em Revista*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5828, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5828. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5828>.

BARBOSA, J. M. A. Os lugares do saber indígena: identidade, território e direitos intelectuais. Berlim, Edições da Universidade Europeia, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. Ensaios sobre o conceito de cultura. Zahar; 1ª edição. Rio de Janeiro, 2012.

BELTRAN-BARRERA, Yilson J. *La biocolonialidad: una genealogía decolonial.* *Nómadas*, Bogotá, n. 50, pág. 77-91, junho de 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502019000100077&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 de out 2021.

BEZERRA, A. C.; Cavalcante, L. de F. B. Mediação cultural da informação para o reencantamento do mundo. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação*, 25, 2020. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e72831>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e72831/44027> Acesso em: 07 ago 2021.

BEZERRA, A. C. Da teoria matemática para uma proposta de teoria crítica da informação: a integração dos conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.25, número 3, p. 182-201, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/nC4jigPCTzBXXyQCNPmbksQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 ago. 2021.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BENEDICTO, Ricardo Matheus. As origens africanas da filosofia grega : mito ou realidade?. II Congresso Nacional de Formação de Professores. *In* II Congresso Nacional de Formação de Professores e XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. Pg. 5110- 5122. Acesso em 03 dez 2022. Disponível em [https://filosofia-](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/ricardo_matheus_benedicto_-_as_origens_africanas_da_filosofia_grega_mito_ou_realidade%C2%BF.pdf)

[africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/ricardo_matheus_benedicto_-_as_origens_africanas_da_filosofia_grega_mito_ou_realidade%C2%BF.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/ricardo_matheus_benedicto_-_as_origens_africanas_da_filosofia_grega_mito_ou_realidade%C2%BF.pdf)

BORODITSKY, Lera. *Does Language Shape Thought?: Mandarin and English Speakers' Conceptions of Time*. *Cognitive Psychology* 43, 1–22 (2001) doi:10.1006/cogp.2001.0748,

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *An invitation to reflexive sociology*. Chicago/Cambridge, University of Chicago Press/ Polity Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *"Esboço de uma teoria da prática"*, pp. 46-81 in Ortiz, R. (Org.). *Bourdieu (Coleção Grandes Cientistas Sociais)*. São Paulo: Ática, 1972

BORKO, H. *Information Science: What is it?* *American Documentation*. v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. Portaria Normativa Interministerial MinC/MEC nº 1 de 04/10/2007. Brasília, 2007b. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=199296>. Acesso em: 27 jul. de 2022.

CANOSA, Daniel. *Bibliotecas indígenas. El orejiverde. Fundación de Historia Natural*. p. 1-16. 2011.

CAPURRO, R. *Epistemología y ciencia de la información. Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, v.4, n.1, p.11-29, jan./abr., 2007.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. *Construindo o saber: metodologias científicas, fundamentos e técnicas*. Campinas: Papirus. 1989.

CASTORIADIS, Cornelius. *Janela sobre o caos*. Aparecida: Idéias & Letras, 2009.

CASTORIADIS, Cornelius. *O mundo fragmentado. As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 (Volume III).

CHAUÍ, M. *Espinosa: Uma filosofia da Liberdade*. São Paulo: Moderna, 1995. CONIB - Confederação Israelita do Brasil. *Carta de excomunhão de Baruch Espinoza*. 2016.

Disponível em: <http://www.conib.org.br/noticias/3438/carta-de-excomunho-debaruch-espinoza#> . Acesso em: 28 mar 2020.

CIVALLERO, Edgardo. *Bibliotecas indígenas: un modelo teórico aplicable em comunidades aborígenes argentinas*. Universidad Nacional de Córdoba. Argentina. 2004.

CIVALLERO, E. *Bibliotecas indígenas en América Latina: Revisión bibliográfica y estado actual de la cuestión*. Córdoba (Argentina). Wayrachaki. 2008.

CHEN, I. Y; Johansson, F. D; Sontag, D. Por que meu classificador é discriminatório?. Sistema de processamento de informações neurais – NeurIPS). 2018.

COVEMG, Comissão da Verdade em Minas Gerais - Relatório Final. Governo do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

CUNHA; M. C. da. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA; M. C. da. *História dos Índios no Brasil* (org.). São Paulo: Companhia das Letras & Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1992.

CUNHA, M. C. da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. Revista USP, [S. l.], n. 75, p. 76-84, 2007. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623> . Acesso em: 23 maio. 2019.

CUNHA; M. C. da. *Cultura com aspas e outros ensaios de antropologia*. 1ª ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CUNHA, M. C. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. In: CUNHA, M. C. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 301-310.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. *Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002. DELEUZE. *Spinoza y el problema de la expresión*. Barcelona: Muchnik Editores, 1996.

DIOP, Cheikh Anta. *The African Origin of Civilization Mith or Reality?* Westport, Ed Lawrence Hill, 1974

DUARTE, Marisa Elena; BELARDE-LEWIS, Miranda. *Imaginando: Criando Espaços para Ontologias Indígenas, Catalogação e Classificação Trimestral*, 53:5-6, 677-702. 2015. DOI: 10.1080/01639374.2015.1018396.

DUSSEL. Enrique. *El encubrimiento del otro: Hacia el origen del mito de la modernidad*. 2. Edición, México: Editorial Cambio XXI, 2007, [1994].

DUSSEL. Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

EMICIDA, Mandume. Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa : Laboratório Fantasma: 2015. “8:15” min.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FERES, M. V. C.; MOREIRA, J. V. de F.; ANDRADE, F. C. de. Conhecimento tradicional e direito de patente: Fatos e contradições no caso da Poaia. Revista de Estudos Empíricos em Direito, [S. I.], v. 4, n. 1, 2017. DOI: 10.19092/reed.v4i1.145. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/145> . Acesso em: 8 mai. 2020.

FERNANDERS, Wesley R.; CENDÓN, Beatriz V; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Information Science and its correlated áreas: a case study at the Federal University of Minas Gerais. Brazilian Journal of Information Science, v. 5, p. 3-35, 2011.

FIORMONTE, Domenico; SORDI, Paolo. Humanidades digitais do sul e GAFAM. Para uma geopolítica do conhecimento digital. Humanidades digitais: olhares do sul. v.15 n.1, 2019.

FOUREZ, G. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. Disponível em: <http://astro.if.ufrgs.br/fis2008/Fourez.pdf> . Acesso em: 19 abr. 2019

FREIRE, José Ribamar Bessa. A Amazônia colonial. Manaus: Metro Cubico. 1994. 75p.

FREITAS, Marília A.; LEITE, Fernando C. L. Atores do sistema de comunicação científica: apontamentos para discussão de suas funções. Informação & Informação, [S.I.], v. 24, n. 1, p. 273-299, mar. 2019. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/32030>. Acesso em: 20 abr. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2019v24n1p273>.

FURTADO *et al.* Por uma geografia do trabalho ribeirinho! Capitalismo e Natureza na Conversão e Reconversão Laboral em Comunidades Ribeirinhas em Abaetetuba – PA. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017. Disponível em https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt02_1506907678_arquivo_poruma_geografiadotrabalhoribeirinho-capitalismoenaturezanaconversoalaboralemcomunidadesribeirinhasemabaetetuba-pa.pdf . Acesso em 24 ago. 2020. ISSN: 1980-4555

GALLOIS, D. T. Quem atrapalha o desenvolvimento? Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. I.], v. 17, n. 17, p. 215-217, 2008. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v17i17p215-217. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/47691> . Acesso em: 21 ago. 2019.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. *La descolonización de los saberes: itinerarios de paraconsistencia*. In: 20 años del capítulo español de ISKO. Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español (Ferrol, 2011) Universidade da Coruña (España), 2012.

GILL, Jerry H.: *Learning to Learn:Toward a Plilosophy of Education* (cap 1), – Ed.:Humanities Press International, Inc., Atlantic Highlands, New Jersey, 1993.

GOMES, Henriette F. Protagonismo social e mediação da Informação. *Logeion: Filosofia da Informação*, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 22 abr. 2022.

GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Org.). *Informação e protagonismo social*. EDUFBA. Salvador, 2019.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. *In: TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: ABA Publicações, 2012, p. 59-74.

GONÇALVES, Priscilla Pereira. *As relações de poder no discurso dos dispositivos legais e o desenvolvimento das coleções em bibliotecas públicas*. Dissertação. Belo Horizonte, 2019. 134 f.

GONZÁLEZ, Diana C.; RENGIFO, Nelson S. P. *Derecho, interculturalidad y resistencia étnica*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Informação, conhecimento e poder: Do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. *In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social*. Rio de Janeiro, 2011.

GROSGOUEL, Ramón. *Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y al extractivismo ontológico: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo*. Tabula Rasa. Bogotá – Colombia, No. 24: 123-143, 2016.

_____. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, publicado a 01 outubro 2012. Acesso 28 fev 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/697>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 1991/2010. Disponível em: http://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf. Acesso em 18 maio 2016

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 1991/2010. Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em 27 jul. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf. Acesso em 27 jul. 2016.

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. 2005. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf> . Acesso em: 08 abr. 2019.

IFLA. *Declaración de la IFLA sobre el conocimiento indígena tradicional*. IFLA/LAC Notícias, n. 42. junho, 2003.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Alemanha: Unrast, 2008. 151 p.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOURET, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 2000, 149 p.

LE COADIC, Yves-Françoise. *A ciência da Informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LEAL, Joliene do Nascimento. *Tensões entre ciência e conhecimento tradicional na construção do currículo de formação superior indígena: o caso da Licenciatura Intercultural Teko Arandu*. UFRRJ. 2012. Disponível em: http://cursos.ufrrj.br/posgraduacao/ppgeduc/files/2014/06/Dissertacao_JolieneLeal.pdf . Acesso em: 18 mai 2019.

LEITE, F. C. L. *Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico: proposta de um modelo conceitual*. 2006. 240 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/3975> . Acesso em: 08 abr. 2019.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. *Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica*. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 36, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.SciELO.br/SciELO.php?pid=S0100-19652007000100007&script=sci_arttext . Acesso em: 26 mar. 2019.

LELIS, Acácia G. S.; CARVALHO, Fábila R. C. *Conhecimento tradicional: saberes que transcendem o conhecimento científico*. Pág. 261/281 *In: Direito ambiental III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: Livia Gaigher Bosio Campello, Consuelo Yatsuda Moromizato, Rosângela Lunardelli Cavallazzi*. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

LIMA, André. *Quem cala consente?: subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais / organizadores André Lima e Nurit Bensusan*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003. (Série Documentos do ISA; 8). Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/L6L00010.pdf> . Acesso em 22 abr 2019.

LIMA, Marcos Felipe de Jesus; ABREU, Ricardo Nascimento. *A relação entre língua e poder na obra de Pierre Bourdieu*. 2019. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/bitstream/handle/set/2230/A%20RELA%C3%87%C3%83O%20ENTRE%20L%C3%8DNGUA%20E%20PODER%20NA%20OB>

[RA%20DE%20PIERRE%20BOURDIEU%20%28UNIT-SE%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y](#). Acesso em 10 jul 2022.

LOTTI, Pétalah A. Ciência da Informação e a preservação do conhecimento indígena. *In: Anais do Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Íbero-América e Caribe.* / Maria Aparecida Moura e Fabrício José Nascimento da Silveira, organizadores. – Belo Horizonte (MG): ECI, UFMG, 2017. Disponível em: https://edcic2016.eci.ufmg.br/anais/files/Anais_Edcic_2016.pdf . Acesso em 10 fev. 2022.

MALDONADO-TORRES, Nelson (orgs.). *Des-colonialidad del ser y del saber: (videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda) en Bolivia*. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 63-130.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto.* *In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

MALDONADO-TORRES, Nelson, A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade, Tradução de Inês Martins Ferreira. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 2008, p. 71-114 Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/695>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.695>. Acesso em: 12 out 2021.

MARTINELLI; Bruno M. O INPA e os povos e comunidades tradicionais: aproximações sobre o fazer científico e reflexões sobre uma virada ontoepistemológica. Tese de doutorado. Brasília: UNB, 2020, 248 p.

MEADOWS, A. J. Avaliando o desenvolvimento da comunicação eletrônica. *In: MUELLER, S. P. M.; PASSO, E. J. L. (Org.). Comunicação científica.* Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

MELO, Milena Petters; BURCKHART, Thiago Rafael. Direito indígena e inovações constitucionais na América Latina: uma leitura a partir da teoria crítica do direito. *Revista Jurídica (FURB)*, [S.l.], v. 17, n. 34, p. 97-120, dez. 2013. ISSN 1982-4858. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/4054> . Acesso em: 08 jun. 2019.

MELLO, L. C.; RIGOLIN, C. C. D. Proposta teórica e metodológica para analisar a produção científica brasileira de teses e dissertações sobre conhecimento tradicional. *Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, v. 2, p. 157-167, 2011.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta. Rio de Janeiro, 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2019. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1008>. Acesso 28 jan 2021

MIGNOLO, Walter D. Histórias locais/ Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad.; Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505 p.

_____. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 2020. Pgs. 187-224. Doi: 10.24140/issn.1645-7250. Disponível em <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7324> Acesso em 04 dez 2021.

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf.. Acesso em: 07 abr 2021.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf . Aceso em: 13 jun 2022.

MIRANDA, Marcos L. C. de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: Encontro Nacional de Pesquisa em ciência da informação, 8., 2007, Salvador. [Anais online]. 2007. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/345/GT2--341.pdf?sequence=1> . Acesso em: 10 ago. 2019.

MORAES, A. F. de; ARCELLO, E. N. O conhecimento e sua representação. *Informação & Sociedade: Estudos*, [S. l.], v. 10, n. 2, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/328>. Acesso em: 24 abr. 2021.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. UNIC/ Rio/ 023 - Mar. 2008. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acessado 24 abr. 2022.

NONATO, J. M. S.; PEREIRA, N. M. Histórico da ciência na Região Norte do Brasil: A ciência em ação na Amazônia brasileira. *Perspectivas*. São Paulo, v. 44, p. 93-124, jul./dez. 2013.

OGECIME, Mardochée. (Re)pensando a sociedade da informação e do conhecimento na periferia [recurso eletrônico]: um estudo de caso do Haiti. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação. Belo Horizonte, 2021.

OLIVEIRA, J. C. de. “Vocês sabem porque vocês viram!”: reflexão sobre modos de autoridade do conhecimento. *Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 55, n. 1, 2012. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2012.46959. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/46959>. Acesso em: 13 ago. 2018.

OURIQUE, João Luis Pereira. O "contar histórias" da formação: o narrador na perspectiva de Walter Benjamin. *Cadernos Benjaminianos*, [S.l.], n. 1, p. 111-122, dez. 2019. ISSN 2179-8478. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/view/5305>. Acesso em: 22 maio 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.17851/2179-8478.0.1.111-122>.

PAIVA, Eliane Bezerra. Conceituando fonte de informação indígena. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 24, n. 1, 2014.

PANTOJA, Mariana Ciavatta. "Conhecimentos Tradicionais": uma discussão conceitual. [Anais do X Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental](#): n. 1 (2016).

PECHMAN, Robert e PINHO, Fernando Augusto Souza, v. 17 n. 1 (2017): *Anais do XVII ENANPUR*. Disponível em <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2437/2415> Acesso em 20 fev. 2021.

PERTILE, Kimberly Victória. "Colonialidade do ser e saber: Geopolítica do conhecimento e análise do sistema ONU". *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*. 13, no. 25 (janeiro 19, 2021). Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/104862>. Acessado 22 jan 2022.

PIEROBON, C. Nikolai Leskov: o narrador de Walter Benjamin. *Revista de Ciências Sociais*, v. 44, n. 2, p. 263-269, 11. Acesso em 25 mai 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9088>

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; FERREZ, Helena Dodd. *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), 2014. 630p. Disponível em: https://www.gov.br/ibict/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/TESAUROCOMPLETOFINALCOMCAPA_24102014.pdf. Acesso em: 07 jun 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf . Acesso em 17 mai 2019.

RABELO. Sofia Miranda; MAGALHÃES. José Luiz Quadros; TEIXEIRA. Sílvia Gabriel. O buen vivir como projeto mundo contra hegemônico. *Pesquisa Jurídica e Ensino em Direito Constitucional e Direitos Humanos*. v. 6 n. 15 (2019). Disponível em : <https://doi.org/10.22409/rcj.v0i0.779>. Acesso em: 17 jul 2021.

SÁEZ, Oscar Calavia. A ética da pesquisa na era da autoria: direito intelectual indígena, socialidade e invenção antropológica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2013, v. 28, n. 83, pp. 73-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300005> . Acesso em 11 Ago 2020

SANTOS, Antonio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significados. Brasília: 2015. 150 pags. Disponível em: http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em 20 abr. 2019.

Santos, A. B. dos ., & Mayer, J. (2020). Início, meio, início: Conversa com Antônio Bispo dos Santos. *Indisciplinar*, 6(1), 52–69. <https://doi.org/10.35699/2525-3263.2020.26241> Acesso em 20 jun 2021

SANTOS, Boaventura de Souza. A sociologia das ausências e a sociologia das emergências: para uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo (2007).

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós - Modernidade*. Afrontamento. Porto, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do sul*. Coimbra, Almedina, 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, Raimundo N. M.; ELIEL, Regiane A.; ELIEL, Oscar. A ciência e o novo estado do conhecimento: a contribuição da ciência da informação. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 16-29, dez. 2006. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11n22p16>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SEVERO, Cristine Gorski A invenção colonial das línguas da América. *Alfa : Revista de Linguística (São José do Rio Preto)* [online]. 2016, v. 60, n. 1, pp. 11-28. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5794-1604-1>>. Acesso em 21 jun 2021

SHERA, J. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. *Ciência da Informação, [S. l.]*, v. 6, n. 1, 1977. DOI: 10.18225/ci.inf.v6i1.92. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92>. Acessado 15 maio. 2020.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.; PINHEIRO, L. V. Avaliação da produtividade científica dos pesquisadores nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas. *Informação & Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 193-222, 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/97/1567> . Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, Keyde T.; BICALHO, Poliene S.S. Uma abordagem decolonial da história e da cultura indígena: entre silenciamentos e protagonismos. *Crítica Cultural – Critic*, Palhoça, SC, v. 13, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 2018.

SMITH, Linda Tuhiway. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Tradução Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, 239 p.

SOUZA, C. C. O Movimento Indígena e a luta por emancipação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. 373p.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Enlace entre os estudos de usuários e os paradigmas da Ciência da Informação: de usuário a sujeitos pós-modernos. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 10, n. 2, p. 144-173, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/290/384> . Acesso em: 22 set. 2018.

TEIXEIRA. Silvia Gabriel e MAGALHÃES. Jose Luiz Quadros. O Diálogo De Dussel Com Marx: Decolonialidade e Marxismo. *Revista Videre* 13.26; 2021. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo3288176-o-di%C3%A1logo-de-dussel-com-marx-decolonialidade-e-marxismo. Acesso em 15 jul 2022.

TOM ZÉ. Menina Jesus. Correio da estação Brás. Continental, 1978. “3:35” min.

UNGER, R.J.G.; FREIRE, I.M. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, n.2. 2008.

VIGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem / tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 496 p.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. *Educação & Linguagem*, v. 10, n. 16 (2007) . Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>>. Acesso em: 9 out. 2021.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político- epistémicas de refundar el Estado*. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, n.9, p.131-152, jul/dez., 2012. Disponível em <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a09.pdf> . Acesso em: 16 abr. de 2018.

ZINS, C. *Redefining information science: From information science to knowledge science*. *Journal of Documentation*, v. 62, n. 4, p. 447-461, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233559245_Redefining_information_science_From_information_science_to_knowledge_science . Acesso em: 20 fev 2019.

APÊNDICE A – TRABALHOS RELACIONADOS A TEMÁTICA INDÍGENA

FONTE	TÍTULO	AUTORIA	PALAVRAS-CHAVE	ANO	CLASSIFICAÇÃO TBCI
Programa de Pós-Graduação em CI da UFPB	Abram as portas da ciência para os mestres e as mestras passarem: a ressignificação da Jurema no Acervo José Simeão Leal	ALMEIDA, Carla Maria de	Jurema Acervo José Simeão Leal Memória social Fotografia Jurema	2017	Documento e Informação como Componente
Programa de Pós-Graduação em CI IBICT/UFRJ	Documentos dialógicos, territórios dialéticos: um estudo sobre murais e seu papel na guerrilha simbólico-material do movimento zapatista de libertação nacional	AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro	Ciência da informação Movimento Zapatista de Libertação Nacional Murais Documento Neodocumentação Materialismo histórico dialético Mediação	2019	Epistemologia da Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em CI IBICT/UFRJ	O fenômeno informacional indígena na contemporaneidade	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de	Ciência da informação Documentação Política indigenista Information Science Documentation Indigenist policy	2019	Documento e Informação como Componente
Programa de Pós-Graduação em CI IBICT/UFRJ	Um olhar classificatório do acervo imagético das expedições científicas de Darcy Ribeiro aos índios Urubu-Kaapor no Museu do Índio na identificação de elementos da cultura indígena e da diversidade étnica-cultural brasileira	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de	Informação Classificação Fotografia Darcy Ribeiro Urubu-Kaapor	2015	Representação da informação
Programa de Pós-graduação em CI da UNB	Uso das bibliotecas digitais da Biblioteca Central pelos estudantes indígenas da UnB	QUISPE SUPO, Julia Judith		2018	Usuários e Usos da Informação
Programa de Pós-Graduação em CI da UFPA	As práticas informacionais relacionadas ao saber e ao fazer das erveiras do Ver-o-Peso: uma análise interdisciplinar	DANTAS, Cleide Furtado Nascimento	Erveiras Mercado Ver-o-Peso - Belém (PA) Conhecimentos tradicionais Ciência da informação	2019	Epistemologia da Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em CI da UFRJ	O domínio cultura amazônica à luz da organização e representação da informação	RODRIGUES, Anderson Luiz Cardoso	Linguagens documentárias Tesouro Seleção de conceitos Cultura amazonica	2011	Representação da informação

BIBLOS	"Mbyárekómeme é o lugar que a gente vive a nossa cultura": o "lugar" como cultura material para os Guaraní do Litoral Sul	BARÃO, Vanderlise Machado		2007	Nenhum
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	A "inclusão digital indígena" na Sociedade da Informação	PINTO, Alejandra Aguilar		2008	Comunicação e Acesso à Informação
Comunicação & Informação	A auto-representação das mulheres autóctonas canadenses	BERARDO, Rosa	representação, mulheres indígenas, cinematografia, Canadá.	2007	Nenhum
Revista Bibliomar	A BIBLIOTECA MARECHAL RONDON E A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA ETNOLÓGICA	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de	Povos indígenas. Questão indígena. Informação. Biblioteca Marechal Rondon. Museu do Índio	2017	Serviços de biblioteca
Encontros Bibli	A competência em informação dos estudantes indígenas da Universidade Estadual de Londrina	PRADO, Hugo Leonardo; SERAFIM, Jucenir da Silva; COELHO, Clara Duarte; BARTALO, Linete	Ciência da Informação. Comportamento Informacional. Competência em Informação. Discente Indígena. Necessidade Informacional.	2017	Usuários e Usos da Informação
Memória e Informação	A documentação de natureza etnológica como recurso estratégico para os povos indígenas	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de	Documentação Etnológica. Povo Indígena. Museu do Índio.	2019	História da Ciência da Informação
Arquivo & Administração	A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS INDÍGENAS	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de	Arquivologia. Indigenismo. Política Indigenista.	2014	Preservação de documentos
ENANCIB	A KYNYI ARERUIA: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE CONVERSÃO INDÍGENA NO NORTE/BRASIL/GUIANA	OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de; PINHEIRO, Mariza de Oliveira	Memória. Representação. Informação. Cultura. Conversão Indígena.	2017	Interdisciplinaridade
Ponto de Acesso	A METAMORFOSE DA MEMÓRIA INDÍGENA NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE DOCUMENTAÇÃO DA UNESCO	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	2017	Usuários e Usos da Informação
Pesquisa Brasileira em CI e Biblioteconomia	A organização da informação no acervo de fitas cassetes de Marlui Miranda: ensaio prático	MAIMONE, Giovana Deliberali; MATOS, Amanda Pedrosa de		2020	Desenvolvimento de coleções

ENANCIB	A produção científica em direitos humanos nos países do sul global: uma análise bibliométrica e cientométrica da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos *	RIBEIRO, Ana Cláudia, FROTA, Maria Guiomar da Cunha	Direito Humano. Bibliometria. Cientometria.	2017	Produtividade científica
Informação & Informação	A terminologia indígena na fala do amazônida.	OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de	Terminologia Indígena. Classificação. Altamira. Cametá. Amazônia Paraense.	2008	Representação da informação
Revista ACB	A valorização da cultura indígena a partir dos ambientes de inovação na região de Chapecó	BEDIN, Jéssica; PADILHA, Renata Cardozo; LOPES, Thainá Castro Costa Figueiredo		2019	Nenhum
ENANCIB	ãœA BIBLIOTECA DEVERIA ESTAR DO NOSSO LADOã: COM/SOBRE QUILOMBOLAS E INDãGENAS E SUAS RELAãã•ES COM A BIBLIOTECA UNIVERSITãRIA	CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva	Indígena e Quilombola. Biblioteca Universitária. Mediação da Informação. Interculturalidade.	2018	Usuários e Usos da Informação
Revista Conhecimento em Ação	Alguns apontamentos sobre epistemografia, informação e indigenismo	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de	Ciência da Informação. Epistemografia. Indigenismo. Povo Indígena.	2017	Epistemologia da Ciência da Informação
e-Ciencias de la Información	América Latina: formulando políticas públicas para el acceso a Internet y la información. El caso de las poblaciones indígenas.	SOLANO, Jurinette Barrantes	Public Policies. Informational Policy. Internet Policy. Indigenous Societies. Information Policy.	2011	Políticas e ações de informação
Informação & Informação	ANÁLISE DE CITAÇÕES PRESENTES EM TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO INDÍGENA	MAROLDI, Alexandre Masson; LIMA, Luís Fernando Maia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini	Ciência da Informação. Bibliometria. Educação. Análise de Citação. Educação Indígena.	2018	Metrias da informação e comunicação
InCID: Revista de CI e Documentação	As transformações da memória indígena na contemporaneidade	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; COUTO, Ione Helena Pereira		2017	Teorias na Ciência da Informação
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e	Autoritarismo e resistência indígena no Brasil	AMADO, Luiz Henrique Eloy	Amazônia. Resistência. Autoritarismo. Movimento Indígena. Povo Indígena.	2019	Nenhum

Inovação em Saúde					
Revista ACB	Biblioteca de referência do NEAB: preservando a história e memória dos afro-descendentes em Santa Catarina e no Brasil	MATTOS, Miriam de C.do C. M.	Disseminação da Informação. Santa Catarina. História. Brasil. Preservação da Memória Núcleo de Estudo Afro Brasileiro	2008	Serviços de biblioteca
Revista ACB	Biblioteca de referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil: avaliação dos empréstimos entre 2008-2013	CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; GARCÊS, Franciéle Carneiro; LIMA, Graziela dos Santos	Biblioteconomia. Biblioteca. Diversidade. Indígena. Santa Catarina. Biblioteca Especializada.	2014	Serviços de biblioteca
Revista ACB	Biblioteca escolar guarani um projeto de extensão a serviço da preservação e divulgação da cultura guarani : relato de experiência	CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; DUBAS, Sérgia Regina C.; SILVA, Cláudia A. da	Biblioteconomia. Ciência da Informação. BIBLIOTECA ESCOLAR. Projeto de Extensão. Cultura Guarani. Extension Project. Guarani Culture.	2005	Serviços de biblioteca
Revista Interamericana de Bibliotecología	Bibliotecas indígenas en Australia y Nueva Zelanda: una revisión bibliográfica	CIVALLERO, Edgardo		2007	Gestão de Bibliotecas e Recursos de Informação
Folha de Rosto	Bibliotecas y justicia social	TELLO, Felipe Meneses	Biblioteca. Justicia Social. Biblioteca Incluyente. Biblioteca Accessible.	2020	Teorias na Ciência da Informação
Perspectivas em CI	Bibliotecas y sociedades originarias en América Latina: Ideas básicas y caminos a futuro	CIVALLERO, Eduardo		2019	Serviços de biblioteca
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	Comissão Rondon e a representação da identidade Paresí: um diálogo através de fotografias	BARBIO, Luciana Alves	Identidade; Fotografia; Sociedades Indígenas; Representação; Comissão Rondon	2011	Representação da informação
Folha de Rosto	Competência em informação (Colnfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea	BELLUZZO, Regina Célia Baptista		2018	Usuários e Usos da Informação
Informação & Sociedade	Conceituando fonte de informação indígena	PAIVA, Eliane Bezerra	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Fonte de Informação Indígena. Informação Indígena. Fonte	2014	Teorias na Ciência da Informação

			de Informação Especializada. Narrativa Indígena.		
Brazilian Journal of Information Science	CULTURAS INDÍGENAS SOB A PERSPECTIVA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	MAIMONE, Giovana Deliberali; MATOS, Amanda Pedrosa de		2019	Teorias na Ciência da Informação
Acervo	Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas	SILVA, Flávio Leal da	Arquivologia. Memória Social. Arquivo Público. Arquivo Privado. Museu do Índio. Povo Parintintin. Lugar de Memória.	2018	Serviços de Informação
Informação & Sociedade	Direito à memória: a Comissão Nacional da Verdade brasileira e as narrativas dos povos indígenas na construção da cidadania	MORIGI, Valdir Jose; FORNOS, Ana Maria Giovanoni		2020	Políticas e ações de informação
Acervo	Diversidade na instituição arquivística: práticas com públicos especiais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	ALDABALDE, Taiguara Villela	Diversidade. Arquivo. Mediação. Comunidade.	2018	Serviços de Informação
BIBLOS	Educação indígena: um breve histórico constitucional e propostas para uma escola diferenciada	BARÃO, Vanderlise Machado	Educação Indígena. Formação de Professores.	2008	Ensino e Pesquisa em Ciência da Informação e Áreas Afins
Perspectivas em CI	El agregado digital en las juventudes indígenas: entre desigualdades y representaciones locales	RAMOS-MANCILLA, Oscar	Juventude. Povo Indígena. Rede Social. Etnografia.	2020	Redes de Comunicação e Informação Internet e Web
Acervo	Entre a Brandura e a Força *	MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa		2008	Nenhum
Pesquisa Brasileira em CI e Biblioteconomia	Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade	CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva	Mediação da Informação. Interculturalidade. Indígena e Quilombola. Biblioteca Universitária.	2017	Serviços de biblioteca
Acervo	Entre o Reformador e o Bem-Amado	SANTOS, Fabiano Vilaça dos	política indigenista; indigenismo; legislação indigenista; século XIX	2011	Nenhum
ENANCIB	ESTUDO DE COMPORTAMENTO DE BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO DE UNIVERSITÁRIOS INDÍGENAS: o perfil dos usuários	PAIVA, Eliane Bezerra; QUEIROZ, Kamilla Rebeca Souto	Estudo de Usuário. Universitário Indígena. Comportamento do Usuário. Gestão da Informação. Uso da Informação.	2018	Usuários e Usos da Informação

ENANCIB	Estudo e Documentação da Cultura Material das Tribos Indígenas Carnavalescas	AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; MUCCILLO, Marcela de Oliveira	Cultura Material. Inventário. Tribo Indígena Carnavalesca.	2018	Nenhum
ENANCIB	ETNOGRAFIA NO ARQUIVO DOCUMENTAL: UMA NOVA ABORDAGEM PARA DISCUSSÃO ACERCA DAS TEORIAS RACIAIS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX	SILVA, Rubens Alves; MARTINIANO, Maristela Costa	Arquivo Pessoal. Etnografia. Ciência da Informação.	2017	Nenhum
Acervo	Filhos de brancos, bastardos e mamelucos em famílias mestiças (São Paulo, séculos XVI e XVII): notas	GUEDES, Roberto Ferreira Guedes; GODOY, Silvana	Família. Mestiçagem. Política. São Paulo. Século XVI-XVII.	2017	Nenhum
Informação em Pauta	Frente de pesquisa de títulos de livros: um estudo aplicado no campo da Educação Indígena	MAROLDI, Alexandre Masson; LIMA, Luís Fernando Maia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; HAYASHI, Carlos Roberto Massao		2017	Metrias da informação e comunicação
Informação & Sociedade	Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidade indígenas no Brasil	AGUILAR, Alejandra	Ciência da Informação. Sociedade da Informação. Inclusão Digital. Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC. Prática Informacional. Povo Indígena.	2012	Redes de Comunicação e Informação Internet e Web
RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	IFLA/ALP Y AMÉRICA LATINA: UNA ALIANZA SOSTENIBLE PARA AMPLIAR EL ACCESO A LOS SERVICIOS BIBLIOTECARIOS Y DE INFORMACIÓN EN LA REGIÓN	ALIAGA, Cesar Castro		2007	Serviços de Informação
Liinc em Revista	In(forma)ção, interculturalidade e a Covid-19 em territórios indígenas de Mato Grosso do Sul	SANGALLI, Andreia; SOUSA, Neimar Machado de	Saúde Indígena. Cosmologia. Educação Escolar Indígena.	2020	Nenhum
Inclusão Social	Inclusão digital: uma análise da prática	REIS, Marcos Rogério	Inclusão Digital. Indígenas. Recurso digital local. Conexão Gesac	2010	Políticas e ações de informação
Tendências da Pesquisa Brasileira em CI	Informação indígena na biblioteca digital de teses e dissertações da Universidade Federal da Paraíba	PAIVA, Eliane Bezerra; RAMALHO, Francisca Arruda; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino	Informação Indígena. Memória. Produção Científica. Biblioteca Digital de Tese e Dissertação. Povo Indígena.	2017	Metrias da informação e comunicação

CI em Revista	La teoría de la difusión de las innovaciones en la cultura zenú	RESTREPO-ARANGO, Cristina	Teoria da difusão de inovações. Indígenas zenú, Colômbia.	2018	Metrias da informação e comunicação
Ciência da Informação	Las razas en una lista de encabezamientos de materia en español	TODARO, Alicia J; MARTÍNEZ, Ana M.	Indígenas americanos. Negros. Encabezamientos de materia. Discriminación. Races in a subject heading list in Spanish	2006	Metrias da informação e comunicação
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	Lekil kuxlejal: Bem Viver na saúde autônoma do movimento zapatista	MOREL, Ana Paula Massadar	Saúde Autônoma. Promotore de Saúde. Movimento Zapatista. Antropologia da Saúde.	2019	Nenhum
Inclusão Social	Mãos às massas: a urgência de uma escola de gestão para as organizações de base da Amazônia	MEIRELLES FILHO, João Carlos de Souza	Amazônia. Gestão e mobilização de recursos. Organizações de base local. Povos e comunidades tradicionais	2013	Nenhum
ENANCIB	MEMÓRIA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: PESQUISA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	SILVA, Francisco Sávio da; PAIVA, Eliane Bezerra	Memória Afro-brasileira e Indígena. Produção Científica. Ciência da Informação. Comunicação Científica. Informação étnico-racial.	2018	Metrias da informação e comunicação
Encontros Bibli	Métrica de la literatura sobre los indígenas de México	RESTREPO-ARANGO, Cristina; ALVARADO-URBIZAGASTEGUI, Ruben	Indiam of Mexico. Scientometrics. Bibliometrics. Growth of Literatura. Co-words. Co-authors.	2016	Metrias da informação e comunicação
Perspectivas em CI	Minorias linguísticas, documentos biblioteconômicos e a realidade de uma biblioteca pública na Amazônia	MAGALHÃES, Soraia Pereira	Biblioteconomia. Ciência da Informação. Biblioteca Pública. Manifesto e Diretriz. Minoria Linguística. Indígena. Amazônia. Benjamin Constant. Amazona.	2020	Serviços de biblioteca
Inclusão Social	Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital	MOURA, Ricardo Damasceno	Inclusão intercultural e digital. Etnologia e cibercultura. Sustentabilidade	2012	Redes de Comunicação e Informação Internet e Web
ENANCIB	MUSEU DO ÍNDIO: ESTUDO DE CASO DO PROCESSO DE MIGRAÇÃO E ABERTURA DOS DADOS LIGADOS SEMÂNTICOS DO ACERVO MUSEOLÓGICO COM O SOFTWARE LIVRE TAINACAN	MARTINS, Dalton Lopes; CARMO, Danielle; GERMANI, Leonardo Barbosa	Tainacan. Wikidata. Museu do Índio. Acervo em Rede. Repositório Digital.	2018	Programas de Computador

Ciência da Informação	Museu em conexões: Reflexões sobre uma proposta de exposição	CURY, Marília Xavier	Museologia. Exposição Indígena. Museu Etnográfico. Museu Índia Vanuíre. Kaingáng.	2013	Desenvolvimento de coleções
Em Questão	Museus, coleções, exposições e povos indígenas	VELTHEM, Lucia Hussak van; BENCHIMOL, Alegria	Ciência Social Aplicada. Museologia. Antropologia. Coleção Etnográfica. Exposição. Musel. Patrimônio Cultural Indígena do Rio Negro.	2018	Desenvolvimento de coleções
Inclusão Social	O direito dos indígenas à voz *	FURTADO, Cid		2010	Nenhum
InCID: Revista de CI e Documentação	O fenômeno informacional indígena e o processo de documentação	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de		2018	Nenhum
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	O impacto das bibliotecas digitais na transferência da informação para os alunos indígenas	SUPO, Julia; SUAIDEN, Emir José		2018	Serviços de biblioteca
Ponto de Acesso	O INDIGENISMO NA ERA DA INFORMAÇÃO	AGUILAR, Alejandra	Ciência de Informação. Política de Informação. Antropologia. Povo Indígena. Biblioteca Indígena. Multiculturalismo. Indigenismo. Congresso Indigenista Interamericano.	2009	Nenhum
Perspectivas em CI	O léxico das comunidades indígenas do Ceará na designação de doenças: reflexões para a construção de vocabulário controlado	PINTO, Virgínia Bentes; CAMPOS, Henry de Holanda; ARAGÃO, Maria do Socorro; RIBEIRO, Cristina da Costa	Ciência da Informação. Biblioteconomia. Vocabulário Controlado. Vocabulário Controlado de Nome Popular de Doença. Nome Popular de Doença. Memorial do Léxico em Saúde.	2020	Representação da informação
Múltiplos Olhares em CI	O Papel das Organizações Internacionais na Preservação da Cultural Indígena	JESUS, Patrícia Oliveira de; FONSECA, Andreia; NEVES, Andriele Aline Pereira; ARAÚJO, Cecília Cássia de Almeida; NATALINA, Graciele; MENDES, Fernanda	Preservação do conhecimento. Índio. Biblioteca. IFLA. UNESCO	2015	Preservação de documentos
ÁGORA	Os indígenas no século XIX: a selvageria nos (dos) discursos oficiais (1850-1880)	PERES, Jackson Alexandro; NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe	Arquivologia. Biblioteconomia. História. Educação. Sociologia. Psicologia.	2005	Suportes de Informação

			Direito. Ciência da Informação. Indígena. Selvageria. Discurso. Oficial.		
Revista ACB	Os interagentes da biblioteca de referência NEAB/UDESC: avaliação de biblioteca especializada em temática africana, afro-brasileira e indígena	CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile; LIMA, Graziela dos Santos		2015	Serviços de biblioteca
BIBLOS	Os protagonistas da história dos Campos Neutrais	OLIVEIRA, Osvaldo André	Ciência Humana. História. Campo Neutral. Indígena.	2010	Documento e Informação como Componente
Ciência da Informação	Os repositórios públicos do Estado brasileiro e a construção da autonomia informacional dos povos indígenas	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; PIMENTA, Ricardo Medeiros	Ciência da Informação. Informação Indígena. Autonomia Informacional. Indigenismo.	2018	Serviços de Informação
Múltiplos Olhares em CI	Patrimônio cultural como categoria de pensamento e categoria de ação: notas sobre o trânsito de práticas e conceitos e um esboço de reflexão sobre a cultura indígena em museus	CARVALHO, Carolina Vaz de		2014	Nenhum
Pesquisa Brasileira em CI e Biblioteconomia	Pesquisando informação indígena: periódicos e dissertações como fontes de informação	PAIVA, Eliane Bezerra; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino; RAMALHO, Francisca Arruda; SILVA, Josélia Rodrigues da	Informação Indígena. Fontes de informação. Dissertações em Antropologia. Dissertações em Sociologia	2016	Metrias da informação e comunicação
Em Questão	Repatriamento e remanescentes humanos - musealia, musealidade e musealização de objetos indígenas	CURY, Marília Xavier	Ciência Social Aplicada. Museologia. Palavras-chave. Coleção Indígena. Repatriamento e Restituição. Remanescente Humano. Museu de Arqueologia.	2020	Representação da informação
AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento	Repositórios virtuais da legislação brasileira: O caso da educação indígena	VIRGILIO, Jefferson	Ciência da Informação. Técnica de Recuperação de Informação. Repositório Virtual. Repositório Institucional. Legislação Brasileira. Educação Indígena.	2017	Recuperação da Informação
Inclusão Social	Sociedade da informação para as comunidades indígenas	TUKANO, Álvaro		2006	Sociedade da Informação

RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Statement of principles on global cross sectoral digitaisation initiatives: um documento do Comitê LAMMS	SOUZA, Terezinha de Fátima Carvalho de	IFLA. Comitê LAMMS. Statement of Principle on Global Cross Sectoral Digitaisation Initiative.	2016	Preservação de documentos
Inclusão Social	Técnicas alternativas de tratamento de água voltadas para indígenas do Vale do Javari	FRANCISCO, Adriana Ribeiro; PATERNIANI, José Euclides Stipp; MAYURUNA, Jaime da Silva	Inclusão Social. Saneamento Rural. Técnica de Tratamento de água. Capacitação Social. Qualidade de água. Moringa Oleífera.	2018	História da Ciência da Informação
InCID: Revista de CI e Documentação	Vida média e obsolescência da literatura em educação indígena	MAROLDI, Alexandre Masson; LIMA, Luís Fernando Maia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini		2018	Metrias da informação e comunicação
Acervo	“Acossados por toda parte como brutos selvagens”: os Índios da Cachorra Morta na província do Ceará	MAGALHÃES, Eloi dos Santos	índio. Ceará. Nação.	2018	Suportes de Informação
Revista Analisando em Ciência da Informação	AS NOVAS CONFIGURAÇÕES POLÍTICOINSTITUCIONAIS DO ESTADO BRASILEIRO: demandas de acesso à informação para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2014 a 2015	MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de; SOUZA, Rosale de Mattos	Democracia. Acesso a Informao. Lei de Acesso a Informao (LAI). Arquivologia.	2015	Transferência e Acesso à Informação
Liinc em Revista	Da extroversão dos acervos aos novos potenciais de análise da informação em processos de abertura de dados: em foco a documentação do acervo museológico do Museu do Índio/FUNAI	SILVA, Eduardo Alves; MARTINS, Dalton Lopes	Museu do Índio; Ciência Aberta; Tainacan; Análise de Redes Sociais	2019	Bases de dados e extração da informação
Pesquisa Brasileira em CI e Biblioteconomia	Esboço histórico da trajetória da biblioteca escolar no Brasil Colônia	OLIVEIRA, Debora Santos de; SOUZA, Elisabete Gonçalves		2020	História da Ciência da Informação
Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da	Política e economia da cultura: a alocação dos recursos públicos municipais	Tiago Costa Martins; Victor Silva Oliveira; Joel Felipe Guindani; Marcela Guimarães Silva	Cadeia Produtiva. Cultura Regional. Investimento em Cultura.	2015	Teorias na Ciência da Informação

Comunicação e da Cultura					
Acervo	Representações letradas dos tupinambás e da língua tupi em obras francesas dos séculos XVI e XVII	DAHER, Andréa		2011	Suportes de Informação
ENANCIB	PARA ALÉM DAS AUTORIAS: NOVA APLICAÇÃO PARA OS ESTUDOS DE FRENTE DE PESQUISA	MAROLDI, Alexandre Masson; LUCCA, Djuli Machado de; REZENDE, Angerlânia; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini	Frente de Pesquisa. Bibliometria. Análise de Citação.	2018	Metrias da informação e comunicação
Perspectivas em CI	Os conhecimentos tradicionais dos(as) erveiros(as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação	DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; FERREIRA, Rubens da Silva	Ciência da Informação. Antropologia. Antropologia Urbana. Informação. Conhecimento Tradicional. Feira do Ver-o-Peso. Belém (PA. Brasil).	2013	Teorias na Ciência da Informação
CRB-8 Digital	Propriedade intelectual, comunidades tradicionais e patrimônio imaterial em museus de ciência e tecnologia	MELLO, Janaina Cardoso	Museus; Tecnologia; Propriedade Intelectual; Conhecimentos Tradicionais; Registro.	2014	Teorias na Ciência da Informação
Perspectivas em CI	TRIPS, bilateralismo e patentes: o desapontamento dos mundos desenvolvido e em desenvolvimento e o que fazer	PALOMBI, Luigi	Conhecimento Tradicional. Patente. Bilateralismo.	2014	Inteligência Competitiva
RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	Direito e identidade das comunidade tradicionais - do direito do autor ao direito à cultura	COLAÇO, Thais Luzia; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes	Direito. Comunidade. Tradicional. Igualdade.	2017	Inteligência Competitiva
RDBC: Revista Digital de Biblioteconomia e CI	A produção científica da UFPA sobre conhecimentos tradicionais	DANTAS, Cleide Furtado Nascimento; BENCHIMOL, Alegria Celia; BARROS, Thiago Henrique Bragato; MORAES, João Batista Ernesto	Produção científica. Conhecimentos tradicionais. Análise do discurso. Universidade Federal do Pará.	2019	Metrias da informação e comunicação

Revista Ciencias de la Información	Red de conocimiento para el desarrollo agroalimentario, vinculando el conocimiento científico y tradicional en el municipio Mayarí, Cuba	RODRÍGUEZ-FERNÁNDEZ, Rosa María; MENA-LOBAINA, Yuleidis; BLANCO-MORENO, Jesús A.; PIERRA-CONDE, Allan; OTERO-MÉNDEZ, Ángel Juan	Knowledge Management. Knowledge Network. Traditional Knowledge. Mayari. Local Development.	2010	Inteligência Competitiva
Inclusão Social	Minibibliotecas – uma experiência de inclusão social e intercâmbio entre o conhecimento científico e o saber local no meio rural	BELTRÃO, Selma Lúcia Lira; ARAÚJO, Marluce Freire de; OLIVEIRA, Juliana Andrea Batista; PEREIRA, Fernando do Amaral	Embrapa. Educação. Leitura. Conhecimento. Agricultura Familiar.	2011	Serviços de biblioteca
P2P & INOVAÇÃO	FLOK SOCIETY EN ECUADOR 1.0. LA TRANSICIÓN HACIA LA ECONOMÍA SOCIAL DEL CONOCIMIENTO A PIE DE OBRA	VlñAS, David Vila		2015	Comunicação e Acesso à Informação
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	Territórios do cuidar: comunicação e memória nas medicinas dos povos tradicionais afro-brasileiros	CAVALCANTI, Adriana de Holanda	Memória. Educação em Saúde. Educação Patrimonial. Comunicação.	2020	Nenhum
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	“Cantos e saberes”: processo de construção de um documentário sobre plantas medicinais	STAROSTA, Juliana Alves; ANJOS, Mônica de Caldas Rosa dos	Análise do Discurso. Terapia Complementar. Promoção da Saúde. Ciência no Arte. Atenção Primária à Saúde.	2020	Nenhum
Em Questão	Cronistas que visibilizam saberes ancestrais	HENRIQUEZ, Alejandro; OCAMPO, Jaime Alberto Sarmiento	Anthropology. Architecture. Intangible Heritage. Immaterial Heritage. Strategies. Ribera Carpentry. Chroniclers.	2020	Nenhum
ENANCIB	TENSÃO IDENTITÁRIA E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: OLHAR EPISTEMOGRÁFICO	MORAES, Miriam Gontijo	Palavras-chave: Organização do Conhecimento. Epistemografia. Instrumento Terminológico.	2018	Representação da informação
Informação & Informação	Os Paiter-Suruí e a apropriação social da tecnologia, informação e	OLIVEIRA, Wallace Soares de; ALMEIDA, Marco Antonio	Palavras-chave: Ciência da Informação. Recuperação da Informação. Organização da Informação.	2019	Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs

	comunicação: da memória oral para a memória digital		Compartilhamento da Informação. Fonte de Informação.		
Pesquisa Brasileira em CI e Biblioteconomia	Trânsitos de vozes e memórias: dimensões sociais, patrimoniais e institucionais das tradições culturais do Cariri Cearense	ALMEIDA, Vitória Gomes; LIMA, Izabel de França		2017	Teorias na Ciência da Informação
BIBLOS	Memória e informação: a esfera de saberes dos mestres da tradição oral	SANTOS, Edison Luís dos; MUCHERONI, Marcos Luiz		2019	Teorias na Ciência da Informação
ÁGORA	Patrimônio cultural, patrimônio documental: o fundo Promoart do CNFCP/IPHAN	PEREGRINO, Miriane da Costa	Palavras-chave: Arquivologia. Artesanato Tradicional. Patrimônio Documental. Patrimônio Imaterial. Documento Eletrônico. Patrimônio Arquivístico Documental.	2013	Políticas e ações de informação
ISKO	Perspectivas da pesquisa em organização do conhecimento: reflexões a partir de trabalhos acadêmicos do PPGCI IBICT-UFRJ	Rosali Fernandez de Souza		2015	Nenhum
ISKO	A Diversidade Cultural e os Sistemas de Representação da Informação	Rosana Matos da Silva Trivelato (1), Maria Aparecida Moura (2)		2017	Representação da informação
ISKO	Proposta de diretrizes multiculturais para construção de uma política de indexação com foco na cultura africana e afro-brasileira	Graziela dos Santos Lima (1), Mariangela Spotti Lopes Fujita (2), Paula Regina Dal' Evedove (3), Carlos Cândido de Almeida (4)	multiculturalismo; política de indexação; cultura africana e afro-brasileira.	2019	Sistemas de organização do conhecimento
ISKO	Em direção a uma conceição geral das garantias: primeiras anotações	Mario Barité	Garantías; Sistemas de organización del conocimiento; Métodos cualitativos; Autoridad temática	2019	Sistemas de organização do conhecimento
ISKO	Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da Organização do Conhecimento: reflexões para a construção de SOCs multiculturais	Graziela dos Santos Lima (1), Carlos Cândido de Almeida(2)	Perspectiva pós colonial e decolonial; Organização do Conhecimento; SOCs Multiculturais	2019	Organização do Conhecimento
ENANCIB	A representação do etnoconhecimento sob a ótica da epistemografia interativa	FRANCA, Aline da Silva; SILVEIRA, Naira Christofolletti	Knowledge Organization. Interactive Epistemography.	2015	Organização do Conhecimento

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

ANEXO A – Carta de São Luís do Maranhão

Carta de São Luis do Maranhão

Nós representantes indígenas no Brasil pluriétnico onde vivem 220 povos, falando 180 línguas distintas entre si, com uma população de 360 mil indígenas, ocupando 12% do território brasileiro, reunidos na cidade de São Luis do Maranhão, de 04 a 06 de dezembro de 2001, para discutir o tema "A Sabedoria e a Ciência do Índio e a Propriedade Industrial", convidados pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), declaramos:

1. Que nossas florestas têm se mantido preservadas graças aos nossos conhecimentos milenares;
2. Como representantes indígenas, somos importantes no processo da discussão sobre o acesso à biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais conexos porque nossas terras e territórios contêm a maior parte da diversidade biológica no mundo, cerca de 50%, e que têm um grande valor social, cultural, espiritual e econômico. Como povos indígenas tradicionais que habitam diversos ecossistemas, temos conhecimento sobre o manejo e o uso sustentável desta diversidade biológica. Este conhecimento é coletivo e não é uma mercadoria que se pode comercializar como qualquer objeto no mercado. Nossos conhecimentos da biodiversidade não se separam de nossas identidades, leis, instituições, sistemas de valores e da nossa visão cosmológica como povos indígenas;
3. Recomendamos ao Governo do Brasil que abra espaço para que representação das comunidades indígenas possam participar no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético;
4. Recomendamos ao Governo Brasileiro que regulamente por lei o acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais e conexos, discutindo amplamente com as comunidades e organizações indígenas;
5. Nós representantes indígenas, expressamos firmemente aos governos e aos organismos internacionais nosso direito à participação plena nos espaços de decisões nacionais e internacionais sobre biodiversidade e conhecimentos tradicionais como na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), na Comissão das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, na Organização Mundial do Comércio (OMC), no Comitê Intergovernamental de Propriedade Intelectual relativo a Recursos Genéticos, Conhecimentos Tradicionais e Folclore da OMPI, entre outros organismos;
6. Recomendamos que os países aprovem o Projeto de Declaração da ONU sobre Direitos Indígenas;
7. Como representantes indígenas, afirmamos nossa oposição a toda forma de patenteamento que provenha da utilização dos conhecimentos tradicionais e solicitamos a criação de mecanismos de punição para coibir o furto da nossa biodiversidade;
8. Recomendamos a criação de um fundo financiado pelos governos e gerido por uma organização indígena que tenha como objetivo subsidiar pesquisas realizadas por membros das comunidades;
9. Recomendamos ao Governo Federal a criação de cursos de capacitação e treinamento de profissionais indígenas na área dos direitos dos conhecimentos tradicionais;

10. Recomendamos que seja realizado um II Encontro de Pajés sobre a Convenção da Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais;

11. Recomendamos que seja assegurado a criação de um Comitê Indígena para o acompanhamento dos processos de discussão e planejamento da produção dos Conhecimentos Tradicionais;

12. Recomendamos que o governo adote uma política de proteção da biodiversidade e sociodiversidade destinada ao desenvolvimento econômico sustentável dos povos indígenas. É fundamental que o governo garanta recursos para as nossas comunidades desenvolverem programas de proteção dos conhecimentos tradicionais e preservação das espécies *in situ*;

13. Até que o Congresso Nacional brasileiro aprove o projeto de lei 2057/91 que institui o Estatuto das Sociedades Indígenas parado na Câmara dos Deputados, há mais de 10 anos, e a ratificação da Convenção 169 da OIT, parada no Senado há 8 anos e, já aprovada pela Câmara dos Deputados, propomos que os povos indígenas discutam a necessidade do estabelecimento de uma moratória na exploração comercial dos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos;

14. Propomos aos governos que reconheçam os conhecimentos tradicionais como saber e ciência, conferindo-lhe tratamento equitativo em relação ao conhecimento científico ocidental, estabelecendo uma política de ciência e tecnologia que reconheça a importância dos conhecimentos tradicionais,

15. Propomos que se adote um instrumento universal de proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais, um sistema alternativo, sistema *sui generis*, distinto dos regimes de proteção dos direitos de propriedade intelectual e que entre outros aspectos contemple: o reconhecimento das terras e territórios indígenas, consequentemente a sua demarcação; o reconhecimento da propriedade coletiva dos conhecimentos tradicionais como imprescritíveis e impenhoráveis e dos recursos como bens de interesse público; com direito aos povos e comunidades indígenas locais negarem o acesso aos conhecimentos tradicionais e aos recursos genéticos existentes em seus territórios; do reconhecimento das formas tradicionais de organização dos povos indígenas; a inclusão do princípio do consentimento prévio informado e uma clara disposição a respeito da participação dos povos indígenas na distribuição equitativa de benefícios resultantes da utilização destes recursos e conhecimentos; permitir a continuidade da livre troca entre povos indígenas dos seus recursos e conhecimentos tradicionais

16. Propomos que a criação de bancos de dados e registros sobre os conhecimentos tradicionais sejam discutidos amplamente com comunidades e organizações indígenas e que a sua implantação seja após a garantia dos direitos mencionados neste documento.

Neste encontro estão reunidos membros das comunidades indígenas com fortes tradições bem assim como líderes experts para formular estas recomendações e propostas. Preocupados com o avanço da bioprospecção e o futuro da humanidade, dos nossos filhos e dos nossos netos que, reafirmamos aos governos que firmemente reconhecemos que somos detentores de direitos e não simplesmente interessados. Por esta razão temos certeza de que as nossas recomendações e proposições serão acatadas para a melhoria da humanidade.

São Luís do Maranhão, 06 de dezembro de 2001.

Fonte: Instituto Socioambiental, 2003